



Lugares da cidade:
reflexões historiográficas
sobre a produção do
espaço urbano

Renato Jales Silva Junior

The background of the cover is a light gray, stylized map of a city street grid. The grid is composed of various street patterns, including straight lines, curves, and a prominent circular street layout in the upper center. The lines are thin and light, creating a subtle, textured background for the text.

Lugares da cidade:
reflexões historiográficas
sobre a produção do
espaço urbano

Renato Jales Silva Junior



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor
Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora
Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Deliberação N° 09, DE 08 DE MAIO DE 2020

Conselho Editorial
Rose Mara Pinheiro (presidente)
Além-Mar Bernardes Gonçalves
Alessandra Borgo
Antonio Conceição Paranhos Filho
Antonio Hilario Aguilera Urquiza
Elisângela de Souza Loureiro
Elizabeth Aparecida Marques
Marcelo Fernandes Pereira
Nalvo Franco de Almeida Jr
Rosana Cristina Zanelatto Santos
Ruy Caetano Correa Filho
Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas - UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Lugares da cidade: reflexões historiográficas sobre a produção do espaço urbano
[recurso eletrônico] / Renato Jales Silva Júnior. Campo Grande, MS : Ed. UFMS,
2020.
1 arquivo: 4 mb

Formato: digital
Disponível no Repositório Institucional (UFMS)
ISBN 978-65-86943-00-9

1. Historiografia 2. Uberlândia - História local. 3. Patrimônio cultural. I. Silva
Júnior, Renato Sales.

CDD (23) 981.51

Renato Jales Silva Junior

Lugares da cidade:
reflexões historiográficas
sobre a produção do
espaço urbano

Campo Grande - MS
2020



© do autor:
Renato Jales Silva Junior

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores.

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN: 978-65-86943-00-9
Versão digital: maio de 2020.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO I	
Construindo um lugar, exercendo pressões	24
A vila	28
Os Conjuntos Habitacionais: Nova ocupação do bairro.....	39
Algumas lutas	62
CAPÍTULO II	
Entre Paris e Roosevelt: memórias de um bairro	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
FONTES	138
REFERÊNCIAS	143

APRESENTAÇÃO

O livro que apresento aos leitores reúne algumas histórias sobre uma cidade e como se constituiu historicamente alguns dos seus espaços. Dentre as muitas possibilidades de pensar a formação e produção dos espaços sociais desta cidade escolhi partir de um bairro e suas transformações como enredo central da obra.

As transformações dos modos de viver nas cidades brasileiras são objetos de debate em diversas correntes da historiografia. Temas diversos, recortes temporais variados, fontes, diferentes perguntas e supostos teórico-metodológicos foram lançados por historiadores e outros cientistas sociais para refletir sobre as relações sociais vividas nos espaços urbanos.

De minha parte, o trabalho iniciou com a leitura de duas narrativas que chamaram minha atenção sobre o bairro Presidente Roosevelt, na cidade de Uberlândia em Minas Gerais (localizada na região do Triângulo Mineiro) produzidas pelo jornal Correio de Uberlândia (2009, p. B2). A primeira trazia várias características do lugar e o qualificava como importante espaço de comércio e de ricas práticas populares. A segunda narrava sobre o desenho arquitetônico do lugar explicado de maneira mitológica como rota de fuga de comunistas da cidade. Ao procurar outras evidências sobre tal mito deparei-me com um conjunto de documentos produzidos sobre o Presidente Roosevelt pela Secretaria de Cultura com o objetivo de inventariar possíveis patrimônios históricos e entre estes novamente o desenho das ruas, agora como obra da arquitetura moderna e inspiração na cidade de Paris¹.

¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, p. 1. Disponível em: www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6306.pdf. Acesso em: 06 nov. 2012

As duas narrativas e os documentos do Patrimônio Histórico produziam memórias sobre o bairro ordenadas a partir de categorias como moderno, progresso, desenvolvimento e indústria que retiravam ações concretas de sujeitos sociais que viveram (e vivem) neste lugar e que distanciavam de outras. Morei por mais de vinte anos ali, meus pais adquiriam o ágio de uma casa já financiada por outro morador junto ao Banco Nacional de Habitação em 1982 e desta residência saí em 2006. Ao falar sobre o Presidente Roosevelt e as últimas décadas do século XX o que vinha a minha mente era o fato de residir próximo “ao mato”, de colher pitanga no cerrado, de jogar futebol em campos de terra (e de lamentar sua perda), de levar bronca dos meus pais por ter sujado os pés de piche quando as ruas estavam sendo asfaltadas, de ter a sensação de que a minha infância foi mais livre e melhor do que as atuais.

Dentre as práticas comuns em outros momentos históricos, estão registradas na minha memória a compra no mercado do bairro e anotar na caderneta para um pagamento posterior; de pedir um pouco de açúcar ou pó de café aos vizinhos para minha mãe fazer à visita que chegava ao fim do mês; de admirar e desconfiar do carro novo comprado pelo vizinho; de estranhar as novas casas sendo construídas; de perceber o centro da cidade como um lugar longe, enfim, de fazer parte daquele grupo e me sentir distante de outros.

Depois de alguns anos frequentando a universidade, de discutir e escrever sobre a produção social dos espaços urbanos e de ler sobre o lugar, andei novamente pelo bairro. Este território que falamos jornalistas e assessores “culturais” da Prefeitura Municipal de Uberlândia não é o mesmo que eu tenho na memória. Por outro lado a própria espacialidade transformou muito. O mato não existe mais, quase não há crianças nas ruas, não se joga mais futebol em campos de terra. As antigas casas dos conjuntos habitacionais estão transformadas e percebe-se claramente uma forte verticalização do bairro fruto dos novos financiamentos aber-

tos pela Caixa Econômica Federal via programas como o Minha Casa Minha Vida. Novas e diferentes áreas de lazer foram criadas pelo poder público e a infra-estrutura hoje atrai a classe média que não consegue morar nos condomínios fechados da “zona sul”.

Parte dos meus amigos de infância não moram mais no bairro em função da dinâmica urbana recente que encareceram os poucos terrenos que ainda existem e as casas postas à venda. Alguns destes também frequentaram os bancos da universidade e em função desta experiência mudaram modos de viver, tiveram mais opções de escolha para seu lugar de moradia, outros moram ainda no mesmo terreno que seus pais em “puxadinhos” construídos no fundo e existem aqueles que estão em bairros mais distantes novamente próximos ao mata.

Trago estas recordações não para lamentar que mudanças tenham ocorrido, mas como ponto de partida para entender o processo histórico em que elas aconteceram, os diversos sujeitos que estiveram envolvidos, as pressões a que estes estiveram submetidos, as interpretações que hoje os moradores fazem, enfim, recuperar diferentes memórias sobre este lugar para refletir sobre a cidade e colocar outras histórias no discurso público.

Ao longo da pesquisa o bairro Presidente Roosevelt tornou-se um lugar significativo para entender a dinâmica de constituição do espaço urbano na cidade e as disputas em torno das memórias sobre ela. Nele vemos diferentes tipos de ocupação: casas construídas nas décadas de 1950 e 1960 por moradores que compravam terrenos por baixos valores e que moravam isolados e sem nenhuma infraestrutura, os conjuntos financiados pelo Banco Nacional de Habitação no final da década de 1970 e toda década de 1980 e, por fim, a nova política de financiamento urbano dos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2015-2016), caracterizados por um financiamento privado por um comprador que possui maior liberdade de escolha e, portanto, possui uma renda

maior. Esta nova dinâmica de ocupação tem atraído moradores com outro nível de consumo e diferentes modos de vida para este lugar.

Nestes tempos diferentes de ocupação física ocorre uma produção simbólica sobre o lugar e os sujeitos que nele moram. Desde o total silenciamento sobre a existência destes moradores (1950-1960), à “vila dos pobres” ou “cafundó” (1980), até as recentes pautadas como bairro desenvolvido, com acesso ao comércio e rede bancária. Assim temos uma das muitas formas de disputar esta cidade, a produção de memórias sobre seus lugares que elegem os sujeitos que a produzem e relegam as ações de muitos quando não as ignora ou desqualifica.

Estas diferentes formas de ocupação revelam a relação do poder público com os moradores (mesmo que com diferentes níveis salariais). Ao mesmo tempo pode nos revelar a dinâmica da produção do espaço capitalista. Estas mudanças já foram interpretadas por outros trabalhos sobre a noção de especulação. Porém esta concepção me pareceu insuficiente para explicar as transformações vivenciadas nestes espaços, principalmente porque esta retira dos moradores sua potência e nomeiam como sujeitos da mudança empresas imobiliárias e o poder público. Além disso, a ideia de mercado imobiliário por vezes nos aparece como uma noção destituída de sujeitos, que apresenta ao leitor uma homogeneidade que esconde conflitos, alianças e tensões dentro do meio empresarial.

Algumas categorias e noções são importantes ao longo do livro. Primeiro a de morador. Analisar um bairro de grande extensão, com diferentes formas de ocupação e com mais de vinte e cinco mil moradores atualmente (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2009) nos impede de pensar uma particularidade que identifique os habitantes. Por isso trabalhar com esta categoria possibilitou maior liberdade para entender as diferentes ações dos sujeitos. As duas últimas décadas dificulta ainda mais nosso trabalho em função da construção de habitações luxuosas com valores de mercado muito destoantes do que víamos no bairro até o final no século XX.

Uso também a noção de lugar para refletir sobre o bairro, esta categoria foi inspirada no trabalho de Rogério Proença Leite que entende “os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente” (LEITE, 2004, p. 35). Esta definição foi importante para entender narrativas como a do senhor Renato Jales Silva que vive no bairro há mais de trinta anos: “... é por isso que daqui eu não saio e daqui ninguém me tira, porque essa história eu conheço ela de trais pra frente, de frente pra trais, eu sei tudo (...)”. Isto significa que os espaços só possuem sentido quando transformados em lugares, quando possuem um uso.

Durante décadas periódicos como o jornal Correio de Uberlândia tentaram exilar os moradores do Presidente Roosevelt da cidade, criando para eles qualificações e sentidos que os excluía de noções de pertencimento impostas naquele momento. A intenção em escrever sobre estes moradores, principalmente aqueles que chegaram ao bairro nas décadas de 1970 e 1980, foi de mostrar que, ao contrário do que dizia os jornalistas, suas práticas não eram estranhas a esta cidade e que (re)produziram seus modos de vida independente do que a elite letrada pensava e que a manutenção de determinadas práticas e valores exerceram pressões e mudaram a forma como o poder público foi exercido em Uberlândia.

Comecei este trabalho pelas fontes escritas, mais particularmente pela imprensa da cidade para acompanhar como os moradores e o próprio espaço urbano eram qualificados, em que momento e sobre quais pressões os significados sobre o bairro mudaram e quais as consequências desta mudança para os próprios moradores. Os supostos que me orientaram na leitura desta e de outras fontes vinham de textos como de Beatriz Sarlo (SARLO, 1997), principalmente no aguçar de um “olhar político” para práticas sociais vividas no presente que busque evidenciar as dissidências e assim, “descobrir as fissuras no consolidado, as

rupturas que podem indicar a mudança” (Ibid, p. 60-61).

Porém a leitura dos jornais não foram suficientes para perceber toda dinâmica de produção deste lugar por estes construírem narrativas a partir de determinados consenso e, por mais que fosse forçado a incluir novos sujeitos e outros sentidos no noticiário, as práticas vividas no interior do bairro não apareciam. Este diagnóstico levou-me a olhar com mais atenção outras evidências que poderiam ser questionadas para o melhor encaminhamento dos objetivos propostos e o diálogo com os supostos teóricos que me orientava².

O trabalho com as fontes orais e com alguns registros fotográficos tornou-se, então, fundamentais no desenrolar da produção do texto e seu sentido político central que é o de “ouvir aqueles que não foram ouvidos” (PORTELLI, 1997, p. 18), conforme Alessandro Portelli.

Procurei ouvir moradores que chegaram ao bairro em dois momentos diferentes, o que estou chamando de primeira ocupação até o final da década de 1970 e a segunda ocupação com os conjuntos habitacionais a partir da década de 1980. Desta primeira fase ouvi o Sr. Reinaldo Afonso Farnesi, proprietário de um bar na parte sul do bairro. Cheguei até o Sr. Reinaldo pelas referências dadas por outros moradores, por saberem que este possuía bar no bairro antes dos conjuntos.

Outro morador deste período é o Sr. Luis Antônio Rosa que está no bairro desde a década de 1960. O contato com o Sr. Luis foi inicialmente por outro motivo, buscava no bairro um morador que tivesse passado pela associação de moradores e conversando com as pessoas nas ruas cheguei até ele. Nesta entrevista quis ouvir histórias sobre a associação e as lutas empreendidas em torno dela, o perfil dos participantes,

² Encaminhamento teórico-metodológico inspirado em: THOMPSON. E. P. A lógica histórica. In. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-62

a relação com o poder público e, principalmente como este sujeito lembrava-se dos processos de aquisição de aparelhos e serviços públicos no bairro. Outro objetivo com estas conversas foi a de inverter o suposto defendido pela imprensa, que a cidade é, em geral, produto de ações do poder público, ou que os serviços são concessões de determinados prefeitos que tinham certa atenção para determinados bairros.

Na segunda fase ouvi os moradores Renato Jales Silva, Neirimar Vieira Marques, José Horácio Sobrinho, Elza de Santos Brito, Miguel Alves dos Santos, Maria Aparecida Duarte, Maria de Lourdes Vieira, Maria Aparecida Vilela Ferreira. Este grupo tem algumas particularidades que os aproxima. Estão todos com mais de cinquenta anos, são aposentados e chegaram ao bairro no início da década de 1980 para morar nos conjuntos habitacionais. Apesar de terem se aposentado em ofícios diferentes com menor ou maior poder de consumo estão próximos pela condição de classe e vieram morar no Presidente Roosevelt justamente por esta condição que não lhes possibilitava muitas margens de escolha.

Procurei a diversidade na escolha dos entrevistados, ainda que todos compartilham de uma condição de classe, temos entre estes motoristas, proprietários de bar, donas de casa, artesãs, domésticas, trabalhadores mais jovens³ e outros como o Sr. Reginaldo⁴ que não mora no bairro, mas utiliza uma praça como local de trabalho.

³ Aparecido Horácio Ramos, professor, por volta de 40 anos, entrevista realizada em 28 de janeiro de 2011

⁴ Sr. Reginaldo. Entrevista realizada na Praça João Jorge Cury em 07 de fevereiro de 2012. O morador não quis gravar uma entrevista formal. Falou em poucos minutos da praça onde trabalha e de algumas mudanças em seu entorno. Em função da informalidade da entrevista, disse apenas seu primeiro nome e não informou sua idade, mas aparenta ter aproximadamente 50 anos.

A opção por estas narrativas ajudaram na construção de outras alianças para, juntos produzir uma histórica mais democrática como nos inspira Alessandro Portelli em palestra na Anpuh de 2009, em Fortaleza:

Os excluídos, os marginalizados, os sem poder têm voz, porém não tem ninguém que os escutam, está voz está inclusa em um espaço limitado e o que temos que fazer é recolher esta voz e amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra e este é um trabalho político porque é um trabalho que tem a ver não só com o direito pela palavra, o direito básico de falar, mas o direito de falar e de serem ouvidos, de serem escutados e terem um papel no discurso público e nas instituições políticas e na democracia (PORTELLI, 2009)

Estes registros privados tornam-se significativos quando os colocamos em movimento com o processo histórico estudado. Diferente de querer publicizar uma história privada o meu objetivo foi de questionar uma ação política de determinados órgãos da prefeitura, como a divisão de Patrimônio Histórico, que produzem histórias sobre a cidade e as divulga como únicas. Ao tornar públicas estas outras memórias criamos outras histórias para ocupar a cena pública. A ação dos sujeitos de registrar uma festa religiosa, a construção de um cômodo, a visita de um parente e a minha de fazê-las documento possibilita construir um olhar diferente para este espaço.

O trabalho com fontes orais segundo estes princípios modifica a forma como nos relacionamos com os sujeitos sociais nos diferentes momentos, seja na entrevista, na transcrição ou escrita do texto final. Alessandro Portelli já problematizava uma forma conservadora de interpretar as fontes que hierarquizavam os papéis do entrevistado e do entrevistador. Em *A filosofia e os fatos* Portelli narra a experiência do escravo Frederick Douglass e sua relação com abolicionistas brancos norte-americanos. Estes últimos viam em Douglass “o testemunho vivo” da

história abolicionista naquele país, mas tentavam separar os papéis desempenhados por cada grupo na produção do conhecimento; Douglas responsável por narrar os fatos, os abolicionistas pela interpretação. Esta relação é apropriada por Portelli para advertir os historiadores de algumas tentações no uso das narrativas orais:

Esta distinção entre os fatos, dos quais era depositário o escravo, e a filosofia, reservada a seus patrocinadores brancos e instruídos, me parece um bom exemplo de uma má interpretação, que tem sido a base da recuperação das memórias e das fontes orais, na época contemporânea: de um lado, a ilusão do testemunho como uma tomada de consciência imediata, de primeira mão, autêntica, fiel à experiência histórica; de outro, a divisão do trabalho entre o materialismo das fontes e a intelectualidade do historiador e do sociólogo. Esta separação se fundamenta em preconceitos de caráter classista, que têm muito a ver com a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (...) (PORTELLI, 1996, p. 09)

O livro, “Muitas memórias, outras histórias” (FENELON et. al., 2004), produzido por um grupo de historiadores de diferentes universidades (entre elas a Universidade Federal de Uberlândia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal Fluminense e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná) sintetizam estes debates. Entre os diferentes temas discutidos na obra escolhi as reflexões da historiadora Yara Aun Khoury (KHOURY, 2001) sobre o trabalho com fontes orais. As provocações de Khoury resultam de um longo debate entre historiadores que têm se dedicado à produção e interpretação destas fontes com o intuito de colocar outras histórias em evidência. Mas as questões não se prendem apenas a escolha das fontes, elas nos impõem refletir sobre a responsabilidade da escrita e as alianças que queremos estabelecer com os sujeitos que escolhemos conversar.

Isto significa dizer que não podemos atingir estes objetivos propostos pela historiadora se não assumirmos o compromisso de construir novos pactos com o social e, como expresso pelo grupo memória popular, estabelecer “uma forma particular de relação de classe (entre pessoas da classe trabalhadora e setores da classe média profissional)” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 295).

Esta relação de igualdade é ainda um tema sensível para nós porque ela não pode ser estabelecida anulando as diferenças e dissimulando as desigualdades. Aprendemos com Alessandro Portelli que “somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação” (PORTELLI, 1997, p. 23). Aceitamos que a pesquisa de campo envolve sujeitos com experiências diferentes e que ambos podem aprender com esse encontro, porém não podemos desconsiderar que este encontro envolve também uma relação de poder socialmente desigual.

Ainda com o objetivo de questionar as memórias hegemônicas do poder público e o silenciamento dos modos de vida trabalhei com fotografias de acervos pessoais dos moradores e algumas que produzi durante as caminhadas. São registros de reformas de casas, de encontros com políticos locais e regionais, de momentos de lazer e trabalho e reuniões religiosas. Nas fotografias encontramos momentos definidos como significativos pelos sujeitos que a fazem. Estes registros não conseguem ultrapassar as páginas de alguns álbuns de família e com o tempo não são manuseados sequer pelos que posaram na foto. Lidas de forma isolada as fotografias parecem não dizer muito, mas interpretadas com outros registros ajudam a acompanhar a ação destes e produzir uma história que amplie o significado do que foi fotografado.

Esta produção de sentidos do passado é parte de outras que conhecemos como “memória privada” e são assim definidas pelo Grupo de Memória Popular:

O conhecimento do passado e do presente também é produzido no transcorrer da vida cotidiana. Existe um senso comum do passado que, embora possa não ter consistência nem força de explicação, contém, não obstante, elementos de senso comum. Este conhecimento pode circular, geralmente sem amplificação, nas conversas do dia-a-dia e em comparações e narrativas pessoais. Pode até ser registrado em algumas formas culturais privadas: cartas, diários, álbuns de fotografia e coleções de coisas associadas ao passado. (...) Se isto é história, é história sob extremas pressões e privações. Geralmente essa história se mantém em um nível da lembrança privada. Não só não é registrada como também é, de fato, silenciada. Não lhe é dada a oportunidade de falar (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 284-5).

Estas fontes ganharam relevo não porque continham informações privilegiadas que os jornais não dispunham, mas porque possibilitaram ampliar a cena urbana com outros sujeitos. Isto não significa que os moradores não estivessem lá, suas ações não passam a ser relevantes porque um historiador resolveu estudá-las, eles se fizeram sujeitos desta cidade e disputaram com as armas que tinham seus lugares.

Estabelecer diálogos com sujeitos que foram, em algum momento, de nosso convívio próximo traz algumas surpresa e dificuldades. Quando voltei neste bairro para conversar com alguns remanescentes da década de 1980 que ali permaneceram, entre eles o Senhor Neirimar Vieira, sentia-me “um igual”, mas o seu olhar não era o mesmo, no final da entrevista faz questão de marcar nossas diferenças naquele encontro:

...eu quero dar os parabéns para você já que estamos gravando isso aqui, faz parte da sua história que eu sempre te admirei demais como vizinho porque eu te conheço desde menino na infância, você saía de sandália havaiana e bicicleta para você estudá, hoje você formou, hoje você é o senhor Junior (...) hoje se você

é um professor eu te dou os parabéns, porque eu vi a sua história (...) você foi um cara lutador, hoje você é um professor.

Existe um caminho percorrido entre o vizinho, o menino da infância e o “senhor Junior” que não se fez apenas com o meu envelhecimento. O senhor Nerimar é motorista aposentado e sabe que a condição de professor da Prefeitura Municipal de Uberlândia não nos distanciava muito economicamente, mas o fato de retornar nesta condição profissional e pesquisador de uma universidade modificou as bases do nosso encontro. A própria expressão oral do senhor Nerimar quando ligo o gravador – o timbre da voz e o esforço por falar corretamente as palavras – mostra que não nos relacionávamos mais da mesma forma.

O primeiro procedimento a ser adotado na construção desta história é incluir estas pessoas não como vítimas ou meros espectadores das ações dos outros, mas como “sujeitos ativos da política e da democracia” (PORTELLI, 2009), o que acabou se transformando no grande desafio na escritura deste trabalho. Caminhamos muito no sentido de interpretar os processos históricos no movimento dialético que os constitui e conseguimos enxergar as ações das pessoas como interventoras nestes processos e percebemos “como elementos de uma cultura urbana, mediados por relações de vida e normas sociais, aparecem recompostos e resignificados em experiências amplas narradas de modo individual” (MORAIS, 2007, p. 15). A dificuldade parece ainda na constituição da história escrita destes processos, de compartilhar nossa história, sintetizada em uma obra, com as outras diferentes que ouvimos no campo de pesquisa.

O momento da entrevista exige respeito, responsabilidade com as histórias destes sujeitos e vontade política de aprender. Essa responsabilidade aumenta quando utilizamos destas narrativas em nosso texto acadêmico. Antônio Biá, personagem do filme *Narradores de Javé* de Eliane Caffé, tem uma boa definição para nosso trabalho de escrita: “escrivão

de prosa”. Ao ser perguntado sobre seu ofício Antônio Biá diz trabalhar “na labuta de escrevê os nobres e grandes feitos do Vale do Javé, história como bem sabe o senhor muito contada e ouvida, mas até hoje nunca escrita e lida”. Historiadores que lidam com narrativas orais na perspectiva que descrevemos aqui estão na mesma “labuta”, isto é, transformando histórias contadas e ouvidas em alguns círculos privados em histórias escritas que poderão ser lidas por públicos maiores e em diferentes lugares.

A questão que por vezes nos incomoda é como escrever estas “prosas” com “ponto e vírgula” como fala o personagem Biá aos seus narradores. Mais que isso: como incorporar as narrativas orais sem fazer delas uma bricolagem textual ou como mera informação que confirme as proposições do historiador. Yara Aun Khoury nos oferece algumas pistas:

(...) Se buscamos um diálogo aberto com essa realidade, temos buscado construir uma relação de igualdade com os interlocutores, garantindo o direito de autoria dos sujeitos envolvidos neste diálogo? Temos evitado que nossas interpretações se sobreponham às dos entrevistados de modo paternalista ou autoritário? Como produzir um texto forjado por múltiplas vozes, atribuindo-lhes o devido valor como atos interpretativos significativos da realidade em estudo? Como restituir, com a narrativa final que construímos, um produto no qual as pessoas, com quem conversamos, possam se reconhecer; no qual todos nós, enfim, possamos nos reconhecer em diálogo? (KHOURY, 2004, p. 122-3)

As questões colocadas por Khoury apontam para o que chamamos de história comum. Elaboramos questões iniciais em nossos projetos, construímos um roteiro de pesquisa, escolhemos determinados sujeitos para ouvirmos, escolhemos também nossos supostos teóricos e metodológicos, mas nos abrimos para as questões formuladas pelos entrevistados e inspirados pela lógica histórica (THOMPSON, 1981, p. 47-

62) thompsiniana vamos reelaborando perguntas, aprendendo com estes sujeitos para assim refazer hipóteses e construir um texto polifônico.

Ao assumirmos esse procedimento a escrita acadêmica sai do patamar autoritário e se faz como coloca Portelli, “contaminada”, isto é, “um coro em que atuamos como diretores de orquestra ou de cena que produz uma expressão de vozes e de sujeitos... discurso contaminado, discurso multivocal, discurso que tem uma multiplicidade de autores”(Portelli, 2009). Nesta perspectiva apontada acima entram as noções de autoria e de co-autoria. As historiadoras Heloísa Faria Cruz, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury discutem e trazem contribuições preciosas para entendimento destas no texto acadêmico. Para elas

autoria implica assumir uma escrita posicionada e com compromissos acadêmico-políticos, que não se esconda na pretensa objetividade científica, e na consciência de que cada explicação histórica que se torna pública é informada por um caminho teórico-metodológico determinado que não se propõe modelar ou universal. Co-autoria que supõe uma escrita que, no diálogo com as fontes, incorpora questões, interpretações, possibilidades e limites sugeridos pelos sujeitos históricos passados, considerando-se portadores e formuladores de diferentes projetos (...). (FENELON, CRUZ E PEIXOTO, 2004, p. 06)

Sermos autores impõe a construção de um roteiro que inicia com as questões que queremos propor à realidade vivenciada. Neste texto preocupei refletir sobre a produção social dos lugares na cidade e a disputa pelas memórias sobre eles. As questões formuladas no diálogo com as fontes surgem antes de tudo de minhas próprias vivências, no convívio com este ambiente, nos sentimentos que emergem quando volto aos lugares onde morei, da vizinhança com o “mato” tantas vezes narrado e na inquietação de ler sentidos sobre este bairro que exclui o que eu e muitos outros ali viveram.

Esse diálogo inicia a partir das minhas questões. Busco, ainda sob inspiração do texto de Thompson, pensar “como a sociedade muda, em que ponto e em função de que embates postos nesta sociedade se engendrou uma mudança cultural” (Thompson, 1981, p. 19). Para isso coloco a reflexão acadêmica no “chão social” para testá-la no diálogo com as muitas histórias, produzidas sobre diferentes linguagens que encontramos. Ao buscar evidências que me ajudasse a pensar estas questões encontrei experiências sociais de sujeitos em busca de pertencimento à cidade, esta busca esteve, por vezes, permeadas por conflitos e tensões, por outras, constituídas a partir de articulações em torno de consensos.

A leitura destas mudanças passou também pela análise das políticas públicas para moradia em Uberlândia. Senti a necessidade de refletir sobre estas ao perceber que as políticas habitacionais, além de servir aos grupos dominantes política e economicamente para maior acúmulo de capital na venda de imóveis aos mais pobres, tentava impor onde e como estes deveriam morar. No movimento dialético do fazer-se desta cidade e dos sujeitos que nela vive, percebemos que não só não aceitaram esta imposições como devolveram as pressões e mudaram relações políticas.

As diferentes histórias que ouvi e li sobre o bairro permeiam este texto orientadas por algumas questões: que espaços de sociabilidade estes homens e mulheres encontraram aqui e quais foram possíveis reconstruir? Que sentidos de solidariedade trouxeram e construíram no espaço urbano? Que expectativas foram projetadas em função das pressões vividas? Quais mudanças foram sentidas como significativas para estes sujeitos nos últimos anos nos lugares em que vivem? Como tratam estas mudanças? Que sentidos projetam? Como vivenciaram aqui as relações de poder e quais tensões e fissuras foram possíveis produzir nestas relações?

Em função destas questões e da busca pelas respostas adotamos o entendimento de que o direito à cidade não se restringe ao uso e o acesso democrático dos equipamentos públicos, mas também pelo direito à me-

mória. Ao construir uma história entremeada por outras histórias tenho como fundamento a compreensão do “caráter ativo da memória na construção histórica, portanto, no estabelecimento de forças hegemônicas” (Fenelon, Cruz e Peixoto, 2004, p. 06), dessa forma recupero evidências de ações dos moradores desta cidade para estabelecer uma forma particular de relação de classe (entre pessoas da classe trabalhadora e setores da classe média profissional) na perspectiva de criar uma aliança mais igual.

Os supostos de onde partimos também não são novos, vêm de trabalhos da chamada história social inglesa, fundamentalmente da inspiração de autores como Richard Hoggard, Edward Thompson, Raymond Williams, Christopher Hill e outros intelectuais – muitos deles brasileiros – que produziram suas reflexões a partir destes caminhos teóricos e metodológicos. Portanto estou aqui criando alguns diálogos com homens e mulheres a fim de retomar suas lutas por permanência e pertencimento para nestas entender como os espaços de viver em Uberlândia têm sido disputados historicamente e quais memórias são registradas sobre estes lugares.

Entendo como nos alerta Thompson, que o passado ao qual me reporto se fez a partir de disputas em torno de valores (THOMPSON, 1981, p. 52), portanto a interpretação sobre mudanças no espaço urbano passam pela discussão sobre os modos de vida dos sujeitos que nela vivem.

Raymond Williams (1979) já estabeleceu anos atrás que os conceitos são problemas cunhados historicamente, portanto não estão dados e prontos para nossa colheita e uso. Para apresentarmos os supostos que nos orientam no trabalho com os sentidos de cultura é necessário nos posicionarmos como intelectuais, isto é, esclarecer de onde partimos. Nesse sentido, nos identificamos com a crítica literária Beatriz Sarlo que defini nossa atividade:

Hoje, se algo pode definir a atividade intelectual, seria precisamente a interrogação sobre aquilo que parece inscrito na natureza das coisas, a fim de mostrar que as coisas não são inevitáveis. (...). Examinar o que está dado pressupondo que ele resultou de ações sociais cujo poder não é absoluto: o que está dado é a condição de uma ação futura, e não o seu limite (SARLO, 1997, p. 10)

Trabalhar com *culturas* implica desnaturalizar as relações vividas no social, apresentar e questionar as tensões que levaram a determinados caminhos e excluíram outros possíveis. Ainda sob inspiração de Sarlo busco as ações dos trabalhadores não para expô-las unicamente no trabalho ou para apontar que são diferentes, mas para participar e contribuir na luta por uma maior democratização das produções culturais. Ou ainda como coloca Maria Elisa Cevasco, reapropriar o conceito de cultura “para usos mais democráticos (CEVASCO, 2001, p. 49)

A partir destas outras histórias trabalhamos nossas idéias de cultura como produto de todas as práticas sociais, práticas estas que nos revelam diferentes modos de viver. Este conceito ganha importância por nos possibilitar entender a produção de diferentes memórias como um dos aspectos da luta de classes na sociedade, como nos ensina novamente Fenelon, atividade:

Se vivemos em uma sociedade que exclui, domina, oprime e oculta os conflitos e as diferenças sob a ideologia das identidades e da unidade do homogêneo e do único, então o direito à memória se torna uma reivindicação para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias e as outras histórias que queremos contribuir para construir [...] (FENELON, apud Da SILVA, op. cit. p. 14)

Este livro faz este caminho, parte do entendimento que vivemos em uma sociedade de classes e que os conflitos não se encerram nas

questões econômicas, pelo contrário, está em todos os meandros do cotidiano vivido. a obra foi dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, “Construindo um lugar, exercendo pressões”, entro especificamente do bairro Presidente Roosevelt para entender sua constituição mais especificamente a partir da década de 1970 com sua ocupação com os conjuntos habitacionais. Neste trago as diversas ações dos moradores para melhor viver neste lugar e construir laços de sociabilidade. O lazer, o comércio, as boas lembranças, as dificuldades de pagar a prestações, o aprendizado cotidiano para lidar com a inflação, para aprender a dialogar com o poder público, as vitórias e frustrações são trazidas para o centro do capítulo para melhor compreendermos a dinâmica de produção desta cidade.

No último capítulo, “entre Paris e Roosevelt: memórias de um bairro” recupero a produção de memórias recentes sobre o bairro no jornal Correio de Uberlândia e principalmente pela Secretaria de Cultura que produziu uma série de inventários de diferentes lugares do bairro para questionar a instituição de memórias dominantes que excluía os modos de vida de muitos moradores do bairro e o longo processo de lutas empreendidas entre eles por ver melhorar o seu bairro. Trabalho com narrativas orais e fotografias sobre o Presidente Roosevelt para problematizar a política patrimonial da cidade que reconstrói a histórias destes lugares silenciando antigas práticas e conflitos e retirar da cena urbana os moradores que ali estão a mais de quarenta anos.

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO UM LUGAR, EXERCENDO PRESSÕES

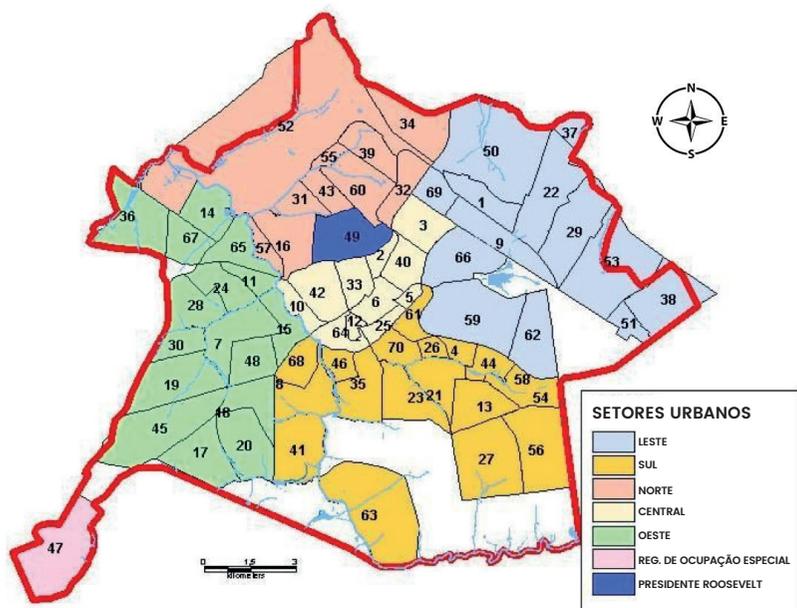
Para entender melhor a dinâmica de produção da cidade passo a olhá-la mais “de perto e de dentro” como tem feito alguns trabalhos da antropologia urbana. Esta perspectiva metodológica segundo Magnani é construída em contraposição a outras da própria antropologia e de áreas como a história que analisam as cidades como “entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade” (MAGNANI, 2002, p. 14).

A antropologia tem ajudado os historiadores a entender melhor os processos históricos. Natalie Zemon Davis aproxima as disciplinas e mostra que esta pode ser importante por estimular os historiadores “a fazer perguntas sobre acontecimentos familiares que foram menosprezados, não tanto por causarem confusão, mas porque considerados desimportantes e relegados a outras áreas do conhecimento” (DAVIS, 2011, p. 332) . No que tange aos estudos sobre a cidade de Uberlândia e seus diferentes lugares inúmeras questões já foram feitas na historiografia local de acordo com o momento e os supostos que as orientavam.

Minha questão central neste capítulo é como os lugares sociais da cidade são produzidos física e simbolicamente. Isto é, como as ações cotidianas de seus moradores, a luta por equipamentos e serviços públicos, por ver seus imóveis reformados, as práticas religiosas e de lazer deixam marcas nos lugares e produziram significados na cidade. Para dar movimento a esta perspectiva de análise escolhi tra-

balhar com o bairro Presidente Roosevelt, localizado no setor norte conforme mapa abaixo:

Figura 1. Mapa de bairros integrados. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2006.



Destacado pelo autor o bairro Presidente Roosevelt. Retirado de www.uberlandia.mg.gov.br, acessado em 02 de outubro de 2012.

O lugar foi escolhido por diferentes motivos. Primeiro pela minha própria experiência de ter ali vivido 1982 à 2002 como relatei na apresentação do livro. Além das minhas vivências e memórias, o Presidente Roosevelt é significativo por ter o seu espaço produzido e modificado em diferentes processos históricos vividos na cidade. No início da década de 1950 quando sua ocupação deu-se com características mais próximas ao mundo rural e seus moradores vivendo isolados do restante da cidade; depois no final da década de 1970 e a de 1980 com a construção dos con-

juntos habitacionais e mais recentemente com a sua verticalização financiada pelo programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal. Além destas o perfil dos moradores chama atenção, pois a grande maioria deles chegaram na segunda ocupação, vieram de outras cidades e escolheram o bairro pelas condições de classe a que estavam submetidos.

Essa interpretação será orientada por alguns supostos teórico-metodológicos e objetivos políticos. O mais importante deles é a escolha dos sujeitos e das memórias que orientam a escrita sobre a cidade e seus agentes. Entre algumas possibilidades trabalhei inspirado no texto de Christopher Hill que inverte o ponto de vista tradicional sobre a Revolução Inglesa,

Este livro estuda o que, de um ponto de vista, não passa de idéias e episódios secundários na Revolução Inglesa: as tentativas de vários grupos, formados em meio à gente simples do povo, para imporem as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição aos propósitos dos seus melhores, que os haviam chamado a ingressar na ação política. [...] Underdown aborda um período quase exatamente igual ao meu, porém de um ângulo inteiramente distinto. O seu ponto de vista é o do alto, do paço de Whitehall, enquanto o meu é o ponto de vista da minhoca (HILL, 1977, p. 35, grifos meus)

Este ponto de vista é também uma escolha narrativa para expor uma opção política sobre os sujeitos que protagonizaram mudanças sensíveis nos modos de viver nesta cidade. Concentrarei minha análise sobre o bairro nas décadas de 1970 até os primeiros anos do século XXI, deixando claro que o bairro existe oficialmente desde 1945, data da aprovação do seu loteamento (RESENDE, 2011). Esta escolha foi feita por ser este período o de maior ocupação do bairro e um tempo que nos possibilita interpretar melhor como esta cidade é disputada.

No final da década de 1970 a ocupação do Presidente Roosevelt intensifica em função da construção de vários conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação. A construção destes residenciais foi usada para o acúmulo de capital de algumas famílias proprietárias das terras desta cidade, porém a partir daqui não mais deterei minha análise nestas práticas para não limitar meu olhar a aspectos estruturais retirando as relações vividas nos seus mais diferentes espaços, como alerta Magnani:

Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade. Quando muito, faz-se referência a alguma *performance* – arte pública – que parecia ser a única forma de intervenção capaz de alterar ou, ao menos, produzir algum momentâneo estremecimento, para deleite de uns poucos e indiferença da maioria que passa ao largo de tais experimentos, a julgar pela repercussão de alguns deles na cidade de São Paulo (MAGNANI, 2002, p. 14)

Portanto fiz aqui outro caminho, não eliminei do processo histórico os grupos que detinham (e detêm) o poder econômico e político, mas coloquei no centro a presença dos moradores. Para refletir sobre suas ações e as mudanças vivenciadas busquei inspiração metodológica na noção de “pedaço” construída nos trabalhos de antropólogo acima citado e elaborada no trecho abaixo:

A noção de “pedaço”, elaborada a partir de pesquisas em bairros de periferia, aponta para a existência de um espaço social que se situa entre a esfera da casa e da rua. Com base em vínculos de vizinhança, coleguismo, procedência, de trabalho, estabelece uma forma de sociabilidade mais aberta que a fundada em

laços de família, porém menos formal e mais próxima do cotidiano que a ditada pelas normas abstratas e impessoais da sociedade mais ampla. É no âmbito do pedaço que se vive e compartilha toda sorte de vicissitudes que constituem o dia-a-dia, nos momentos de lazer, devoção, participação em atividades comunitárias e associativas, trocas de favores e pequenos serviços; e também dos inevitáveis conflitos, disputas (MAGNANI, 1998, p.58).

Como veremos no desenrolar deste capítulo, os moradores do bairro Presidente Roosevelt que chegaram nas décadas de 1970 e 1980 para morar nas casas construídas e financiadas pelo BNH tem diversas características e modos de viver que os aproximam e que transformaram o lugar em um “pedaço”.

A VILA

Durante toda a década de 1970 foram raras as referências sobre o bairro Presidente Roosevelt no jornal Correio de Uberlândia, o que não significa que seus moradores não existissem, mas naquele momento não eram vistos como pertencentes à cidade pelo elite letrada que escrevia sobre Uberlândia nas páginas da imprensa, fato que vai modificando a partir da ação constante e cotidiana destes sujeitos.

Esta década marca profundamente a cidade pela ação do poder público e algumas empresas para colocar em prática “projetos desenvolvimentistas”. Neste processo de transformações físicas e simbólicas alguns espaços da cidade não foram incluídos pelas características destoantes do projeto que se queria ver implementado. O bairro Roosevelt, por exemplo, quase não aparece no noticiário e quando isso aconteceu é qualificado como um lugar exógeno. Dessa forma, a vida dos moradores era noticiada em páginas policiais e narrada quase como anedotas:

João, da Vila Roosevelt, estava gamado no rumo da mulata Conceição. Sebastião, o marido, não concordou na 'tríplice aliança'. Resultado: o João apanhou mais que cachorro vadio em porta de restaurante e, ainda por cima, foi prêso [sic]. Encrenca grossa lá nos cafundós (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 05/11/1970, p. 03)

As pessoas deste lugar são noticiadas pelo primeiro nome, figuram como personagens, não são moradores da cidade e aparecem nas colunas policiais com práticas bárbaras ou não aceitas para os que buscavam um modelo para Uberlândia. Um leitor apressado deste jornal ficaria espantado com esta construção, pois neste tempo o próprio Correio manifestava com maior vigor uma imagem de cidade avançada, voltada para o desenvolvimento e o progresso que em tese não caberiam atitudes como a de "João" e seus vizinhos. Porém a forma cômica como é apresentada a briga reforça uma espécie de licença por serem atos de homens e mulheres que moram "lá nos cafundós", portanto não comporiam o grupo de uberlandenses [nascidos ou não na cidade] que de fato pertencem a ela.

A própria denominação do bairro como "vila" é característico desta exclusão do lugar. Desde 1948 as vilas passaram a ser chamadas legal e oficialmente de bairros, mas o velho termo permanece na escrita jornalística mais de vinte anos depois com o objetivo claro de separar o lugar onde moravam trabalhadores pobres não pertencentes ao projeto e a nova cidade que estava sendo produzida com o apoio deste periódico.

Dois anos depois, em uma reportagem construída com outro sentido narrativo aparece novamente o termo "Vila":

Os passageiros de ônibus que serve à Vila Roosevelt, no tempo da chuva são submetidos a verdadeiro martírio dos atoleiros. No tempo da seca, poeira infernal. As ruas daquele bairro, onde passa o coletivo, estão um verdadeiro lixo (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 25/02/1972, p. 03).

O tom desta notícia é de denúncia e os moradores aparecem como vítimas do descaso da prefeitura. As denominações vila e bairro aparecem misturados no pequeno texto o que revela outro sentido para o seu aparecimento no periódico. Aqui os moradores emergem não como sujeitos porque a intenção do jornalista é criticar o mandato do prefeito Renato de Freitas [1967-1970] e, posteriormente enaltecer as ações de Virgílio Galassi à frente do executivo municipal [1970-1973]:

Os moradores do Bairro Presidente Roosevelt estão satisfeitos com o Prefeito Virgílio Galassi. Por determinação do chefe do Executivo a patrula do município acertou todas as ruas e avenidas daquela parte da cidade, que ainda não receberam calçamento. Todas as ruas do Roosevelt estão em perfeitas condições de trânsito (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 03/09/1972, p. 03)

O “Cafundó” agora é noticiado como Bairro e volta a fazer parte da cidade nas linhas do jornal, não mais no espaço policial, mas tratando de ações e atritos entre prefeitos. O abandono da narrativa anedótica se faz pela escolha dos protagonistas da mesma, o ex-prefeito Virgílio Galassi, apoiado pelos editores do periódico na época. Ainda que a notícia trate dos moradores eles não estão no centro dela. No início da década de 1970 o jornal tinha como principal cotista Agenor Garcia⁵ ligado politicamente a União Democrática Nacional, então aliada do prefeito Virgílio Galassi [nesse ano filiado à Arena], portanto suas páginas estavam mais voltadas para as disputas entre as frações da mesma classe dirigente e distante das preocupações com as reais condições em que viviam os moradores, que apareciam apenas como meio e não como detentores de alguma potencialidade.

Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto em texto produzido para refletir sobre o ofício do historiador tece conside-

⁵ Retirado de: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/correio-75-anos-historia-feita-pelo-jornal-e-vivenciada-pelos-leitores/>, Acesso em: 06 nov. 2012.

rações sobre a relação imprensa e história. Afirmam as historiadoras que “além de assimilar interesses e projetos de diferentes forças sociais” (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p. 259), a imprensa:

[...] como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro (Idem).

No diálogo com as historiadoras acima analiso a imprensa como experiência social, portanto articuladora de sentidos sociais sobre o vivido. Estas notícias transformam-se em memórias e pela força do veículo acabam por torná-las dominantes. Porém ainda que suas escolhas políticas tenham poder de circular entre os grupos sociais não têm força absoluta sobre os sujeitos. Podemos perceber discordâncias entre as visões políticas do jornal e os moradores do bairro no próprio noticiário:

Marcadas exatamente para o período de chuvas, coincidentemente com o mês de novembro, as obras de infraestrutura realizadas em parte do Bairro Roosevelt, acabaram por ser interrompidas e o resultado não poderia ser outro. Os buracos não foram tapados e as ruas que já eram péssimas, ficaram piores. Veículos não podem trafegar e os pedestres são obrigados a realizar verdadeiro malabarismo para atingirem os portões de suas casas. Na parte baixa do Bairro ou mais propriamente na Av. Território do Alaska com Rua Colombia, o caos é total, a tal ponto que não há mesmo condições de circulação, sem risco de um acidente. Como estamos vendo, os fatos comprovam que esta administração municipal [Renato de Freitas], foi a única que olhou para o bairro Presidente Roosevelt, como afirmavam até há pouco tempo os cabos eleitorais e a maioria dos seus moradores (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1976, p. 05).

Ao criticarem uma administração Renato de Freitas [1973-1976] surge um tom irônico em relação à aprovação da maioria dos moradores com a administração. Esta ironia releva certa decepção com os moradores do Roosevelt, e uma reprovação de suas escolhas. Isto mostra a distância entre os projetos de cidade e seus executores eleitos pelo jornal e os sentimentos de quem morava no “cafundó”.

O fato de se mostrarem surpresos e críticos em relação a uma suposta adesão dos moradores à administração Renato de Freitas já demonstravam que não era tão simples transformar opiniões jornalísticas e pactos políticos em fatos concretos e comprovados. Evidentemente que os interesses econômicos da família Freitas pesam sobre a avaliação dos moradores da administração do prefeito. Como proprietários da gleba de terras loteada para formar o bairro, investiram parte dos recursos públicos disponíveis neste lugar para obterem retorno.

A aprovação ao prefeito pode ser creditada a uma importante obra construída no bairro, a escola Estadual Polivalente, denominada Guiomar de Freitas Costa. Sua inauguração se dá em 1972, ainda no tempo do “cafundó”, e aparece com destaque no Jornal Correio de Uberlândia:

Com a presença do Governador Rondon Pacheco, haverá amanhã, às 15 horas, a cerimônia de inauguração oficial da Escola Estadual Polivalente “Guiomar de Freitas Costa”. Será uma tarde de intensa movimentação na Vila Roosevelt e entrega oficial de uma das mais perfeitas escolas de todo interior (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 30/05/1972, p. 01).

O lugar das práticas estranhas à cidade agora recebe um dos expoentes dos grupos dominantes da cidade, o governador Rondon Pacheco. A escola inaugurada pelo político da cidade de maior ascensão nas escalas do poder oficial tinha como premissa a formação técnica de mão-de-obra e foi construída a partir do convênio Brasil-Estados Unidos, assinado pelo Ministério da Educação e Usaid [Agência Norte-A-

mericana para o Desenvolvimento Internacional] (RESENDE, 2011). Durante quase dez anos este estabelecimento tornou-se referência de educação pública de qualidade na cidade, o que deixou o bairro visível a outros moradores da cidade.

A pesquisadora Luciana Araújo V. de Resende fez um trabalho específico sobre esta escola para entender o funcionamento e a importância desta em Uberlândia. Para tanto entrevistou ex-alunos, professores e funcionários e concluiu que a escolha do lugar atendia aos interesses políticos e comerciais da família Freitas, defendidas pelo ex-prefeito Renato de Freitas [1967-1970]. As entrevistas realizadas pela pesquisadora no ano de 2010 e cedidas para este trabalho trazem referências significativas sobre o bairro no início da década de 1970 por frequentadores da escola que possuíam um nível de consumo muito maior que os que moravam no seu entorno, como relata uma ex-aluna:

A clientela que ocupou os primeiros estratos do Polivalente era uma clientela que tinha uma condição de vida boa. Os alunos, como era uma escola nova com professores bons, todo mundo que tinha algum poder conseguiu colocar nessa escola. Não me lembro que algum desses alunos veio a não fazer faculdade. Ou não prosseguir. Digamos que foram os “filhos de papai” que foram estudar no Polivalente⁶.

A nova escola expõe as contradições vividas na cidade e como os sujeitos pertencentes aos grupos economicamente dominantes olhavam para aqueles que moravam no bairro. Quando Resende pergunta para outra entrevistada sobre a escolha do lugar para criação do Polivalente ouviu a seguinte narrativa:

⁶ H. R. H. Ex-aluna. Entrevista concedida a Luciana Araújo V. de Resende, em dezembro de 2010. Acervo da pesquisadora. Não colocamos os nomes dos entrevistados em função de acordo assinado entre a pesquisadora e os entrevistados.

Era definido pelo MEC porque era uma escola afastada e ia contemplar pobre, e realmente tinha muito pobre, tinha pobre. Mas os ricos descobriram que era lá o filé, eles iam de carro, fila atravessando aquela rodovia [...]. Então, embora com toda dificuldade, os ricos saíam todos da cidade, levavam de 4 em 4, 5 e iam pra escola e buscavam onze e meia, meio dia. Mas os pobres daquela vila estudavam lá também⁷.

Assim eram qualificados os moradores do bairro. Mais do que uma condição econômica e de consumo, a noção de “pobre” nomeava os que pertenciam ou não à cidade nas décadas de 1960 e 1970. Os problemas vividos em função do isolamento decorrente da falta de ligação entre o bairro e o restante da cidade tornaram-se visíveis aos “ricos” a partir da apropriação desta escola pública. Quando se torna rota dos grupos dominantes, o bairro deixa de ser o “cafundó” para ser o lugar de difícil acesso da escola dos filhos.

É significativo como a entrevistada, ex-professora da escola e hoje empresária da cidade, separa o bairro do que considera cidade e este sentimento é vivido pelos moradores pelas dificuldades que enfrentavam cotidianamente. Importante também a qualificação que dá aos moradores porque a noção de pobre é naturalizada em sua fala e tem, inclusive, uma função moralizadora para os “ricos” que ali estudaram:

Muito interessante e foi bom pra criação desses meninos, porque, embora ricos e que as mães e os pais queriam que eles se comportassem como ricos, eles não se comportavam. Lá no meio deles era rico e pobre, todos iguais, eles comiam... os pobres nunca tiveram rejeição de estudar no meio de rico, lá não tinha esse problema. [...] O pessoal do Comercial Silveira, dois filhos [...] Eram excelentes jogadores e misturavam com os pobres. Então esse convívio foi muito interessante. [...] Eu vim de fora, o outro veio

⁷ C.M.B. ex-professora. Entrevista concedida a Luciana Araujo V. de Resende.

de fora, ninguém tinha preocupação; aquele cara é o filho do fulano, o homem mais rico da cidade... pô, e daí? Tipo o ex-dono do MIG, o Luiz Dorsa, então as sobrinhas deles estudaram lá, a Ana Flávia Dorsa Mameri e a Ana Paula, tudo bem. E elas conversavam com as meninas mais pobres, jogavam bola, carimbada, então foi muito bom pros ricos terem convivido com os pobres⁸.

Ainda que narrada em 2010, estas histórias são importantes para interpretarmos os significados construídos sobre o lugar e os sujeitos que ali moravam. Nesta narrativa continuam não pertencendo à cidade hegemônica, esta é dos “ricos” com sobrenomes conhecidos no comércio local. Os filhos dos trabalhadores entram nesta história como os “educadores” morais, aqueles que ensinariam por contraste, pela convivência, a humildade.

Os sentidos dados ao bairro nestas décadas – “era uma fazenda, não tinha nada” (A. V. G. F. Entrevista concedida a Luciana Araujo V. de Resende) – mostram as dificuldades de disputarem a cidade naquele momento. Mas os moradores do bairro contam outras histórias e disputam esta memória com outros sentidos:

A minha filha estudava no Polivalente, mas depois foi difícil e elas passaram a estudar lá na escola Professor José Inácio e tinha que levá e buscá porque os ônibus aqui pra Presidente Roosevelt era muito pouco e aqui só tinha mato de vez enquanto houve até assassinatos aqui que a pessoa ficou escondida no meio do mato até que eles acharam (REINALDO AFÔNSO ANGELO FARNESI, 2009).

O senhor Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi mora no bairro desde 1978, não está entre os nomes citados acima, não é um dos “ricos” da cidade, fala também do isolamento e da falta de infraestrutura que viveu

⁸ C.M.B. ex-professora. Entrevista concedida a Luciana Araujo V. de Resende.

nos primeiros anos, mas suas memórias sobre este tempo marca justamente a luta destes moradores pelo reconhecimento de serem sujeitos desta cidade. A dificuldade de manter sua filha no Polivalente estava no fato de esta escola não ter o ensino médio [naquele tempo segundo grau] o que o obrigava a buscar escolas de outros regiões.

Suas histórias têm como enredo central a busca pelo trabalho: “pra mim toda vida o melhor lugar foi onde eu ganhasse dinheiro”. Esta noção de pobre, daqueles que não tem nome, construída pela ex-professora na relação com o que chama de ricos retira dos primeiros suas possibilidades de intervenção e caracteriza a cidade como espaço dos grupos hegemônicos. Mas não são estes os sentidos e significados que os moradores dão às suas vidas porque olham as suas trajetórias, os níveis de escolha, avaliam sob o prisma de seus valores e se reconhecem como sujeitos. Quando pergunto ao Sr. Reinaldo sobre a sua vinda para a cidade e especificamente para o bairro traz a seguinte narrativa:

[...] na época que eu mudei pro Roosevelt aqui não tinha... tinha quase nada. Eu comprei um lote na rua sessenta e dois, construí uma casa e só tinha a minha casa. [...] A rua 62 era ali perto, no fundo da Igreja São Judas. Então na época ali não tinha nada, eu construí uma casa... (REINALDO AFÔNSO ANGELO FARNESI, 2009).

A ênfase da narrativa está na ação, no ato de construir e não apenas no fato de mudar para um bairro sem as condições estruturais necessárias. É evidente que a escolha se deu em função da sua condição de classe, mas não é como pobre e sim como sujeito e pertencente à cidade que narra sua vida nos primeiros anos.

O senhor Reinaldo Farnesi esteve entre os muitos trabalhadores deste período, mudou para o bairro em 1978: “ali perto, no fundo da Igreja São Judas”. A igreja tornou-se um ponto de referência pela sua localização mais centralizada e pela sua importância no final dos anos

setenta para estes trabalhadores que viviam em um lugar com poucas casas, muita área de cerrado e pouco contado entre eles:

Figura 02 - Mapa do bairro Presidente Roosevelt



Legenda:

1 - Igreja São Judas Tadeu

2 - Viaduto - ligação do bairro com o centro comercial da cidade.

— Av. Cesário Crosara

— BR-050

Fonte: <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-PT&tab=w1>, acessado em 12 de abril de 2011. Editado pelo autor.

Destacada em vermelho está a Avenida Cesário Crosara que praticamente limita o bairro. No centro está a Igreja São Judas Tadeu. A ocupação inicialmente se deu em torno da Igreja e ao sul até o limite com a BR-050, destacada em azul. A rodovia transformou-se em uma fronteira física e simbólica importante porque não havia, até meados da década de oitenta, viadutos que dessem acesso ao restante da cidade. A partir dos anos 80 se dá a ocupação da região norte com a construção de diversos conjuntos habitacionais [Potiguar, Treviso I, Treviso II, Satélite, Oliveira] que foram incorporados ao bairro.

Ao perguntar para o Sr. Reinaldo sobre as vantagens de morar em Uberlândia faz a seguinte interpretação:

Na época a maior vantagem foi conseguir trabalho e o estudo da minha filha porque logo depois a mais velha ela prestou vestibular na UFU, pra advocacia, direito, passou, formô, depois a outra também prestou vestibular, então com a vinda minha pra Uberlândia a

vantagem foi todas duas formarem, todas duas formô em Uberlândia, pra mim na época foi a maior vantagem foi isso aí a formatura das minhas filhas porque o estudo aqui em Uberlândia era diferente (REINALDO AFÔNSO ANGELO FARNESI, 2009).

A referência à formatura das filhas organiza determinadas memórias da vida deste morador. Para aqueles que chegaram nesta cidade na década de 1970, manter seus filhos na escola até a chegada na Universidade Federal não era uma tarefa fácil. A formatura de suas filhas mais que a possibilidade de ascensão social, significa que a escolha pela mudança valeu à pena, apesar de nunca ter saído do mesmo bairro. Apesar de falar das dificuldades de viver em lugar ilhado, o Sr. Reinaldo se coloca como protagonistas das mudanças em sua residência e, por consequência, no bairro:

Não, não tinha energia, só tinha água. Eu comprei um poste, puxei telefone pra minha casa vindo pela rua Paraguai, na época era Paraguai, então energia eu comprei um motor estacionário, pois energia na minha casa, que na época era uma casa até boa, fiquei durante um bom tempo com motor estacionário, mas devido certas coisas que acontecia porque onde eu moro hoje era tudo pasto, não tinha nada, não tinha nenhuma casa, depois é que começaram a construir. Então vivia muito sozinho, fui vítima de vários assaltos na minha casa (REINALDO AFÔNSO ANGELO FARNESI, 2009).

As narrativas como do Sr. Reinaldo são importantes para problematizar o significado da noção de pobre produzida pelo jornal Correio de Uberlândia e reafirmada pela empresária que trabalhou no Presidente Roosevelt. Estas narrativas colocam em tensão diferentes memórias sobre um lugar, suas pessoas e elegem os sujeitos sociais que constroem e pertencem à cidade. Esta é uma das muitas formas em que esta cidade foi disputada. Ao nomear os moradores do Presidente Roosevelt o jornal

Correio de Uberlândia e a empresária os retiram de cena, relegando-os o papel de coadjuvantes. As narrativas orais produzidas nas entrevistas têm a função de construir outras memórias e outros pactos que permitem não só mudar os protagonistas, mas colocar outros valores no discurso público.

OS CONJUNTOS HABITACIONAIS: NOVA OCUPAÇÃO DO BAIRRO

No final da década de 1970 o bairro Presidente Roosevelt tem seu período de maior ocupação com a construção de vários pequenos conjuntos com o Potiguar, Treviso I, Treviso II, Satélite entre outros. A construção dessas casas é anunciada com grande ênfase pelo jornal Correio de Uberlândia em 1979:

Em seu gabinete, o Prefeito Virgílio Galassi, reuniu ontem, às 11 horas, a imprensa de Uberlândia, para ratificar a conquista de mais cinco mil unidades habitacionais da COHAB/MG para os nossos assalariados. Justificando o empreendimento, o Chefe do Executivo afirmou que trata-se de uma grande conquista social, que vai dar total cobertura a outra grande conquista de nossa gente, que é a industrialização. [...] Virgílio Galassi disse ainda que as áreas para a construção dessas novas unidades, já estão sendo oferecidas e elas deverão se localizar no Santa Mônica, Lagoinha, alto do Roosevelt e nas proximidades do frigorífico Caiapó [...](CORREIO DE UBERLÂNDIA, 11/04/1979, p. 01).

Entre estas cinco mil casas anunciadas algumas começam a ser construídas e entregues em 1980 para os primeiros moradores do Presidente Roosevelt. O anúncio feito pelo Prefeito em uma entrevista coletiva para imprensa mostra o nível das tensões entre a prefeitura e os trabalhadores e a importância da habitação para o alívio destas e a

sustentação do executivo⁹. A construção destes conjuntos transformou-se em material de campanha para o então prefeito Virgílio Galassi e a expressão conjunto habitacional entrou definitivamente para o vocabulário político e jornalístico da cidade. O bairro Presidente Roosevelt que até então tinha uma ocupação esparsa e pequena começa a receber um grande número de moradores.

Começamos com a apresentação de alguns moradores. Em 1976, o senhor José Horácio Sobrinho saiu de um “arraialzinho” (JOSÉ HORÁCIO SOBRINHO, 2010) chamado Ouvidor [17 km de Catalão e 122 km de Uberlândia], no município de Catalão, no sudoeste goiano, com destino à Uberlândia. Deslocou com sua família (esposa e sete filhos) da sua terra natal em uma “Pirua”¹⁰ que trocara, dois dias antes, em um armazém na cidade de destino. A Cidade de Uberlândia não era desconhecida deste senhor. Durante certo tempo de sua vida possuiu um comércio na região rural de Catalão, “pertinho da cidade”, neste estabelecimento vendia “secos e molhados” e parte dos produtos que comercializava eram adquiridos em Uberlândia; “nas Casas Tita: comprava roupa feita pra vende lá e pano mesmo pra vende o metro”.

A vivência no comércio ajudou-o a conhecer a cidade e dar segurança no momento de escolher outro lugar para morar com a família. Ao narrar suas andanças pela cidade traz algumas referências de

⁹ CORREIO DE UBERLÂNDIA: Posseiros da Rondon Pacheco terão tratamento humano. Uberlândia, 04 de novembro de 1977, p. 07; locadores precisam se conscientizar quanto aos preços do aluguel, Uberlândia 08 de março de 1977, capa; onde destaco: qualquer residência, sem nenhum conforto, sem instalações sanitárias, verdadeiro casebre, está com aluguel abusivo e extorsivo. As de porte médio custam de 3 a 5 mil cruzeiros, e as mansões atingem a faixa de 10 a 20 mil cruzeiros. A construção de conjuntos residenciais pelo BNH é a solução que Uberlândia precisa ter, para acabar com a atual exploração dos locatários.

¹⁰ Pirua é um nome popular dado ao veículo Kombi de oito lugares da Volkswagen, muito usado por feirantes na cidade de Uberlândia que retiram os assentos e usam como transporte de produtos.

prédios e instituições que foram marcando sua trajetória: “como a rodoviária que era pertinho da praça do INSS”¹¹.

As memórias do Sr. José Horácio trazem marcos que não existem no mesmo tempo, são estabelecimentos frequentados e unidos por representarem momentos de sua vida produtiva. A rodoviária onde chegava à cidade para fazer suas compras no comércio local e o INSS o prédio da instituição que representa o direito a aposentadoria que lhe garante a sobrevivência atualmente, aliás, este é um lugar muito freqüentado por trabalhadores rurais na luta por este direito. Ao mesmo tempo suas “andanças” pela cidade alimentaram a construção de algumas expectativas em torno dela.

O senhor José não só conheceu estes espaços que agora são referências em sua memória, também construiu determinadas relações com comerciantes locais, como o dono das “Casas Tita”, onde comprava tecidos para revender. Estas lembranças são elaboradas no momento em que fala das primeiras passagens por Uberlândia, neste tempo presente elas emergem com significados distantes de uma relação comercial ordenada pela busca do maior lucro possível: “o dono da loja foi e panhou amizade com a gente né e sempre chamava pra almoça, jantá em algum lugar, lá perto em algum lugar próprio e depois me levava na rodoviária com aquelas coisa tudo” (JOSÉ HORÁCIO SOBRINHO, 2010).

Este sujeito não era só comerciante e trabalhador rural, desde o “tempo da roça” ele toca viola e compõe músicas. Quando ele nos narra sobre seu relacionamento com os vizinhos, lembra a partir desta prática: “tinha festa, boa”, e nestas era chamado “pra cantá, tocá”. Estes encontros eram realizados durante o momento do trabalho, “tinha

¹¹ A rodoviária narrada neste momento refere-se ao prédio antigo, próximo do atual centro comercial.

época que alguém fazia surpresa no outro e buscava a gente na hora e chegava lá aquele bailão lá ou fazia assim, cantava, cantá assim fazendo surpresa que daquela hora pra frente já ficava tudo farriando, amanhcia e ia trabalhá, batê pasto, limpa rego d'água ou limpa prantações assim" (Idem). A música e a festa não emergem em sua memórias como práticas deslocadas, como se fossem manifestações atípicas de uma vida quase toda preenchida pelo trabalho, pelo contrário compõe um mesmo enredo e organizam as memórias de sua vida.

Com o ofício de cantador teve a oportunidade de conhecer outras cidades maiores do que Catalão e Ouvidor o arraialzinho em que viveu até se casar, "a gente gostava de cantá, tocá, saía pra fora e voltava, nós cantava na rádio Carajás de Anápolis, rádio de Catalão, certo? Era sempre assim, as veis a gente tocava, cantava e trabalhava". Para aqueles que viviam no campo o trabalho estava relacionado à limpeza de pastos, plantações – "nóis tocava aquelas roçona, tinha umas terra boa então plantava aqueles tanto, cuía lá aqueles tanto era cinqüenta, sessenta, quarenta carro de milho" – entre outras atividades braçais, quase sempre realizada em propriedades alheias, mas trabalhando, cantando e tocando o Senhor José Horácio adquiriu novas experiências e com elas outras expectativas e necessidades que Ouvidor não conseguia contemplar.

Ouvidor não possibilitava que um comerciante ganhasse dinheiro cantando ou que dessem garantias para o sustento da família. Ao perguntar sobre o que lhe motivou a mudar e porque escolheu esta cidade, sua narrativa emerge com uma situação nova, "numa época lá a gente queria mudá – , igual esse negócio de estudá os filho – prá Goiânia ou Anápolis". A instrução formal dos filhos entremeia a narrativa sobre a luta por ver suas músicas tocadas nos centros de referência para o estilo que cantava. Na narrativa construída no tempo presente, na entrevista e no registro fotográfico tocar e cantar cedeu lugar a outras expectativas projetadas na família que foram alcançadas:

Era porque pra cá eu tinha vontade mais de criá os filho já assim numa cidade que ajudasse mais porque Catalão hoje tá bão, mais antes era fraco e pra morá em Ouvidor, Ouvidor era um arraialzinho, agora ta bãozinho mais é piqueno ainda e Catalão tá ficano grande, mais na época num dava pra gente ficá ali matutano ali as escola era fraca e aqui não já foi progredino mais e, portanto, aí os filho tem só dois que paro de estudá antes de forma, onde é o Elso e o Eltinho (JOSÉ HORÁCIO SOBRINHO, 2010).

Entre Goiânia e Anápolis, surge a opção por Uberlândia. A trajetória de José Horácio mostra como os sujeitos constroem sonhos e expectativas, mas ao mesmo tempo lidam com limites e pressões, elaboram suas experiências a partir deste movimento permeado por um conjunto de valores e, assim, fazem suas escolhas. Era necessário, para uma família com sete filhos, analisar possibilidades para agir. Depois de alguns anos no bairro Tibery, o Sr. José Horácio adquire sua habitação no Presidente Roosevelt: “aqui eu comprei de um cara, não fui eu que financiei, quando eu comprei aqui tinha poucas casa, aqui de frente era mato, tinha umas vaquinha...”.

As experiências narradas por este morador são representativas do conjunto que ocupam o bairro a partir do final da década de 1970 e durante a de 1980 nos chamados conjuntos habitacionais, em geral trabalhadores não nascidos na cidade e que dispunham de pouca margem de manobra para encontrar um lugar onde morar.

Para conhecer um pouco mais a dinâmica vivida neste processo, conversei com seu filho, o professor de Português na rede estadual de ensino Aparecido Horácio Ramos (APARECIDO HORÁCIO RAMOS, 2011). O senhor Aparecido nasceu em Ouvidor, tem hoje quarenta e oito anos e morou no Presidente Roosevelt até o final da década de 1990.

A trajetória deste morador e sua família são significativas para entendermos essa dinâmica de expansão da cidade. Na narrativa de Aparecido Ramos encontramos mais elementos sobre o bairro no momento em que chegam:

Na minha rua não [tinha asfalto]. Quando eu mudei pra lá era um Deus nos Acuda porque água era só a partir das duas da manhã, então você ficava brincando na rua porque não tinha jeito de toma banho, asfalto, eram poucas ruas que tinha asfalto, aquelas ruas que tinham ali era tudo calçado, não tinha asfalto, era tudo calçamento, a Argentina, Peru... a Peru não tinha asfalto, nada não, aquele calçamento da rua Peru, aqueles broquetinho, aqui não tem muito tempo não, então só tinha os calçamento mesmo, pra você vê a Atlântica não tinha asfalto, a Atlântica era terra, a João Bernardes que sai lá no supermercado, que era o Glória não tinha asfalto não, isso em 83 (...)(APARECIDO HORÁCIO RAMOS, 2011).

Esta foi a realidade encontrada por estes sujeitos no momento em que mudam para o bairro. A empresa loteadora tinha poucas obrigações legais a cumprir nesta relação com os compradores, o que os deixava livres para práticas de acúmulo de capital sobre trabalhadores que, pelas condições de classe, não tinham muitas escolhas.

Depois de um longo processo de lutas e espera tem-se outro diagnóstico: “O bairro melhorou muito, pertinho da minha casa ali [na verdade o seu pai] eles fizeram o UAI”. Quando este bairro recebe as melhorias urbanas necessárias passa a ter outros significados para o mercado imobiliário e o Sr. Aparecido não tem condições de ali adquirir uma casa para sua recém família, a atual residência mostra que a dinâmica de incorporação e expulsão continua ativa e novos lugares vão sendo construídos para aqueles que saem de casa, formam novas famílias e não conseguem morar próximos aos pais.

A sua interpretação sobre a mudança para este bairro está também impregnada do sentido de pioneirismo: “o primeiro conjunto que eles fizeram de lá pra cá foi esse o Potiguar que nós entramo nele. Fez esse conjunto Potiguar junto com aqueles predinhos lá embaixo, pra baixo da Atlântica onde você podia escolhe ou a casa ou os predinhos” (Idem). Chegar primeiro não significa, neste sentido, uma estratégia especulativa, mas a expressão do mesmo sentimento de outros que mudaram para o bairro durante as décadas de 1970 e parte de 1980, o isolamento. Este sentimento ainda é narrado quando se lembra de alguns prédios: “pra cá tinha pouca coisa, tinha aquelas casas antigas, tinha o Motel Vênus, [...] era escola, igreja... Do Potiguar prá cá onde é o Treviso, por exemplo não tinha, o Treviso foi fazeno depois, o Treviso II, depois surgiu o Satélite”. Os conjuntos habitacionais vão surgindo aos poucos e diminuindo a sensação de não pertencerem mais à cidade.

Nas pesquisas realizadas no acervo do Arquivo Público Municipal, mais especificamente no conjunto de leis municipais aprovadas na cidade deparei-me com um projeto que modificava o nome de uma rua no bairro, um projeto pouco relevante para minhas interpretações, mas que trouxe anexo um registro que considero importante:

Figura 03 - Projeto arquitetônico conjunto Treviso II, 1980

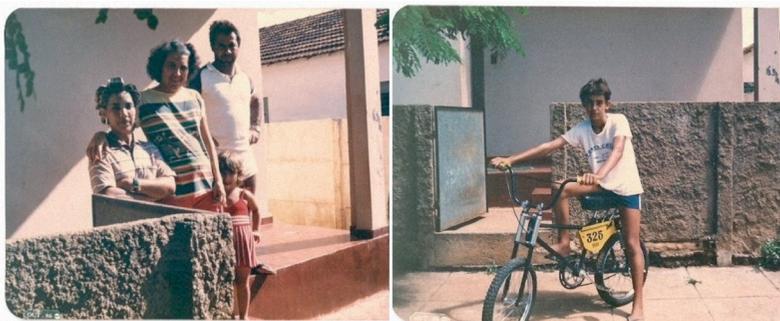


Fonseca e Freitas Construtora Ltda. Arquivo Público Municipal.

Na planta acima o desenho daquilo que engenheiros e arquitetos imaginavam ser uma casa para trabalhadores no início da década de 1980. Estas residências tinham por volta de 70m², possuíam três quartos, sala, cozinha, um banheiro e uma pequena varanda. A escolha do número de quartos dá-se pelo perfil esperado dos moradores, trabalhadores com mulher e filhos. A quantidade de quartos também reduzia o tamanho dos cômodos, talvez por isso vemos hoje ao andar pelo bairro poucas casas com a mesma proposta de tamanho e distribuição dos cômodos acima.

O leitor pode ver melhor a concepção desta habitação pelas fotos abaixo:

Fotos 1 e 2 – Residências no bairro Presidente Roosevelt, 1980.



Acervo da Senhora Josefa Cassiana da Silva.

As duas fotos acima foram registradas em 1980, dois anos depois da construção das casas. Nela destacamos o chamado “alpendre”, que no projeto aparecia como varanda. Os alpendres ou varandas eram comuns nas construções deste tempo e eram utilizados como espaço de descanso e momento em que os moradores podiam olhar “o movimento na rua”. Esta é uma característica de um tempo em que os moradores deste bairro eram mais próximos e estabeleciam relações de confiança uns com os outros, como narra o Sr Aparecido: “antigamente eu conhecia os

vizinho tudo uai, você conhecia todo mundo o daqui, o de lá, o outro, o terceiro, o quarto, você sabia os nomes dos vizinhos tudo, cada casa sabia quem morava, o fulano”(APARECIDO HORÁCIO RAMOS, 2011).

Helena Câmara Lacê Brandão e Angela Maria Moreira Martins, arquitetas e urbanistas, descrevem as funções deste lugar da casa:

Com diferentes nomes e morfologias, ela também desempenha diferentes funções. A varanda, dependendo do seu emprego e da sua forma, é instrumento de adequação climática, posto de vigília, espaço de convívio, de descanso, de contemplação, filtro da casa, local de recepção e também de distribuição, mas em todos os casos, elemento de tradição sócio-cultural que persiste ao longo do tempo. Constatação esta que torna a varanda não apenas um espaço, mas um lugar da casa.

Nessa, ela é sempre um ambiente de transição senão física, visual, entre o público e o privado, entre o espaço da casa e o da rua, entre um universo conhecido e doméstico e um mundo estranho e arisco; lugar eminente do encontro com o outro (BRANDÃO E MARTINS, 2007, p. 19).

O registro fotográfico e a narrativa oral dialogam com o exposto pelas arquitetas, isto é, o alpendre como primeiro e último lugar de encontro com o outro e de ponto de conexão com a rua. Podemos ainda colocar outra narrativa como a da Sra. Elza de Santos Brito, ao perguntar sobre as opções de lazer no bairro nos primeiros anos de moradia ela traz a seguinte narrativa:

Que eu me lembro aqui nessa época [1978-79]..... a gente reunia na casas, aqui em casa, lá na Cida, lá no Cumpadre Antônio, lá na Terezinha era onde a gente... a gente dançava, a gente jogava [bingo]... nossa! Era tão bom... lá no tio Nadim... depois acabô. A comunidade da gente continuô mas não é como era

antigamente de freqüentá, e as coisas foi crescendo foi ficando complicado. A gente não tinha tanta droga igual tem... a gente andava tranquilamente, não tinha nem muro, nem nada, o corredor era todo aberto, a gente colocava roupa no fundo e não tinha nada (ELZA DE SANTOS BRITO, 2008).

As lembranças desses primeiros anos no bairro estão impregnadas por estes sentimentos: de estar em um lugar sem infra-estrutura, por isso um “Deus nos acuda”, mas por outro lado de viverem numa espécie de “comunidade” onde as pessoas podiam conversar umas com as outras mais tranquilamente e estabelecerem certas relações de cumplicidade, como por exemplo, tornarem-se comprades¹² sem ter nenhum grau de parentesco. Nas narrativas produzidas durante o processo de pesquisa, moradores que estão neste lugar desde o final da década de 1970 lembram o início como um tempo onde vivam relações mais solidárias e tinham maiores vínculos afetivos com os vizinhos.

Estas relações eram construídas por sujeitos que compartilhavam condições de classe, histórias de vida e perspectivas. Como dissemos na introdução deste trabalho, dona Elza nasceu em Uberlândia, mas trabalhou no campo antes de morar no Presidente Roosevelt, seu marido Sr. Alcino veio do interior do nordeste para Uberlândia. O tio Naldim a que ele se refere no relato acima é o Sr. Reinaldo Afonso Farnesi também ouvido neste trabalho, que manteve um bar por mais de uma década no bairro, ponto de lazer de muitos moradores. O Sr. Reinaldo veio da cidade do Prata interior de Minas Gerais. A Cida, é a senhora Aparecida que ainda dialogarei neste capítulo, nascida na cidade de Araxá, também veio para o Presidente Roosevelt no início dos anos 80. Falamos então de homens e mulheres que apesar de algumas diferenças na capacidade

¹² Esse vínculo significava, em geral, que pelo menos um dos casais foi escolhido para ser padrinho de algum dos filhos. Esse apadrinhamento poderia ser em uma cerimônia na Igreja ou na “fogueira”, esta última realizada em uma das festas católicas do mês de Junho.

de consumo estavam na mesma condição de classe e se aproximavam pelas práticas e valores.

Ainda sobre o projeto inicial temos o desenho da fachada principal das residências:

Figura 04 - Projeto arquitetônico conjunto Treviso II, 1980



Fonseca e Freitas Construtora Ltda. Arquivo Público Municipal.

Algumas ainda conservam o projeto original:

Foto 3 – residência no bairro Presidente Roosevelt.



(fotografias produzidas em 10 de novembro de 2012)

Na foto acima observamos que a única mudança em relação ao projeto inicial é a construção do muro separando a casa da rua, obra básica pelas dificuldades com a violência urbana. Nota-se pela precariedade de parte do telhado que as reformas na arquitetura não foram feitas pelas dificuldades financeiras para tal empreendimento.

Mas residências como esta são exceção no bairro, quase todas as casas desfiguraram o projeto inicial aumento alguns cômodos, extinguindo e construindo outros. Em alguns casos a reforma da habitação era feita pelo próprio morador como mostra as fotografias abaixo:

Fotos 4 e 5: ampliação de cômodos. Casa do Presidente Roosevelt 1986



Acervo do pesquisador.

Máucia Vieira dos Reis encontrou as mesmas práticas no Conjunto Segismundo Pereira e interpreta estas reformas:

Visualizar as reformas externas realizadas nos domicílios pelos moradores possibilitou-nos perceber momentos marcantes nos seus modos de viver. Com elas, as casas foram se diferenciando, pontuando, aqui e ali, os poucos vestígios da padronização anterior: casas grandes com diferentes telhados, muros altos comprimindo pesados portões; exibindo diversidade de cores nas pinturas, nos puxados quase artesanais, ora para um lado, ora para outro. Entretanto, em

meio a essas diversificações, existem também casas que se mantêm pequenas, ou minimamente reformadas e outras denunciando um certo abandono (REIS, 2003, p. 86).

As fotografias podem ser analisadas com apoio de Reis. Nestas podemos ver que a obra acrescenta um cômodo, o que a historiadora chama de “puxado”, algo não planejado arquitetonicamente, pois isso demandaria um investimento não disponível.

Porém quero destacar outro elemento nestas reformas que marca uma característica deste pedaço em um tempo histórico específico. As fotos acima, registradas em 1986, é da residência de um morador da segunda ocupação. A foto à direita mostra a baixa qualidade da pintura das casas feitas à base de cal e à esquerda a construção do novo cômodo usado como área de serviço. Neste mesmo momento foi ampliada a cozinha da residência. Este trabalho foi realizado pelo morador nas horas de folga dos finais de semana e contou com a ajuda de alguns vizinhos, novos amigos da cidade, em um sistema de mutirão em que cada um ajudava com a habilidade que tinham em uma obra, o pagamento pelo trabalho era um almoço acompanhado de bebidas alcoólicas.

Este sujeito não foi o único deste grupo que ampliou seu imóvel nestas condições. Na conversa que tivemos lembrou que trabalhou nas casas de outros colegas e, em outros momentos, reuniram-se na chácara do Sr. Antônio, proprietário da mercearia do bairro, para fazerem limpeza de pasto e regos d’água. Esta não era uma prática estranha a eles, a grande maioria já trabalhara no campo como funcionários ou meeiros e como relatou o Sr. José Horácio faziam surpresas e “traições” aos vizinhos para ajudar na limpeza de pastos, roças entre outros lugares. Esta solidariedade de classe era uma característica marcante desta “comunidade” como se refere dona Elza, e é uma prática que mudou com as novas configurações e vizinhança do bairro.

A filósofa Marilena Chauí interpreta estas ações dos moradores de conjuntos habitacionais a partir da nação de resistência:

Para horror dos planejadores [em cuja opinião os conjuntos habitacionais haviam sido ‘destruídos’ pelos habitantes], os moradores individualizaram suas casas: as fachadas foram pintadas de cores vivas – rosa, azul, vermelho, amarelo, verde –, as calçadas foram transformadas em jardins e hortas, a cozinha se tornou sala de visitas e a sala de visitas foi transformada em mais um dormitório, no caso das famílias numerosas. [...]

Aqui, também, a população não se rebelou contra as ‘casas populares’, porém não as aceitou tais como previstas no plano modernizador. Reinventou a casa. Resistiu (CHAUÍ, 1986, p. 66-67).

A transformação da arquitetura é interpretada como um movimento de resistência, não uma resistência articulada, mas a imposição de seus modos de vida, do seu padrão estético sobre aquele que lhes foi imposto. Acredito que no caso aqui estudado, juntamente com esta resistência, está uma das muitas tentativas de pertencerem à cidade na medida em que tentam acompanhar as noções estéticas vistas fora do lugar em que vivem.

Além dos mutirões para reformas e ampliações, as práticas religiosas, de lazer e mesmo comerciais também ajudavam na construção de laços de solidariedade e no sentimento de pertencimento. Nestas práticas “as atitudes, os padrões de consumo, os gostos, crenças e vínculos de sociabilidade revelam a presença de um ‘estilo de vida’ claramente diferenciado, compartilhado e ancorado em espaços precisos da paisagem urbana” (Magnani, 1998, 0. 60). Na conversa que tive com o Sr. Miguel Alves dos Santos ouvi como estas relações pessoais permeiam as comerciais. Entre outros temas tratados na entrevista este senhor falou de uma prática comum no bairro na década de 1980 que não existe mais,

a compra nas mercearias locais como uso de cardenetas que possibilitava a aquisição de mercadoria com o pagamento no próximo salário:

Era comum, era comum. Era só mandá recado, falava olha vai lá no... digamos seu pai tem um armazém lá e conhece o fulano e vai lá e busca e marcava na cardeneta, chegava no dia o cara ia lá certinho e pagava, entendeu? Hoje não tem nada disso. Mudou muito, demais! Infelizmente a gente tem que acompanhá a tecnologia, ou certo ou errado (MIGUEL ALVES DOS SANTOS, 2011).

As mercearias eram muito usadas pela ausência dos supermercados como reforça dona Elza: “Aqui perto não tinha... se quisesse coisa de mercado tinha que í lá embaixo, naquele tempo era no supermercado Uberlândia. Aqui perto não tinha nada, não tinha Sô Manuel, o Cumpadre Antônio já tinha? Quando eu mudei prá cá? não tinha mais nada” (ELZA DOS SANTOS BRITO, 2008). Estas “compras” com base nesta relação de confiança – que precisava ser mútua porque o comprador também precisava confiar na honestidade de quem controlava as anotações – era facilitada pelas condições em que viviam compradores e vendedores do bairro, isto é, não existia distância considerável das condições de classe e modos de vida no bairro entre estes.

A mercearia era – e em certa medida continua – também o lugar de lazer destes trabalhadores, em uma cidade que “praticamente o único lazer que tinha era só no Parque do Sabiá e o Parque do Sabiá era muito atrasado, naquele tempo”(Idem). Mais do que local de comércio, era o ponto de encontro nos finais de tarde, onde jogavam o “truco”, batiam papo, falavam do trabalho, do futebol e da dificuldade de lidar com o aumento dos preços. Portanto, as condições de vida do dono desta mercearia não estavam longe de seus clientes e, não raro, este primeiro participava dos jogos e compartilhavam práticas do lugar.

Abaixo temos um registro fotográfico interessante que marca algumas práticas comuns deste lugar:

Foto 5: campeonato de truco na mercearia São Luiz, 1992.



Acervo pessoal da Sra. Maria Aparecida Duarte.

A foto registra a disputa de um campeonato de truco organizado pelo proprietário cujos competidores eram moradores dos conjuntos próximos ao estabelecimento. Nesta podemos ver ao fundo a bandeira de um santo católico. Nestes estabelecimentos misturavam relações de comércio, de amizade, trabalho, lazer que alimentavam as redes de solidariedade. Como reforça o Sr. Miguel estas relações não existem mais no bairro. O que o morador chama de “acompanhar a tecnologia” pode estar relacionada a experiência dos trabalhadores com processos de mecanização que mudam constantemente relações de trabalho, mas no caso específico das mercearias está mais relacionado ao surgimento dos grandes supermercados no bairro, o controle da inflação e a popularização dos cartões de crédito que tornou desnecessário e inútil o uso da cardeneta.

É evidente que não podemos romantizar estas relações e construir um tempo idílico da comunidade do Presidente Roosevelt. Dona Maria Aparecida, moradora do bairro desde 1983 fala destas mudanças e ao mesmo tempo questiona a solidariedade entre os membros do bairro:

[...] Não, não tinha supermercado, a gente ia no Aló Brasil, no centro. Fazia uma compra boa pro mês, depois ia comprando umas coisa aqui perto... aqui mesmo no Roosevelt tinha muita coisa... na cardeneta comprava a prazo a gente anotava.

Pesquisador: hoje não tem isso mais né.

Não vê, chegou o cartão né! Todo mundo tem cartão. Hoje... toda hora cê vai no supermercado, no cartãozinho... você pode fazer pesquisa porque antigamente você comprava na cardeneta não era todo lugar que te vendia a prazo, então aonde você tinha crédito, tinha que comprá e é lógico que ele vendia mais caro porque todo dia você pegava uma e eles anotava aquilo no final do mês você ia sabê se você comprô aquilo? (MARIA APARECIDA DUARTE, 2008).

A narrativa de Dona Maria Aparecida interpreta estas relações de confiança para a compra no caderno de anotações, mas também os conflitos que a envolvia. A confiança tinha seus preços, primeiro a obrigação do comprador de pagar mais caro já que a oferta era pequena, isto é, poucos estabelecimentos desta natureza no bairro e menos ainda os que lhe conhecia para vender a prazo sem maiores garantias.

Além disso, a narrativa aponta para alguns motivos pelos quais estas relações foram se extinguindo. O uso dos cartões e a construção de dois grandes supermercados no bairro e mesmo o controle da inflação no final da década de 1990 mudou os hábitos destes moradores. Não há mais a necessidade de deslocarem grandes distâncias, os preços controlados e mais competitivos entre os estabelecimentos permitem a compra em pequenas quantidades e o próprio cartão que dá maior liberdade para programar o momento de comprar as mercadorias necessárias para o dia-a-dia.

Estas mudanças também deslocaram o lugar de lazer e sociabilidade que antes se fazia em torno das mercearias. Ao perguntar para

Dona Maria de Lourdes o que observou como mudança no bairro faz a interpretação abaixo:

Eu vi só melhora né, cada vez melhor você vê veio um supermercado muito bom, a UAI pertinho né, tem aonde a gente fazê as educação física, hidrogenástica essas coisas tudo a gente não paga nada, muito melhor, tem lugar de faze caminhada né! Cada dia a gente nota melhora né (MARIA DE LOURDES VIEIRA, 2011).

Os supermercados deixam obsoletas as mercearias que desaparecem do bairro, substituídas por lojas de material escolar e construção civil. Seus antigos freqüentadores encontram-se em outros espaços de sociabilidade como a hidrogenástica e a educação física feita em caminhadas pelas praças do bairro. Para os encontros noturnos surgem no bairro os bares nos moldes do centro da cidade com músicas ao vivo e sem o contato mais próximo com os freqüentadores e mesmo o dono do estabelecimento.

Estes estabelecimentos passam a ser referência, inclusive, de localização no bairro como na narrativa do Sr. Miguel que trabalhou como motorista até aposentar-se. Suas lembranças sobre o bairro emergem a partir deste ofício:

Onde hoje é o supermercado Leal era uma avenida, você saía do motel tijolinho que eles falava, que é o Motel Vênus e ia até a rodoviária era avenida de cascalho, você ia pegá asfalto lá na Igreja. Você está veno essa divisória aqui no meio dessa avenida lá? O asfalto vinha de lá, essa rua vinha até aqui, daí pra cá era tudo cascalho eu vinha com o caminhão carreta eu não descia porque a carreta era LS trucada, não subia então eu deixava ela aqui, isso era em 83, 84 (MIGUEL ALVES DOS SANTOS, 2011).

As narrativas deste morador sobre o bairro fazem um movimento pendular entre passado e presente, problemas e qualidades do lugar.

Se olharmos este movimento com foco apenas nas características do bairro, o asfalto, a rede de esgoto e outros serviços públicos concluiremos facilmente que o narrador mostra uma evolução do lugar e nesta as vantagens da cidade: “hoje Uberlândia eu te falo procê eu tenho o maior prazer de morar aqui. Como todos os defeito que tem no país, Uberlândia nós estamo em primeiro lugar”(Idem). Porém acredito que sua história não trata apenas da cidade ou do lugar onde hoje mora, mas da sua própria.

Um aspecto importante desta interpretação é o uso do pronome “nós” feito pelo Sr. Miguel que amplia o sentido desta posição da cidade, isto é, o fato de estar em primeiro lugar não limita, ainda que também componha, às ações do poder público ou do empresariado local, mas incorpora a luta de muitos por ver seus lugares em melhores condições de moradia.

Outro elemento de integração e construção de sociabilidades e solidariedades foram as práticas religiosas. No bairro foi muito comum o uso do espaço público como as ruas para estas práticas principalmente no mês de junho. Já vimos em um registro fotográfico acima a bandeira de um santo católico guardado na mercearia do Sr. Antônio que durante muitos anos organizou uma festa nas imediações do seu estabelecimento comercial. Outro morador do bairro mostrou-me registros fotográficos de uma festa como esta:

Fotos 6 e 7: Festa do Divino. Residência no Presidente Roosevelt, década de 1990.



Acervo Pessoal do Sr. Neirimar Vieira Marques

Segundo Neirimar Vieira Marques, entrevistado em dois de outubro de 2008, a imagem do Divino Pai Eterno está na sua família a mais de quinze anos e ele tem como promessa faz uma festa anualmente em homenagem e devoção ao santo. Morador do conjunto Treviso II, as festas deste senhor contou sempre com a adesão de outros do local como ele mesmo fez questão de mencionar: “por sinal na última vez veio umas cem pessoa aqui”. A descrição que este morador faz de sua família poderia ser feita de muitas outras moradoras mais antigas do bairro: “a minha família é um povo sertanejo, um povo da roça, mais tinha muita fé no Divino Pai Eterno” (NEIRIMAR VIEIRA MARQUES, 2008).

Os trabalhadores que chegaram à cidade durante a década de 1970 e início de 1980 enfrentavam grandes desafios: além das pouca infra-estrutura do bairro, precisaram aprender a lidar com o constante aumento das mensalidades dos imóveis e a queda na capacidade de compra. Ao mesmo tempo em que compartilhavam práticas religiosas, espaços de lazer e relações comerciais, precisavam se preocupavam em manter seus pagamentos em dia com o BNH. Ao perguntar para o Sr. Miguel sobre as dificuldades com a inflação na década de 1980 este traz a seguinte interpretação:

... aqui na minha rua teve vários amigos meus aí que abandonô casa, não conseguia acompanhá, o cara achava que tava ganhando, que o que ele ganhava era suficiente praquilo e não era porque o dinheiro não tinha valor, tinha o bolso cheio de grana e não valia nada, era só um papel e o cara fazia dívida e não conseguia pagá eu lembro de várias pessoas aqui que abandonou casa... a Caixa tomô, e essa crise não foi só aqui em Uberlândia não, foi pra todo lado [...]. O cara estocava comida em casa porque ele sabia que daí a dois dia o preço era outra coisa, pra você vê a loucura o cara levava a família tudo pra enchê carrinho pra compra óleo pra compra não sei mais o que... (MIGUEL ALVES DO SANTOS, 2011).

Estratégias como “compra do mês” e o “estoque de comida” estão presentes nas narrativas dos moradores como meio de manter as condições de vida. A crise a que se refere o Sr. Manoel está relacionada aos números da inflação na década de 1980 e os diferentes planos econômicos idealizados para controlá-la que diminuíram muito o poder de compra dos trabalhadores¹³. Os impactos da inflação foi tamanha no cotidiano das pessoas que fora transformada em poesia nas páginas do Correio de Uberlândia:

Chegou de mansinho... bem devagar, Espreitou friamente, depois atacou! Escolheu dedo a dedo... apon-
tou..., Mirou bem o alvo..., e atirou!

Sorria sarcástico, a cada disparo Certeiro, sem erro, o
alvo alcançava! Sem ternura, sem piedade,

Saboreava maravilhado seu grande terror! E os deses-
pero dominou...

E a vítima chorou...

As lágrimas rolaram... sentidas...magoadas... Mas, de
nada adiantaram!

E os companheiros choraram... De mãos atadas viam
o desenlace. O trágico desfecho, sem saber como agir,
Como reter, aquela cena de triste dor!

Olhavam apenas... estáticos... sem nada fazer! Com-
preendendo sem entender, o poder daquele, Que su-
bitamente aterrorizou, agrediu,

Atacou e simplesmente... venceu!!! Resultado de uma
crise econômica, De uma inflação desregrada,

De uma política desgovernada!

¹³ Salários continuam a perigo, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 09/10 de maio de 1981, p. 07; Inflação da era Sarney bate novo Recorde, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 23 de março de 1990, p. 01.

Ele próprio... o terror dos assalariados, O pavor de nossos dias atuais...

O DESEMPREGO (DE ALMEIDA, 1987, p. 11)

O poder corrosivo da inflação e a política salarial que colocava na conta dos trabalhadores o resultado da crise econômica são narrados por estes moradores a partir das dificuldades de manterem os pagamentos da prestação da casa em dia:

Teve época difícil demais da conta, no começo então foi muito difícil pra mim então em particular principalmente que tive um problema, fiquei sozinha pra podê continuá criando as menina e tudo o salário era pouco eu tive muita dificuldade, muita mesmo, mais depois o governo fez um plano que a gente podia usá o fundo de garantia prá pode tá quitano a casa então eu usei o fundo de garantia que eu tinha dei mais um pouco de dinheiro e quitei.

Não era porque os meninos ajudavam... porque teve uma época que apertou tanto que muita gente parô de pagá... aí veio os menino e falou “olha pai o senhor é que sabe se vai pará de pagá”, aí ele falou “não, não vô pará não!” (MARIA APARECIDA DUARTE, 2008)

São estas experiências que norteiam as histórias contadas no tempo presente sobre o bairro Roosevelt, isto é, ter a possibilidade de sair da condição de exilado urbano para conseguir viver com um pouco mais de segurança e conseguir pagar a habitação em um tempo em que muitos não conseguiram.

Estes trabalhadores sabem o que é viver sem a mínima assistência pública de saúde, sabem o que significa estar isolado sem transporte público de qualidade, os problemas causados pela falta de infraestrutura como asfalto ou rede de esgoto e as dificuldades de sair de uma cidade e manter-se em outra:

Eu sou de Goiânia, mas eu moro aqui, eu vim pra cá em oitenta... eu amo essa cidade aqui, eu já sou uberlandense com muito orgulho. Eu tenho um documento guardado do asfalto que eu paguei que era feito pela por uma construtora... eu esqueci... o povo até falava que era do Virgílio Galassi... esqueci... agora a maioria desse bairro aqui é da família de Fonseca e Freitas, loteava e vendia você entendeu (Idem)?

O orgulho pela cidade não pode ser lido como ufanismo; a referência ao ex-prefeito Virgílio Galassi e a possível apropriação do seu dinheiro pelo pagamento de algo que teriam direito não significa uma adesão direta a uma ideologia imposta pela imprensa uberlandense que construiu uma memória pública sobre este prefeito como o “melhor do século XX” (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 08/01/2008), ainda que estes valores também pressionam estas narrativas. O fato de guardar o documento que comprova o pagamento do asfalto não deve ser lido como adesão simplista à proposta do Poder Público, mas como valor importante para estes trabalhadores.

A forma como recordam as dificuldades não os vitimiza e nem nomeia os prefeitos como autores únicos do fazer da cidade, os enredos de suas entrevistas os colocam como sujeitos da construção desse lugar, de um bairro hoje considerado bom para se viver e bem valorizado pelo mercado imobiliário. Estes trabalhadores estão nos dizendo que a valorização é consequência também de suas ações. Para sairmos de uma leitura superficial da adesão devemos interpretar estas memórias no movimento dialético da experiência:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de sobreviventes, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas

conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

Essas mudanças não são expressas apenas como ação do poder público, de um prefeito, mas estão inseridas também nas diferentes estratégias para não serem expulsos do lugar ou terem suas casas leiloadas pela Caixa Econômica Federal. São estas experiências que transformam o acesso a serviços públicos como os prestados pela Unidade de Atendimento Intensivo em umas das grandes referências do lugar:

Hoje Uberlândia em te falo procê eu tenho o maior prazer de morar aqui. Como todos os defeito que tem no país, Uberlândia nós estamo em primeiro lugar, cê vê as UAI veio acalhá, mais veio acalhá mesmo, você vai nas cidade como Goiânia que é capital não tem UAI bem arrumadinho desse jeito, minha filha passou mal nós foi no postinho, Deus me livre (MIGUEL ALVES DOS SANTOS, 2011)

“Nós estamos em primeiro lugar!” Nesta construção se juntam diferentes ações: dos próprios moradores em manter seus pagamentos em dia e reivindicar melhores condições de vida no bairro, de passar por tempos difíceis de inflação alta e carestia e do poder público em função das respostas que deu às lutas dos moradores.

ALGUMAS LUTAS

Durante a década de 1980 as necessidades dos moradores de diversos bairros da cidade voltam como pressão sobre o poder público e ganham mais projeção e visibilidade na cena pública. No dia quatro de fevereiro de 1986, o jornal O Triângulo publica editorial fazendo um balanço da derrota do grupo político ligado ao Partido Democrático Social, do ex-prefeito Virgílio Galassi e neste deixa algumas pistas das fissuras provocadas pelas ações cotidianas dos moradores dos bairros e conjuntos habitacionais de Uberlândia:

O grupo político da cidade, que foi alijado do poder nas eleições de novembro de 1982, ante a imprevisível para uns, e bem calculada para outros, vitória de Zaire Rezende, começa a se rearticular, depois de dois anos de ostracismo, para reconquistar o prestígio, a simpatia popular e a representatividade de nosso povo [...]

O inimigo, depois de três anos de domínio, começa a dar claras demonstrações de fraqueza. [...]

A tarefa no entanto não é fácil. [...]

Embora a realidade dos nossos dias seja uma grande farsa municipal, os que iniciam sua jornada pela reconquista do poder, terão que aprender não poderão repetir nos palanques os velhos discursos da década passada. Terão que entender que não conseguirão votos populares, enquanto não souberem que existe o bairro Nossa Senhora das Graças, o Movimento Feminista, o Movimento Negro, o Sindical e o das Comunidades de Base. Não podem, nem mesmo ignorar a festa da Constituinte, pois esta será o carro-chefe de 1986, como no ano passado o foram as Diretas Já ou o Colégio Eleitoral [...] (O TRIÂNGULO, 04/02/1986, p. 02)

O editorial é elucidativo dos efeitos provocados pelas reivindicações dos moradores na ação política tradicional da cidade. Ao falar sobre as possibilidades de vitórias nas eleições o jornalista destaca a presença pulsante dos cidadãos comuns nas mais diferentes organizações de movimentos sociais e fora delas vivendo nos bairros. Em geral a ideia divulgada pelo editorial aos seus pares do PDS é que não seria mais possível, como fora no passado, ignorar a presença dos sujeitos, suas necessidades e sua força no cenário político institucional. Essa conclusão do jornal veio depois de anos de luta por melhores condições de vida nesta cidade e foi fruto de anos de aprendizagem dos mo-

radores para construir caminhos que os levassem a pressionar o poder público e conseguir estas melhorias.

A partir da década de 1980 os bairros passam a ser vistos com outros olhos pelo poder público e pela imprensa de Uberlândia em função da presença constante de seus moradores reivindicando serviços públicos e melhor infraestrutura. O historiador Carlos Meneses de Sousa pesquisou sobre as condições de vida dos trabalhadores na cidade de Uberlândia no final do século XX e início do XXI, em seu trabalho encontra evidências de pressões exercidas por moradores de diferentes bairros da cidade desde a década de 1970:

Percebi que as Solicitações por melhorias na vida dos moradores da cidade se faziam presentes desde a década de 1970. Pedidos e abaixo-assinados por asfaltamento de ruas, iluminação pública, linha de ônibus, água encanada, redes de esgoto, escolas, feiras e praças eram questões que dominavam a pauta de solicitações (SANTOS, 2009, p. 93)

As reivindicações via abaixo-assinado já vinham desde a década de 1970, porém pouco noticiadas e atendidas. O que parece mudar na virada para a década de 1980 é a maior quantidade de pessoas reivindicando e a disposição política de ter uma cidade melhor e diferente. Em minha pesquisa de mestrado sobre lutas por construção do espaço público na cidade, mais especificamente um pedaço do bairro Bom Jesus ouvi diversos moradores entre eles o Sr. Valci e a dona Marli, o casal explicou-me como se deu uma das diferentes pressões por mudança dos moradores dos bairros desassistidos a cidade:

Valci ...mais você sabe porque o povo votou mais no Zaire da primeira vez? Vou te contar porque, ele num era nem conhecido em Uberlândia, ele nem daqui num é...

Marli: Não! Ele é daqui.

Valci: ele é daqui mais num morava aqui! Mais você

sabe o que é que é? A luta do povo nessa hora pra tentá mudá alguma coisa, com aqueles antigos Renato, Virgílio...

Marli: Renato, Virgílio, Virgílio, Renato.

Valci: Renato, Virgílio e Renato ali e Ferola que também era praticamente o mesmo Virgílio que governava. O povo foi decepcionando com esses políticos sabe? Só eles que ganhava, só eles que ganhava. Então aquilo foi tipo... como é que se fala? Sei lá...

Marli: uma revanche do povo.

Valci: uma revanche do povo, era pra notá que eles num tava satisfeito com os governos atual né...

Marli: um protesto (VALCI DA SILVA OLIVEIRA; MARLI APARECIDA OLIVEIRA, 2004).

A narrativa destes moradores interpreta porque o olhar do poder público e de outras instituições ligadas aos diferentes poderes na cidade mudam em relação a estes sujeitos antes negados como pertencentes a um ideal de cidade. A *revanche* do povo provocou um hiato no poder público que vinha sendo dividido entre prefeitos ligados à grande propriedade rural. Foi um aviso! Diferentes regiões da cidade participaram deste manifesto, o bairro Presidente Roosevelt foi um deles.

Sobre este processo de lutas e diálogos com o poder público conversei com o Sr. Luiz Antônio Rosa, ex-dirigente da associação de moradores do bairro Presidente Roosevelt. A Associação de Moradores foi criada oficialmente pelo projeto de lei 1012 de 29 de junho de 1983 já no segundo momento de ocupação do bairro com os conjuntos habitacionais. Seu Luiz fala desta instituição e dos seus participantes como sujeitos sociais que atuaram de maneira decisiva em diferentes momentos da história política institucional da cidade. Ao perguntar sobre o perfil dos moradores do bairro constrói a seguinte interpretação:

O bairro Presidente Roosevelt é um bairro espetacular, é um bairro de pessoas extremamente politizadas, você vê que é diferente a postura no bairro Roosevelt a escolha de candidato, a postura política. Toda virada política, toda mudança, toda proposta nova começou pelo bairro. Um exemplo que mudou por completo a realidade da cidade principalmente a realidade social, que até então aqueles que comandavam a cidade não tinha uma visão, era aquela coisa de administrar para poucos, de administrar pr'um amigo, pr'um empreiteiro, pr'um dono de imobiliária e Uberlândia já naquela época com o crescimento que tinha, a população já necessitava de benefícios sociais. Essa administração que eu tô falando que mudô a cara da cidade e a partir daí todo aquele que se candidatou começou a preocupar com os problemas na área da saúde, creche [...] eu falo da primeira administração do prefeito Zaire Rezende que veio como uma novidade total. Foi uma campanha que começou no bairro Roosevelt, uma campanha silenciosa [...] (LUIS ANTONIO ROSA, 2012).

O momento em que falo com o Sr. Luiz é de recuperação para ele de uma longa militância e uma vontade de voltar a associação, ao mesmo tempo é nítido o desejo de ser reconhecido como alguém que atuou junto a comunidade do bairro para projetar o seu nome. O morador, que já ocupou cargo em confiança na prefeitura sob o comando do ex- prefeito Virgílio Galassi (PDS), busca com a entrevista se projetar novamente, atitude nítida quando faz questão de também gravar nosso encontro e quando traz provas e documentos de suas ações. É interessante como coloca os moradores do bairro no grupo dos politizados, daqueles que não agem de maneira impensada no momento de votar, um reconhecimento feito por alguém que se sente um deles, mas se coloca como um líder nato. Significativo também é o corte que este estabelece na eleição do ex-prefeito Zaire Rezende em 1982 e elege como protagonistas dessa vitória os moradores do bairro e não uma estratégia de cooptação do grupo peemedebista.

A associação representou os moradores em algumas batalhas diretas por melhorias. Uma delas, por exemplo, é a construção do viaduto que faz a ligação entre o bairro e a região comercial da cidade sobre a BR-365. Quando pergunto ao Sr. Luiz sobre as principais vitórias obtidas pela associação traz a seguinte narrativa:

Na ocasião que nós iniciamos assim o trabalho eu resolvi colaborar foi com relação ao número elevado de mortes na BR-365 [...] ali era semanalmente caminhões passando por cima de pessoas todo tipo de violência de trânsito e tem um fato muito triste. Na ocasião para ir-se a igreja São Judas Tadeu vinha pela avenida João Pessoa e ainda não havia viaduto tinha de passar na rodovia e é um fato que toda uma família que vinha dentro do carro, ia pra um casamento e ali faleceu e na sequencia foram inúmeros, inúmeros acidentes com mortes, daí veio a construção do viaduto Chuá foi uma conquista parece que no governo do Dr. Zaire ainda [...] (Idem).

Esta é uma bandeira significativa para o morador e antigo diretor da associação. A narrativa permeada de relatos de mortes busca mostrar a relevância da luta e a importância desta conquista para quem morava no bairro. Para “provar” que a construção do viaduto foi fruto de ações da associação, o Sr. Luiz foi até o local e registrou algumas fotografias que fez questão de mostrar no momento da entrevista:

Foto 08: Viaduto do Chuá, 2008.



Acervo pessoal do Sr. Luis Antonio Rosa.

O registro fotográfico do ex-dirigente não traz elementos de uma luta entre associação e prefeitura e poderia ser feito por qualquer cidadão. A relevância de tal fotografia não está no que foi registrado, mas no significado dado a ela como materialização de uma ação. Ainda que pareça ser uma tentativa de projeção individual é relevante como construção de outras memórias sobre a edificação de vias tão comumente atreladas a nomes de prefeitos, deputados e vereadores da cidade.

O viaduto em destaque foi construído a partir de empréstimo da Prefeitura junto ao Banco Nacional de Habitação, denominado Projeto Cura e ganhou relativo espaço no Jornal Correio de Uberlândia:

O Programa de Complementação Urbana [Projeto Cura] foi amplamente discutido na última sexta-feira, em reunião no Bairro Marta Helena, com a participação de aproximadamente 300 moradores locais e a presença do prefeito Zaire Rezende, secretários de Obras e Fazenda, José Francisco dos Santos e Tiago de Almeida.

O encontro ofereceu aos moradores do bairro maiores detalhes sobre o projeto e buscou a opinião da população local, quanto a validade e interesse na sua aplicação, que na sua maioria se mostrou receptiva.

Benefícios

O Projeto Cura é um programa do BNH e se viabiliza através da obtenção de financiamento pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, que repassa o ônus para a população da área beneficiada.

[...]

A implantação do Projeto Cura nos três bairros só será possível diante da aprovação dos moradores, e para dar continuidade à discussão deste projeto serão realizadas estas semanas reuniões nos bairros Presidente Roosevelt e Jardim Brasília (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 18/05/1983, capa).

A ligação só é feita em meados da década de 1980 e o empréstimo feito pela prefeitura é pago pelos moradores conforme lei enviada pelo poder Executivo à Câmara Municipal:

O projeto Cura Piloto de Uberlândia tem por finalidade a execução de obras de pavimentação asfáltica, meios fios e drenagem pluvial em áreas habitadas por população de baixa renda.

As áreas beneficiadas com este projeto são: Jardim Brasília, Bairro Presidente Roosevelt e Bairro Marta Helena.

O projeto de Lei que encaminho para apreciação desta Casa de Leis autoriza o parcelamento do pagamento das Contribuições de Melhoria dessas áreas, em até 240 meses. Este é o prazo que o município tem para pagar o financiamento [...] (Idem)

A relação entre moradores do bairro e o poder público ganham espaço em alguns periódicos da cidade, principalmente o jornal oficial da Prefeitura apropriando de suas reivindicações para a tentativa de instituir uma imagem nova do relacionamento entre poder público e moradores:

O orçamento para 1985 da Prefeitura Municipal de Uberlândia foi substancialmente aumentado com a liberação, pelo Banco Nacional da Habitação, de verba da ordem de Cr\$ 7,9 bilhões [valores de setembro], referentes ao projeto Cura – Complementação Urbana e Recuperação Acelerada. [...]

- A escolha deveu-se a três critérios básicos, explicou o Secretário de Obras, José Francisco dos Santos. É uma região populosa, carente e com grande dificuldade de interligação com o restante da cidade. [...] Obviamente, o simples anúncio das obras já foi motivo de regozijo entre os populares. A curiosidade é grande em saber 'quando terei esgoto', ou 'quando minha rua será asfaltada'.

Os moradores da rua Coronel Aniceto Pereira, no Bairro Roosevelt – que, segundo eles próprios depõe, ‘é uma das piores de Uberlândia’ – estão radiantes com a idéia [sic] de que poderão contar, em breve, com serviço regular de coleta de lixo.

O presidente da Associação de Moradores do Bairro Roosevelt, Antônio Rony Henriques, analisando a repercussão da chegada do Cura em seu bairro, afirma:

- O que nós sentimos juntos aos moradores é que o Cura será a redenção de um bairro esquecido durante anos por administrações públicas que cuidaram apenas do centro da cidade.

Para ele, ‘a destinação de tão vultosa verba em benefício da nossa região é a conclusão das promessas do Prefeito Zaire Rezende de olhar para a periferia’. [...]

Antônio Henriques conclui que o “Cura é a vivência, é a consequência, a concretização da propalada e, agora, para nós, concretizada proposta de realizarmos um governo da ‘Democracia Participativa’”.

Também residente na rua Coronel Aniceto Pereira, nº 495, dona Maria Amélia Paim, de 59 anos, diz que ‘há muitos anos que esperamos por melhorias’.

Afirmando que ‘a Prefeitura nunca fez nada para nossa região’, dona Amélia mostra-se mais animada com a possibilidade de poder contar com rede de esgoto no bairro.

- A maioria das pessoas aqui usa é fossa, o que sempre traz problema, porque elas enchem com muita facilidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1984, p. 03)

Em meio à felicidade total expressa nas páginas do Jornal Participação podemos ler alguns significados dados a este lugar e como se encontrava ainda em 1984. Há entre os entrevistados moradores que

não contam com rede de esgoto e asfalto, há também a fala do presidente da Associação do Bairro Roosevelt, ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro enaltecendo o slogan do governo Zaire Rezende [1983-1986] do mesmo partido.

A intenção do jornal é construir uma imagem de governo que define obras de acordo com os interesses dos moradores. Estes falam da felicidade de verem suas necessidades atendidas, o que é narrado pelo jornal como uma nova forma de governar, contemplando a chamada periferia. As reuniões entre prefeito e moradores não constituem atos democráticos para escolher o que fazer com o dinheiro como tentou emplacar ou para ver se querem ou não as obras, mas um meio de conseguir a adesão dos moradores para arcarem com os custos.

O que está expresso nesta reportagem não é uma mudança provocada por um novo olhar do poder público, ou a descoberta da periferia pelos gestores do dinheiro público, mas consequência de um longo processo de luta pela melhoria deste lugar ou para deixarem o isolamento e fazerem parte da cidade de fato e de direito.

Outras lutas vão ganhando corpo à medida que as demandas vão se ampliando, tornado uma necessidade mais ampla e posteriormente vistas pelos moradores como direito. Para os trabalhadores quem chegaram aqui nas décadas de 1960 e 1970 a falta de acesso ao ensino formal era uma das grandes pressões, usadas para justificar a condição em que eram expostos. O acesso à escola torna-se então outra bandeira importante em função das dificuldades de manter os filhos nestas instituições:

As associações de Bairros do Presidente Roosevelt e vizinhos, convocam uma reunião de todos os seus moradores, para um amplo debate e tomada de decisões, sobre a criação de uma Escola Comunitária de 2º grau. A reunião será no próximo domingo, dia 16, às 15 horas, no Anfiteatro do SESI [...] (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 07/01/1983, p. 09)

A necessidade deste nível de escolarização leva a associação e se movimentar e propor a construção de um prédio com a mão-de-obra dos próprios moradores. Ao perguntar para o Sr. Luiz sobre esta luta da associação este narra que,

Esse detalhe da educação no Bairro Roosevelt foi algo assim em todas as ocasiões algo espetacular houve sempre essa consciência em todos que participaram na luta pela presença de escolas. [...] Onde o bairro tem esse elevado grau de conscientização é devido esse investimento na educação. Na associação nós tivemos momentos maravilhosos né. [...] Outro momento que nós ajudamos foi quando do segundo grau na escola Padre Mário, que na ocasião os alunos terminava e queriam continuar na escola. Então era algo extremamente difícil de se conquistar, então na época a gente fez uma mobilização muito grande também com abaixo-assinado, reunião com os pais [...] (LUIS ANTONIO ROSA, 2012).

O ex-dirigente narra a luta pelo acesso ao segundo grau em uma das escolas do bairro e a conquista deste direito como ação dos moradores. É interessante o destaque dado ao grau de conscientização dos moradores e este imbricado a existência das escolas. A conscientização dos moradores e a capacidade da associação de organizar e conseguir conquistas para o bairro é o que organiza as memórias do Sr. Luiz. A entrevista é fundamental para reordenarmos nossas histórias e questionar determinadas memórias que falam do acesso aos direitos básicos no interior do bairro a partir da ação do poder público silenciando estas trajetórias de luta:

A escola de segundo grau, com quatro salas de aula, conquistada no final da administração Virgílio Galassi já está funcionando e ministrando o programa da primeira série para 100 alunos que nela foram matriculados, sem passarem por exames de seleção e que residem no Bairro Roosevelt, onde o estabelecimento foi implantado [...] ²²⁴

O prefeito Zaire Rezende e o secretário de Saúde do Município, Flávio Goulart, inauguraram na manhã do último domingo, os centros de saúde do bairro Brasil [...] e do bairro Presidente Roosevelt [...].

No bairro Presidente Roosevelt, a inauguração do Centro de Saúde se iniciou as 10 horas e 30 minutos, com a presença de autoridades municipais e moradores. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 07/03/1984/ p. 03)

Nos dois recortes do Correio de Uberlândia a ação para construir prédios públicos que atendam as necessidades dos moradores vem acompanhada dos nomes dos prefeitos que inauguraram as obras ou administravam a cidade no momento em que foram feitas. Todo processo de luta e mobilização é apagado para ratificar uma noção política defendida pelos periódicos locais: a produção da cidade é obra do poder público e dos grupos economicamente dominantes, os moradores podem, no máximo, apresentar algumas reclamações numa espécie de ouvidoria:

As constantes e fortes chuvas que caíram por toda cidade, provocaram uma destruição no acesso para o Bairro Presidente Roosevelt, através do calçamento de paralelepípedos, junto ao posto Chuá. Como as águas descem com violência dos altos do bairro, para morrer naquele acesso, a força arranca as pedras e arrebenta o que encontra na sua frente.

Ontem, uma comissão de moradores daquele importante e progressista bairro de nossa cidade, esteve aqui na redação, a fim de solicitar ao prefeito Zaire Rezende e aos Secretários de Obras e Serviços Urbanos, urgentes providências [...] (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 06/01/1984, p. 01)

Nesta narrativa acima a imagem construída sobre o bairro já difere muito do lugar dos pobres da década de 1970 e podemos ler o processo de incorporação do lugar à cidade pela noção de progresso. Esta aceitação não se dá no nível do discurso e é resultado de um longo processo de

luta pelas melhorias do bairro e pelo pertencimento à cidade orquestrada pelos moradores e postas em práticas com diversas estratégias.

Com uma narrativa diferenciada o jornal Primeira Hora também noticia a conquista do ensino de segundo grau no bairro:

Está em funcionamento desde o último dia 17 no bairro Presidente Roosevelt o anexo da Escola Estadual José Inácio de Souza, com quatro salas de 2º grau [...]. A Associação dos Moradores do Bairro Presidente Roosevelt pleiteou a instalação do 2º grau durante dois anos e segundo seu presidente, Antônio Eustáquio Marra 'o anseio do povo foi atendido e continuaremos a reivindicar a melhoria da escola, com a construção da biblioteca, cantina, salas de laboratório, quadras de esporte e muro' (PRIMEIRA HORA, 17/05/1983, p. 05)

Há na notícia um espaço para a fala do presidente da associação e de suas futuras reivindicações, o que parece inverter a escolha dos protagonistas. Porém um olhar mais atento aos produtores do jornal (ligados ao grupo peemedebista que estava no poder com Zaire Rezende) percebemos que trazem a associação para mostrar a abertura do poder público ao diálogo com estas instituições sem abrir mão da centralização das ações ao prefeito.

O lugar exilado e exógeno começa a aparecer em determinadas narrativas como pressão. Em reunião da Câmara de Vereadores realizada no início desta década já algumas evidências da movimentação dos moradores do bairro:

ORESTES CLÁUDIO FERNANDES dizendo-se católico mostrou-se chocado com as atitudes de preparação para o 1º de maio por parte dos fiéis da Igreja São Judas Tadeu, prevendo manifestações sobre salários, desemprego e outros. Acha que atitudes políticas não combinam com a pastoral religiosa e

que a distribuição de material de conteúdo agitador e subversivo por parte de elementos acobertados no templo, é uma afronta a religião (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1981).

O contato com alguns militantes no interior da Igreja Católica foi importante para a formação de outros grupos no bairro e no aprendizado cotidiano para transformação de necessidades em direito.

A experiência de viver um processo difícil para permanência e pertencimento à cidade geram aprendizados diferentes para os moradores do bairro. A Igreja é transformada em lugar de diálogo e construção de estratégias para disputarem a cidade: trabalho, educação formal para os filhos, saúde pública transformam-se em direitos discutido nestes espaços. Os antigos membros dos grupos dominantes que atuavam no poder público oficial e imprensa se sentem obrigados a dar respostas.

Aproprio das palavras de E. P. Thompson para dizer que os moradores do bairro, trabalhadores que em sua grande maioria vieram de outros lugares para esta cidade aceitam os valores impostos pelos detentores do poder político e econômico local e “revidam os golpes” (Thompson, 2002, p.294) transformando em luta por direito aquilo que não tinham acesso. Há ao longo deste processo uma reordenação de forças provocada por este aprendizado que possibilitou a defesa de determinados valores e práticas no interior do bairro e a rejeição de projetos impostos pela prefeitura.

Quando peço aos moradores para fazer uma avaliação do bairro hoje, eles trazem elementos significativos para suas vidas:

No meu ponto de vista hoje melhorou bastante, já tem asfalto, a gente tem o que precisa aqui perto né, supermercado, tem a UAI né, médico, tem farmácia, pra mim melhorou 1000 por cento, nem foi cem por cento [...] (Maria Aparecida Duarte, 2008)

Melhorou muito UAI, melhorou muito porque tem hospital, tem farmácia, tem mercado, tem postinho, tem aquele como fala que faz exame... laboratório, muita coisa, mudou muito, agora aqui tem tudo, o que nós precisa aqui tem, tem muitas lojas aqui, então você não precisa sair daqui e ir lá no centro [...] (Elza de Santos Brito, 2008)

Vou ter dizer uma coisa você vai comprar uma casa aqui você vai gostar, esse bairro é bom a trezentos metros, seiscentos metros você vai encontrar dois bancos, aqui perto, tem UAI aqui perto, tem um supermercado aqui perto você pode ir a pé, cinco linhas de ônibus aqui, nós somos privilegiado [...] (MIGUEL ALVES DOS SANTOS, 2011)

A avaliação geral dos moradores do bairro que estão aqui desde a década de 1970 é boa principalmente pelos equipamentos públicos e privados que facilitaram suas vidas. Em geral estes moradores têm mais de cinquenta anos e serviços públicos como os oferecidos pela Unidade de Atendimento Intensivo – UAI são importantes para o seu dia-a-dia. Além disso supermercados e farmácias facilitam suas vidas por não necessitar que se desloquem grandes distância para obter mercadorias básicas. Isto não significa que não existem problemas – “a questão que eu vejo hoje é a falta de médico porque você fica aí na UAI quase o dia inteiro para ser atendida, principalmente cardiologista” – mesmo porque, como lembra o historiador Carlos Menezes Souza: “a luta de classes continua compondo a experiência social, inclusive com ameaças e ações de enfrentamento” (SANTOS, 2009, p. 92).

A avaliação positiva do bairro feita por alguns moradores não implica que durante o processo de luta por estas melhorias não houvesse derrotas, que as perspectivas projetadas pelos moradores foram totalmente aceitas e incorporadas pelo poder público ou mesmo que con-

cordemos com as estratégias utilizadas por dirigentes para conseguir os êxitos que achavam necessários neste momento.

Na conversa que tive com o Sr. Luis Antonio Rosa este revelou que para conseguir êxito nas negociações com o poder público valia qualquer estratégia, mesmo a de aproximação com os prefeitos e vereadores, ou apoiá-los em determinadas batalhas em troca do acesso aos serviços públicos desejados. É com a certeza de usar a estratégia correta que este mostra fotografias com alguns políticos da cidade como uma espécie de medalha de honra:

Fotos 6 e 7: Festa do Divino. Residência no Presidente Roosevelt, década de 1990.



Acervo do Sr. Luís Antonio Rosa.

Esta aproximação dá condições de ter seu nome na capa do jornal da fundação maçônica com o seguinte relato:

— Estamos próximos da realização de um antigo sonho. Foi assim que o presidente da Associação de Moradores do Bairro Presidente Roosevelt, Luiz Antonio Rosa, se manifestou a respeito da inauguração da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Josias de Freitas. Segundo ele, esta foi a melhor notícia que os moradores do bairro receberam nos últimos tempo.

— O prefeito Virgílio Galassi nos prometeu entregar a Unidade até o final de setembro e, mais uma vez, cumpriu sua palavra, afirma Luiz (FUNDAÇÃO MAÇONICA MANOEL DO SANTOS, 1988, p. 01)

A Unidade de Atendimento transformou-se em marco e referência para os moradores, divisa entre os bairros e símbolo das melhorias do Presidente Roosevelt. Outros espaços também foram usados para pactos entre moradores do lugar e os políticos formais ávidos por palanque e votos:

Foto 11: Festa de aniversário da E. E. Guiomar de Freitas Costa —Polivalente, 1998



Acervo da Escola.

Na foto, de preto, a ex-diretora da escola Maria do Rosário Silva, que foi candidata a vereadora em Uberlândia pelo Partido Democrático Trabalhista e já ocupou o cargo de Superintendente de Ensino indicada pelo ex-governador Aécio Neves e o ex-vereador Renato Bouças. A escola foi lugar de intensas campanhas de grupos políticos conservadores de Uberlândia. Assim como a inauguração da UAI estas festas na escola simbolizam as estratégias de apropriação dos anseios populares para manutenção das desigualdades de classe existentes na cidade. Hoje a luta é

por um atendimento melhor e o processo de lutas e apropriações deste tempo pode ser interpretado sob outro prisma com o documento abaixo:

Em novembro de 1986 todos nós brasileiros fomos convocados a irem às Urnas dar o nosso apoio aos candidatos do PMDB, e o Brasil inteiro cumpriu o seu dever de escolher as pessoas que eram dignas para dirigir o nosso país, mas infelizmente logo após as Eleições, nós os Brasileiros fomos apunhalados pelas costas pelos nossos governantes que ao sentir com o poder que nós demos a eles nas mãos, usaram, não para o nosso bem, as usando deste poder para beneficiar uma minuria [sic] que tem o contróle [sic] de uma boa parte do Brasil.

[...] O que mais me deixa preocupado é com o partido PMDB que tanto lutou para chegar no poder e que agora que tem tudo para mudar a situação fica de longe vendo tudo acontecer e nada faz de concreto para melhorar a vida de todos nós Brasileiros.

Moro em um Bairro de Uberlândia e é angustiante a situação por aqui, pais que desesperados abandonam a família por não dar conta de trazer para casa o suficiente para não ver os filhos morrendo a míngua, e outros Pais que vivem às voltas com o problema das faltas de moradia, sem condições de pagar aluguel, a situação é tão crítica, que a maioria tem que optar ou morrem, ou pagam aluguel, os dois jamais o salário que ganham não dá.

Eu sei que a maioria dos nossos políticos de hoje que estão no poder sabem destas situações, pois, a bem pouco tempo passaram pelos nossos Bairros fazendo campanha para se elegerem.

O que nós precisamos é da união de todos para melhorar a concentração e a solução de nossos problemas, a fim de que alguém tome alguma decisão por nós Brasileiros, urgente ou pelo menos a curto prazo [...] (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS UBERLÂNDIA, 06 de Abril de 1987).

A carta desabafo do morador do bairro Presidente Roosevelt, Sr. Sebastião José Martins de Souza, mostra que nem sempre as lutas se resumiram aos aparelhos e serviços públicos e que em alguns momentos moradores do bairro, membros da Associação de moradores acreditaram que as mudanças poderiam ser maiores. Se o resultado das pressões exercidas pelos moradores foram eficazes na melhoria das condições de vida, resultaram por outro lado, na valorização do bairro pelo mercado imobiliário trazendo como consequência a dificuldade de permanência para aqueles que moravam de aluguel ou para os filhos dos antigos moradores, obrigados a sair para lugares mais distantes.

Assim o processo de luta pela cidade não se encerra para os moradores do bairro e os seus próximos. Veremos no último capítulo outros meandros desta disputa, agora em torno das memórias e dos silêncios produzidos sobre este lugar e os modos de vida constituídos pelos seus moradores nos últimos cinquenta anos.

CAPÍTULO II

ENTRE PARIS E ROOSEVELT: MEMÓRIAS DE UM BAIRRO

Em 2009 o jornal Correio de Uberlândia fez uma série de reportagens com o título Seu Bairro, tratando da vida dos moradores de diferentes bairros da cidade. Os jornalistas entrevistavam moradores antigos, buscavam histórias curiosas, escolhiam a cozinheira ou o cozinheiro do bairro, descobriam práticas religiosas tradicionais e inseriam — de acordo com seus supostos —, os habitantes como personagens da narrativa. O objetivo das reportagens era mostrar as qualidades dos lugares, suas particularidades, e ao mesmo tempo apontar as deficiências e necessidades dos moradores, além de criar uma aproximação entre o veículo de comunicação e possíveis consumidores que viviam nessas localidades.

Dentre os muitos locais escolhidos para a série estava o bairro Presidente Roosevelt. Em uma reportagem de duas páginas no caderno Cidade, a jornalista Gislene Tiago ouviu antigos moradores para montar uma história sobre o lugar e, assim, listar suas principais características. O título e a linha de apoio¹⁴ anunciam de antemão o olhar da jornalista: “Roosevelt: um dos bairros mais antigos da cidade. Comércio forte e área residencial densa estão em ruas arborizadas” (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 22/02/2009, B2).

A reportagem começa narrando o cotidiano de trabalho da senhora Sueli de Oliveira: “Há 17 anos, a lavadeira Sueli de Oliveira, 60 anos, vive a rotina de acordar às 7h e se dirigir para a lavanderia comunitária do bairro Roosevelt, na zona norte de Uberlândia”. Homens e mulheres do bairro, como a senhora Sueli, são positivados na matéria

¹⁴ Linha de apoio é um subtítulo colocado abaixo do título principal, que complementa a informação deste e instiga à leitura do texto.

jornalística que mostra um lugar idealizado, onde trabalho, lazer e religião compõem práticas que harmonizam com o olhar idílico produzido. A escolha narrativa de Gislene Tiago fica ainda mais evidente quando trata do planejamento:

O loteamento que deu origem à Vila Presidente Roosevelt, em 1945, compreendia a Fazenda do Salto. Inicialmente foram destinados 345 hectares (3,45 quilômetros quadrados). [...] Observando-se o mapa da cidade, constata-se que o traçado do bairro é em forma circular, com quarteirões em semicírculos e até triangulares, que causa o desencontro das ruas. Muito diferente do modelo tabuleiro de xadrez no qual as ruas seguem alinhamentos paralelos que se cruzam e se encontram.

Muitas histórias rondam os motivos para o traçado complexo que confunde visitantes e até os moradores do bairro. Há quem diga que o bairro era rota de fuga e até esconderijo de militantes comunistas durante a ditadura militar. Nesta versão acredita-se que eles abriam trilhas e círculos para confundir a polícia. A história não encontra embasamento, pois o bairro teve início em 1945 e o golpe militar se deu no Brasil em 1964 (Idem).

A matéria continua com o depoimento de um morador do bairro:

Há ainda quem diga que, na época da instituição do bairro, a intenção era reproduzir o modelo de traçado em forma circular de Paris.

“Na verdade, ninguém sabe a verdade! Só o que se sabe, é que é difícil conseguir chegar aonde se almeja dentro do bairro até para os moradores e é também comum ver gente perdida por aqui pedindo informação”, disse Sérgio Silva de Araújo, 62 anos. Ele reside no bairro desde 1980, quando chegou de Pernambuco. Antes, já tinha passado diversas vezes pela

cidade. “Quando me mudei em definitivo, optei por esse bairro porque aqui a gente é bem servido em tudo, de armarinho a supermercado, aqui não falta nada” (Idem)

O seu traçado diferente e original na cidade emerge em uma narrativa que procura misturar diferentes olhares: por um lado, a preocupação com a organização física, o planejamento; por outro, o elemento mais ficcional, ou seja, os mitos que existem sobre o bairro, o que dá à reportagem um tom leve, de uma busca de histórias populares, “causos” que aproximam leitor e jornalista. Mitos e verdade compartilham um espaço e, ainda que deixe claro que a versão comunista não é comprovada, a jornalista não demonstra preocupação em confirmar.

Deixemos as versões sobre o desenho cartográfico do loteamento para depois e continuemos a leitura sobre o bairro Roosevelt a partir da construção jornalística que, no diálogo com a moradora Luzia Pereira dos Santos, trata dos problemas do lugar:

Luzia Pereira dos Santos, 58 anos, também concorda que no bairro há produtos e serviços diversificados que atendem bem a população. Saudosa, a dona de casa lembra o tempo que no bairro podia-se transitar livremente. “A gente não corria os riscos que corre hoje de ser atropelado ou assaltado”, disse.

Ela mudou-se com os pais e os 11 irmãos para o local há 50 anos. A família vinha de uma fazenda perto do Prata, a cerca de 80 quilômetros de Uberlândia. Com os irmãos percorria o bairro para ir à escola e brincavam até a noite na rua [...] (Idem)

Nesse enredo do jornal não poderiam faltar algumas críticas. Elas emergem do sentimento de saudade, significando, nas palavras da produtora do texto, mera consequência do progresso e uma espécie de tributo que se paga pelos “produtos e serviços diversificados que aten-

dem bem a população”. Ainda nessa narrativa se nota um destaque para práticas religiosas:

O costume de procurar uma benzedeira para livrar-se de mau-olhado ou outros malefícios ainda sobrevive no bairro Roosevelt. A benzedeira Dalva Almeida Santana, 55 anos, recebeu de seu pai as instruções de como proceder.

“Eu o via atendendo as pessoas e sempre achei muito bonito, mas ele só me ensinou 15 dias antes de morrer e isso tem 39 anos”, disse.

Para ela, mais do que manter uma tradição, benzer é uma missão (Idem)

A jornalista fala em costume e tradição ao narrar as práticas da senhora Dalva Almeida Santana. Nessa construção há um descompasso ou uma separação entre tradições “populares” vividas pelas pessoas que moram nos bairros e a história da cidade produzida sob a lógica do desenvolvimento industrial e comercial que nos acostumamos a ler no mesmo periódico, isto é, a incorporação dessas práticas a essa história não significa uma democratização dos usos da cidade, mas um parêntese aberto para mostrar que a cidade comercial e industrial convive com práticas marginais ao seu percurso. Como anedotas, essas histórias não confrontam com o pressuposto sobre Uberlândia, já exposto no título da reportagem.

O foco narrativo que busca recuperar histórias “curiosas” do bairro tem também o intuito de aproximar a empresa jornalística do leitor, fazer deste um personagem da cidade e, futuramente, um consumidor do seu produto. Além disso, dialoga com o momento em que a notícia é produzida, com um jornalismo mais aberto à incorporação das diferentes práticas vividas na cidade e uma descentralização do olhar para as chamadas periferias.

O texto produzido nas páginas do Correio de Uberlândia aproxima tempos diferentes em uma lógica evolutiva, como se o crescimento

urbano da cidade e do bairro fosse constante e linear — desde o plano inicial do loteamento até o comércio intenso da última década —; um desenvolvimento que destrói/reconstrói lugares, mas mantém vivas algumas “tradições”. Porém, entre o passado e o presente escolhido pela jornalista há um processo histórico, lutas, vitórias, derrotas, muitas mudanças, algumas permanências e modos de vida que são silenciados nesse enredo do jornal.

A construção jornalística me chamou a atenção por algumas memórias sobre o bairro, principalmente os mitos de origem e uma espécie de valorização das pessoas que ali moram. A posituação do bairro e seu espaço no caderno Cidade despertaram minha atenção porque o longo processo de lutas para melhorar esse lugar que vimos no capítulo anterior fora silenciado e os anos em que viveram vizinhos ao mato, sem asfalto, as dificuldades de manter-se no bairro pelo aumento das prestações são recortadas para promover o enredo do desenvolvimento. Resolvi então começar a reflexão deste capítulo perguntando sobre a produção dos lugares urbanos nesta cidade, mais especificamente na problematização dessas memórias que estavam sendo instituídas sobre o bairro Presidente Roosevelt.

Essa preocupação ganhou ainda mais força quando me deparei com algumas fontes produzidas pelo poder público que traziam histórias do surgimento do bairro em 1945, reafirmando a versão do plano-Paris e construindo significados para seu desenho urbano, para os moradores que ocuparam o lugar nas primeiras décadas e para a arquitetura das residências.

Este último capítulo nasce então do interesse em questionar esse processo recente de produção de memórias pelo poder público e as produzidas pelo jornal sobre o Presidente Roosevelt. Os registros do poder público encontram-se oficializados em inventários de bens imóveis e arquitetônicos da Prefeitura de Uberlândia, produzidos pela Secretaria de Cultura entre 2006 e 2011 para criar nova perspectiva para a cidade,

voltada para questões relacionadas com a proteção do seu patrimônio.

A preocupação com o patrimônio histórico do município não é uma novidade em Uberlândia. No início da década de 1980, o prefeito eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Zaire Rezende (mandato 1983-1988) criou a Secretaria de Cultura e dentro dela a Divisão de Patrimônio Histórico para fazer o primeiro levantamento dos bens materiais que poderiam ser tombados e preservados pelo poder público. Naquele momento, a intenção desse grupo era estabelecer uma oposição aos que mantinham o poder político oficial personificado na figura do prefeito Virgílio Galassi (1971-1973; 1978-1982; 1989-1992; 1997-2000) “e atender as demandas das classes populares e parcelas intelectuais da cidade” (SANTOS, 2011, p. 123).

Em sua dissertação de mestrado, cujo objetivo central foi refletir acerca das ações de homens e mulheres negros na cidade, disputando espaço e lutando para verem suas necessidades atendidas, Fernanda Santos aponta o momento em que essa preocupação com a cultura e o patrimônio emergiu:

É importante situar as particularidades do momento histórico em que a Secretaria de Cultura foi instituída pelo poder público, porque isso se relaciona ao perfil construído pela administração zairista. Naquele contexto, o Brasil passava por transformações políticas e sociais que levaram ao fim da ditadura militar pela pressão de intelectuais, estudantes, militantes de partidos políticos e diversos setores sociais que, nos limites visíveis da violência imposta pelo regime, lutaram para derrotá-lo. A experiência de abertura política e democratização do país reivindicadas por parte da sociedade brasileira foi apropriada nas eleições subsequentes pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, em Uberlândia, lançou um candidato cujo slogan de campanha era “democracia participativa”, proposta que convidava

a população local, por meio das suas entidades representativas (o foco eram as associações de bairro), a decidir com o governo as prioridades da cidade (Idem, p. 122).

Se no início da década de 1980 a noção de cultura e patrimônio foi instituída com a intenção de estabelecer algum diálogo com diferentes setores da sociedade, apropriando-se de diversas práticas vividas por eles, a preocupação com o patrimônio histórico duas últimas décadas está inserida em outro movimento forjado, entre outras coisas, pela promulgação da lei estadual 12.040, de 28 de dezembro de 1995. A chamada Lei Hobin Hood¹⁵, reformulada pela lei 13.803, de 27 de dezembro de 2000 destinava porcentagens da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para os municípios que demonstrem preocupação com o seu patrimônio, o chamado ICMS Cultural¹⁶.

Com a edição da lei municípios como Uberlândia, que em 1995 tinha área territorial e arrecadação entre as mais altas do estado, passaram a perder receita por não ter reconhecido um grande acervo patrimonial que

¹⁵ A Constituição Federal determina que 75% do ICMS devem ser destinados aos municípios segundo sua arrecadação e os 25% restantes devem ser distribuídos segundo lei estadual. Até 1995 o peso maior para redistribuição desses 25% era dado ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), o que beneficiava os municípios mais industrializados e mais ricos comercialmente, já que estes possuíam maior VAF.

¹⁶ “A lei estadual 12.040/1995 definiu, para o cálculo dos quinhões de ICMS devidos aos municípios, o conceito de Índice de Patrimônio Cultural (PCC), mantido pela lei 13.803/2000, que consiste na atribuição de pontuação às cidades que pleitearem o recurso. Por meio dessa pontuação, avalia-se o tamanho e a importância de seu acervo histórico, além de seu empenho em criar uma política local de preservação. Recebem pontos os municípios detentores de conjuntos urbanos, bens imóveis ou móveis tombados, variando conforme o nível de tombamento [...] e a quantidade de exemplares [...]”. GOULART, Maurício Guimarães. **Apenas uma fotografia na parede**: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006, p. 61. Esses “bens”, assim como o próprio bairro, estão apenas inventariados para demonstrar a existência e execução de uma política de patrimônio e o interesse em futuros tombamentos.

pudesse ser inventariado. Para se adaptar à lei e levantar todo o potencial da cidade para maior recebimento da fatia do ICMS cultural, a Prefeitura de Uberlândia tomou todas as medidas necessárias, entre elas a promulgação da lei 11.273, de 17 de dezembro de 2012, que instituiu o sistema municipal de cultura que definiu as responsabilidades do poder público, entre elas a de “assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Uberlândia”¹⁷.

Em relação ao patrimônio histórico da cidade, a Prefeitura contratou uma empresa para assessorar na produção do Plano de Inventário de Uberlândia 2006/2011, que “em atendimento à Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG, visa cumprir a Lei Estadual 13.803/2000, que estabelece os critérios para a distribuição dos recursos do ICMS pertencentes aos municípios de Minas Gerais” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, 2006/2011).

Com a elaboração do plano, vários bens móveis e imóveis foram inventariados e nesse processo se oficializaram diferentes memórias sobre os lugares da cidade e em especial sobre o bairro Presidente Roosevelt. As memórias instituídas nesses documentos recentes ressaltam alguns sentidos hegemônicos sobre a cidade, compartilhando dos mesmos pressupostos do Correio de Uberlândia e valorizando aspectos que imprimem um valor histórico a determinados bens que poderiam ser “pontuados” ou que pelo menos mostrariam ao Iepha a preocupação do município com a política patrimonial. A localização física do bairro na cidade de Uberlândia foi instituída pela lei municipal nº 5.853, de 21 de outubro de 1993, que delimitou assim suas fronteiras:

¹⁷ UBERLÂNDIA. **Lei 11.273**, de 17 de dezembro de 2012. Institui o sistema municipal de cultura no município de Uberlândia e dá outras providências. Uberlândia: Diário Oficial do Município, n. 4055-A, p. 1-12, 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6885.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2012.

Art. 1º - A área territorial urbana conhecida como Bairro Presidente Roosevelt compreende-se nos seguintes limites: início no Viaduto Chico Rivalino (Calu), BR-365 até o Viaduto Virgílio Mineiro (Rua Engenheiro Azeli), e deste indo pela Rua Constelação até a Av. Olívia de Freitas Guimarães (Córrego) até a Av. 03 de Outubro, Rua Fernando Alves Vieira, Rua São Domingos, Av. Monsenhor Eduardo até o Viaduto Chico Rivalino (Calu) onde se inicia esta descrição¹⁸.

Essas fronteiras físicas e legais têm a simples função de nos ajudar a localizar o bairro no espaço maior da cidade, mas, assim como o antropólogo Rogério Proença Leite, acredito que os lugares urbanos têm fronteiras, mas elas não são necessariamente fixas e muito menos dadas: são construídas socialmente e negociadas cotidianamente com outros lugares no complexo processo de interação pública, através do qual afirmam singularidades, emergem conflitos, dissensões e, eventualmente, consensos (LEITE, 2008, p. 41-2)

O projeto de loteamento do bairro foi apresentado à Prefeitura em 1945 pelos proprietários da fazenda existente no local. Inicialmente procurei registros que me possibilitassem identificar quem eram os sujeitos envolvidos no projeto e para quais moradores esse loteamento estava sendo proposto. Encontrei na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Uberlândia o registro cartorial e neste surgem algumas pistas:

Uma gleba de terras de campos situada neste município com propriedade de Olímpio de Freitas Costa, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Custódio da Costa Pereira, com os proprietários vendedores, com sucessores de Sebastião de Freitas Costa; de Higinio Guerra, com Otávio de Oliveira Santos e José Ri-

¹⁸ UBERLÂNDIA. Lei nº 5.853, de 21 de outubro de 1993. Delimita e denomina as áreas territoriais urbanas do município de Uberlândia. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/1993/585/5853/lei-ordinaria-n-5853-1993>. Acesso em: 06 nov. 2012.

beiro [...] NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO, ESTADO E RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE:

IMOBILIÁRIA PRESIDENTE ROOSEVELT S/A, estabelecida nesta cidade. NOME, DOMICÍLIO, ESTADO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: Elpídio Aristides de Freitas e s/m D. Clarinda de Freitas, brasileiros, casados, proprietários da Imobiliária Presidente Roosevelt (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1966).

Inicialmente a transação comercial mostra estratégias utilizadas com frequência por grupos proprietários de glebas de terras na cidade: a criação de uma empresa imobiliária para a venda fracionada da propriedade. Após o loteamento, os terrenos são vendidos em etapas para maior valorização e ganhos de capital. Nesse primeiro momento não há muitas evidências de moradores na região. O que encontrei foram transferências para particulares e outras empresas imobiliárias com claro interesse de investimento futuro. Em 1956, o então diretor da Imobiliária Roosevelt, engenheiro Renato de Freitas, filho dos proprietários, encaminhou pedido à administração municipal para redução de impostos sobre o loteamento, alegando que parte dos lotes já havia sido vendida e listando os primeiros compradores — alguns identificados no Quadro.

Quadro 1 – Compradores de lotes da Imobiliária Roosevelt

Comprador	Lote	Data	Valor (em cruzeiros)
Ismael de Freitas	1/2	24.12.54	14.400,00
Imobiliária Tubal Vilela S/A	7/8	29.10.53	7.000,00
Maria Caparelli	10/11	16.02.55	15.240,00
Filhos de Joaquim Amâncio Filho, Ricardo e Eduardo	08 lotes	24.11.55	48.000,00

Fonte: Elaborado a partir de dados da Prefeitura de Uberlândia (1956) (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS, 1956)

Entre os primeiros proprietários, pessoas físicas ou jurídicas que não tinham interesse em morar no lugar e vendas realizadas quase dez anos depois de aprovado o loteamento, o que demonstra pouco interesse ou grande dificuldade em morar naquele local. Para se ter uma ideia do valor desses terrenos, podemos comparar a aquisição dos filhos do Sr. Joaquim Amâncio, que compraram lotes a 6 mil cruzeiros cada em 1955, com um anúncio (Correio de Uberlândia, 25/11/1965, p. 03) de casas na rua Benjamin Constant — que não era o espaço mais valorizado comercialmente na cidade — publicado no mesmo ano. Oferecia-se um imóvel pelo valor de 70 mil cruzeiros, portanto, mais de dez vezes o valor do terreno vendido pela Imobiliária Roosevelt. A baixa valorização dos imóveis estava ligada, evidentemente, à falta de infraestrutura do bairro e por este não ser considerado, até parte da década de 1970, como pertencente simbolicamente à cidade — esta característica possibilitou aos trabalhadores pobres comprar seus imóveis na então Vila Roosevelt.

Outro elemento que merece atenção no registro cartorial do loteamento são os nomes citados na transação comercial. Em uma pequena avaliação do mapa atual do bairro, vê-se que eles já foram promovidos a nomes de grandes avenidas em uma tentativa de instituir e manter uma memória de Uberlândia, na qual estes são eleitos como protagonistas da produção dos diversos espaços na cidade.

Esses sujeitos não foram escolhidos simplesmente por serem os proprietários da fazenda que foi loteada, mas por estarem envolvidos na política institucional da cidade e exercerem o poder político direta ou indiretamente. Em 22 de abril de 1950, o Correio de Uberlândia, em sua primeira página, trazia em destaque o que chamava de “novos valores de Uberlândia” e entre eles o jovem Renato de Freitas (prefeito de Uberlândia nos períodos de 1967-1969 e 1974-1977), que foi, alguns anos depois, diretor da Imobiliária Roosevelt. Para enaltecer as qualidades desse “promissor cidadão”, o jornal faz uma espécie de árvore genealógica:

Filho do estimado cidadão Sr. Elpídio Aristides de Freitas e de sua exma. Sra. D. Clarinda de Freitas, neto do Cel. Olimpio de Freitas e da Senhora Augusta de Freitas, sobrinho do Cel. Marcos de Freitas Costa e da Sra. D. Olívia Guimarães Freitas, é o novo engenheiro uberlandense, ainda muito jovem, devendo completar a 23 de maio próximo o seu 23º aniversário natalício. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, IPAC – BENS IMÓVEIS, 2011, p. 02)

Os homens dessa família exerceram cargos e comandaram partidos políticos dominantes na cidade, como o próprio Renato de Freitas e o coronel Marcos de Freitas Costa, que foi presidente de honra no início da década de 1950 do Partido Social Democrático (PSD) local. Não só dominaram funções políticas estatais como também controlaram meios de comunicação, como informa a historiadora Orlanda Rodrigues Fernandes:

Já na década de 1970, o crescimento da Rede Globo, o fim da TV Excelsior e a situação ruim da TV Record afetam a TV Triângulo. Edson Garcia Nunes fracassa na sua tentativa de contato com a Rede Globo e em seus novos investimentos em comunicação, vendendo a TV Triângulo a Tubal Vilela de Siqueira e Silva, Rubens e Renato de Freitas e Rubens Leite em 1971. E em 1972 a emissora torna-se afiliada à Rede Globo (FERNANDES, 2008, p. 28)

O lugar social desses sujeitos, detentores de poder político e econômico, possibilitou que mantivessem seus nomes, e de outros próximos, na memória hegemônica da cidade, que silenciou outros sujeitos, principalmente aqueles que moraram no bairro Presidente Roosevelt nas primeiras décadas, tanto que o Correio de Uberlândia começou a divulgar notícias sobre o bairro e seus moradores somente no início da década de 1970.

Em 2011 essas memórias voltaram ao discurso público com a produção de um inventário do bairro promovido pela Secretaria de Cultura

do município. Neste, a introdução da história produzida destaca os mesmos nomes:

O bairro Presidente Roosevelt (no início Vila Presidente Roosevelt, em homenagem ao presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt) fica nas terras da antiga Fazenda do Salto, dos proprietários Elpídio Aristides de Freitas e Sebastião de Freitas Costa. De suas terras, esses senhores transformaram 345 hectares em loteamento para fim residencial (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, IPAC - BENS IMÓVEIS, 2011, p. 03)

Esse documento faz parte do plano de inventários de bens móveis e imóveis da cidade, citado anteriormente. Antes de publicar os inventários específicos de cada região e bairro, o documento faz uma breve apresentação da história de Uberlândia, afirmando uma perspectiva e tentando instituir, através de uma visão homogênea de identidade, uma noção de cidade.

Nas décadas de 1910 e 1920, começa a se definir o perfil identitário da cidade de Uberlândia. Nesse período, a imagem do antigo arraial subordinado a Uberaba, foi, finalmente, obliterada pela cidade progressista forjada nos jogos políticos locais. No final da década de 1910, foram construídos o Paço Municipal (atual Museu Municipal) e importantes edificações, que refletem esses elevados ideais de progresso e, ainda hoje, sobrevivem como patrimônios edificados do município. Outro fato importante, que merece ser destacado, é a definitiva alteração do nome da cidade para Uberlândia, ocorrida em 19 de outubro de 1929. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL 2006/2011, p. 31).

A tentativa de criar um único perfil identitário para a cidade, ancorada na noção de progresso, tem como objetivo forjar uma cidade-patrimônio com centenas de bens com potencial de tombamento ou para serem inventariados. Nesse movimento se abrem as brechas para que os responsáveis pelo levantamento¹⁹ escolham o que deve ser canonizado e transformado em “patrimônio/monumento”, como afirma a historiadora Sheille Soares de Freitas (FREITAS, 2009). O fato desta cidade voltada para o progresso ter sido possível em função dos jogos políticos já aponta para os sujeitos escolhidos, isto é, aqueles ligados à política institucional nos diferentes níveis, como a família Freitas. Ao tratar desse movimento de instituição de algumas memórias como patrimônio/monumento na cidade a pesquisadora, traz a seguinte reflexão:

Essa ação promove uma dita partilha da vida comum em que o vínculo a certos sentidos de patrimônio emerge de uma tentativa de explicação universal e linear. Uma prática que, em grande medida, serve para legitimar interesses e valores de determinados sujeitos da cidade, como se fossem de todos. Na disputa pelo controle social e pela organização classista dos modos de viver, o dirigismo do como a feita da cidade se processa perpassa a constituição de uma história, que é a expressão de certos projetos de cidade, ferramenta política na busca pela legitimação de uma cidade que deu certo. (FREITAS, 2009, p. 22)

O movimento exposto pela historiadora é articulado nos inventários da Prefeitura no momento em que arquitetos e historiadores retomam a constituição da cidade pelo viés do progresso que orienta a

¹⁹ Na ficha técnica do projeto consta que os responsáveis pela execução estavam ligados ao Laboratório de Projetos de Design, Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, cuja coordenação estava sob responsabilidade da arquiteta e professora Giovanna Teixeira Damis Vital. Nessa época, era responsável pelo Arquivo Público Municipal e assina como tal no inventário a historiadora Valéria Maria Queiroz Calvacante.

história do bairro no jornal Correio de Uberlândia. A partir desse fio condutor esses agentes instituem marcos, definem o que é histórico e reorganizam histórias sobre os lugares, silenciando práticas e modos de viver que não se enquadravam. E a história continua:

A década de 1940 marcou, em Uberlândia, um período de crescimento com a instalação de algumas fábricas, como duas cerâmicas; a diversificação do comércio e do setor de serviços, transformações que se refletiram de maneira acentuada no crescimento de seu espaço urbano. No ano de 1944 foi inaugurado o edifício do Mercado Municipal, que se configurou como um centro do comércio hortifrutigranjeiro. Nesta década, verifica-se a presença de profissionais com formação específica em arquitetura e engenharia, sendo João Jorge Coury o primeiro arquiteto, a fixar seu atelier na cidade, em 1940, e difusor da arquitetura moderna.

Consolidada nesta década, a arquitetura moderna representa a imagem de crescimento e progresso tão ansiado pela sociedade local. O edifício do Uberlândia Clube, inaugurado em 1957, é um símbolo do desenvolvimento da cidade, processo que refletiu em transformações também na arquitetura. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, 2006/2011, p. 31-2)

Algumas noções são importantes nesse discurso, principalmente a de arquitetura moderna, pois este elemento foi usado pelos arquitetos e historiadores para qualificar outros espaços e lugares na cidade e, o mais importante para este estudo, no bairro Presidente Roosevelt. O trecho citado volta a trabalhar com a noção homogênea de sociedade, transformando anseio e projeções de determinado grupo em desejo de todos.

Foram essas concepções que orientaram os olhares “técnicos” sobre o bairro Presidente Roosevelt. Segundo os produtores do Plano

de Inventário de Proteção do Acervo Cultural, o projeto foi proposto no início da década de 1940 e o seu traçado peculiar surgiu como o primeiro elemento de valor histórico:

Assim, o primeiro bairro a se constituir [na região Norte], em 1940, foi o Presidente Roosevelt, com um traçado diferenciado, projetado pelo arquiteto modernista uberlandense João Jorge Cury. Segundo Patrícia Pimenta, em sua tese de mestrado, o desenho do bairro remetia ao conceito urbanístico de “Cidade Jardim”, de Ebenezer Howard, que propunha o equilíbrio entre o crescimento econômico e os problemas sociais, integrados ao desenho da paisagem (Idem)

As noções antes projetadas sobre a cidade se voltaram então para o bairro, entre elas as ideias de moderno e “cidade jardim”. Novamente trago algumas reflexões de Freitas para pensar as noções que organizam esses documentos. Ao se deparar com a produção de cartilhas, exposições e outras atividades da Secretaria de Cultura de Uberlândia, a historiadora problematiza seus enredos e as escolhas dos homens e das mulheres que atuaram como produtores desta cidade a partir de um olhar institucionalizado.

Muitas vezes essa similaridade história da cidade/história de personagens se justifica por meio de noções de pioneirismo, doações, dedicação à obtenção de melhorias — pelo trabalho, recursos disponibilizados, influências e acordos políticos realizados. Ao fazerem isso, os “produtores culturais” que se incubem de rememorar o passado da cidade resumem, nessas atuações, a benevolência marcante desses sujeitos como sendo o repertório que explica a feitura de Uberlândia, propondo tornar homogêneo o que, já de partida, distinguiram como “ilustres e anônimos” (FREITAS, 2009, p. 22).

Essa concepção criticada pela historiadora foi também a base para a construção de uma história para o bairro Presidente Roosevelt. Se, em um documento, o desenho foi inspirado nas “cidades jardins”, em outro, quando inventariam o lugar com potencial de preservação, surge outro sentido para seu ordenamento.

Seguindo os ideais dos planos de Haussmann aplicados em Paris, foi realizado o traçado do Bairro Roosevelt. No plano de Haussmann, o traçado contaria com ruas que cortam em todos os sentidos, perspectivas com longas avenidas, praças com monumentos e edificações como marcos da paisagem. Todo o traçado seria cortado por grandes eixos, contornada por um anel viário, e contaria com vias largas e arborizadas, sintetizando o ideal sanitarista. É nessa mesma época que nascem os ‘carrefours’ (rotatórias). (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, IPAC nº 006/2011, p. 05)

O que faz o bairro ser único e um patrimônio do município é o seu traçado nos moldes de Paris — cidade que sofreu uma profunda e polêmica reforma urbana, empreendida no século XIX pelo barão Haussmann²⁰ e que inspirou intervenções em várias outras cidades do mundo. No documento citado, o nome do arquiteto João Jorge Cury desaparece e emerge um bairro e seu traçado sem sujeitos, mas de inspiração parisiense. Para comprovar essa tese, os arquitetos da empresa Paginar Editoração Ltda, envolvidos na produção do Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) nº 006/2011, usam fotografias. Na primeira (Figura 05) aparece a parte central da cidade de Paris.

²⁰ Georges-Eugène Haussmann, conhecido como barão Haussmann, foi prefeito de Paris entre 1853-1870 e responsável pela reforma urbana da cidade no século XIX. Segundo Ortiz (2000, p. 18), com as intervenções de Haussmann “Paris transforma-se numa cidade moderna, isto é, num todo integrado. Haussmann racionaliza o espaço urbano, traça ruas, avenidas, pontes, praças, interligando os pontos nevrálgicos da urbe”.

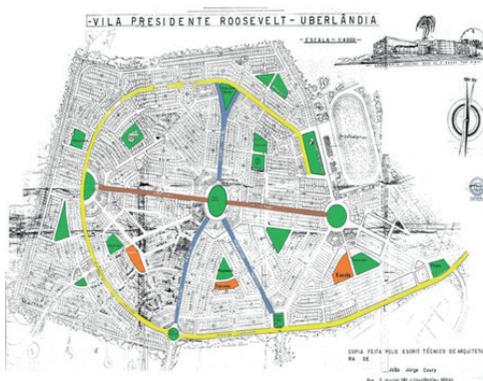
Figura 05 – Foto da parte central da cidade de Paris



Fonte: Secretaria de Cultura de Uberlândia (2012)

Possivelmente os responsáveis pela produção do documento não encontraram evidências mais claras da inspiração no modelo parisiense no bairro e usaram a fotografia para sustentar sua tese e mostrar a importância de tal inventário. Ainda segundo esse documento, suas principais avenidas e praças comprovariam essa versão.

Figura 06 – Planta inicial do bairro Presidente Roosevelt em meados da década de 1940



Fonte: Arquivo da Diretoria de Urbanismo da Secretaria de Planejamento Urbano de Uberlândia (destaques meus)

Durante esse período de transformações por que passou o bairro (e a cidade) consolida-se uma particularidade urbanística. Conforme é possível observar no traçado e disposição das ruas, nota-se (acompanhando a Avenida Cesário Crosara [destacada em amarelo na Figura 12]) que o bairro tem uma forma levemente circular, que lembra a planta da cidade de Paris, em que as ruas convergem para uma parte central (no caso do bairro Roosevelt, a praça onde está localizada a Igreja São Judas Tadeu). Trata-se de uma organização urbanística complexa (que dificulta a orientação dos transeuntes que circulam pelas ruas do bairro), no qual há uma avenida que forma um cinturão em volta do bairro, uma avenida que corta o bairro no sentido horizontal [destacada em marrom na Figura 12], outra na vertical e duas outras vias pela diagonal [destaque em azul na Figura 12]. Comparando o mapa do bairro com a foto [da cidade de Paris], é como se a parte em primeiro plano na fotografia fosse a Praça Lincoln (no centro do bairro). Dela partem as principais avenidas e ruas do bairro, como a Avenida Morumbi Bernadino, a Rua Ordália Carneiro, a Avenida João Bernardes de Souza e a Rua Rodrigo Pereira Júnior, todas afinadas com um planejamento urbano moderno, que prevê ruas e avenidas largas, arborizadas etc (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, p. 3-4).

O destaque para o traçado circular tem como principal propósito diferenciá-lo para fins de proteção e promoção a patrimônio histórico. Por isso cresce a importância de se comparar com a cidade de Paris e inscrevê-lo dentro das técnicas da arquitetura moderna. Não há nas fontes pesquisadas sobre o bairro, nos arquivos públicos da cidade, nos registros cartoriais, no projeto do loteamento da Secretaria de Planejamento, referência mais direta a essa aproximação Paris-Presidente Roosevelt, mas a versão foi tornando-se dominante e, de alguma forma, dá ao bairro um novo status no ordenamento da cidade.

O jornal Correio de Uberlândia trata essa versão como uma espécie de mito — “Há quem diga que, na época da instituição do bairro, a

intenção era reproduzir o modelo de traçado em forma circular de Paris” (TIAGO, 2009, op. cit., p. B2) —, mas a informação é enfatizada em outros documentos produzidos pelo poder público. Temos, agora, outro inventário de bens imóveis do bairro, a Praça João Jorge Cury:

A região onde se encontra a Praça João Jorge Cury fazia parte da Vila Roosevelt, uma área voltada para a moradia da população operária, de propriedade de Elpídio Aristides de Freitas e de sua esposa Clarinda de Freitas. Seu loteamento ocorreu em 1940, quando seu processo de urbanização foi iniciado e a localidade passou a ser denominada por bairro Presidente Roosevelt. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Inventário de proteção do acervo cultural: estruturas arquitetônicas e urbanísticas)

Nas histórias contadas nos documentos da Secretaria de Cultura constam as mesmas informações, porém, algumas mudanças podem ser vistas nos diferentes inventários. No produzido sobre a Praça João Jorge Cury aparece pela primeira vez uma referência aos moradores do lugar, classificados de população operária, o que não diz muito sobre suas práticas e modos de vida, mas dá algumas pistas para chegarmos a eles. As atenções continuam sobre o traçado do bairro, mas com ênfase no seu idealizador.

Esse bairro se constituiu com um traçado diferenciado, projetado pelo arquiteto modernista João Jorge Cury, que privilegiava quadras de tamanhos irregulares e praças arborizadas voltadas para o lazer dos moradores. Nesse sentido, no perímetro formado pelas avenidas Adriano Bailoni, Cesário Crosara, João Bernardes Souza e a rua Francisco Vieira de Paiva passou a existir um espaço de convivência para a população operária que recebeu a denominação de Praça João Jorge Cury em homenagem ao célebre arquiteto que desenhou o traçado do bairro. (Idem)

A praça ganha relevo nesses documentos pela projeção do arquiteto e emerge como um dos símbolos da arquitetura moderna na cidade. Existe também uma tentativa de estabelecer as formas de uso desse lugar: “convivência para a população operária”. O que chama atenção no primeiro momento em que se chega à praça é o anfiteatro (Foto 17) no centro com as arquibancadas para um possível público. A intenção do projetista seria a de criar um espaço onde os moradores pudessem se reunir para apresentar suas criações artísticas ou mesmo para tratar de assuntos daquela coletividade.

Foto 12 – Anfiteatro na Praça João Jorge Cury



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2012)

O espaço não foi e não é usado como projetado. Ainda que tenha em seu entorno um centro religioso, a praça não foi utilizada como lugar de concentração ou festejos populares e não há evidências de que seu anfiteatro tenha sido um dia aproveitado pelos moradores.

No início da década de 1970, quando a praça foi inaugurada, o Correio de Uberlândia produziu duas notícias com sentidos muito diferentes

em relação aos moradores. Na primeira delas a estética do lugar parecia deslocada do bairro onde fora construído: “A nova praça da Vila Roosevelt, que recebeu o nome do arquiteto João Jorge Coury é muito bonita e funcional. Mas breve terá que ter um policiamento permanente para evitar que seja destruída pelos moleques” (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 11/11/1970, p. 03). A notícia revela sentidos produzidos sobre os moradores da Vila no início da década de 1970, pessoas que não tinham condições de ter um espaço como esse. Muito diferente da memória produzida hoje, o jornal não fala em operário e a praça parece ser um lugar construído para divulgar a cidade e não um espaço de lazer para a população.

No mesmo ano foi publicada outra notícia: “A Prefeitura Municipal inaugurou a praça nova na Vila Roosevelt, que tem o nome do saudoso urbanista e arquiteto João Jorge Coury. Que praça? Nem está pela metade! Uma obra pela metade não pode ser dada por inaugurada...” (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 15/11/1970, p. 03). A obra foi executada durante o mandato de Renato de Freitas que se encerrava naquele ano. O filho dos proprietários da Imobiliária Roosevelt, o ex-diretor da empresa, utilizava recursos públicos para valorizar comercialmente o bairro. A crítica sobre a situação da praça não tinha relação com o uso que os moradores fariam, mas sim com as disputas político-estatais daquele momento. 1970 era o último ano do mandato do então prefeito Renato de Freitas e o jornal, ligado historicamente a grupos políticos rivais, apoiava o candidato Virgílio Galassi.

Atualmente o uso que podemos ver nesse espaço é o de jovens que se reúnem para ouvir música, andar de bicicleta e skate ou, em outros momentos, homens e mulheres que utilizam o anfiteatro como moradia improvisada. O uso mais comum da praça é como ponto de frete (Foto 12) e venda de lanches e outros produtos que esporadicamente aparecem (Foto 13).

Foto 13: Caminhões de frete na praça



Foto 14: Carrinho de lanches na praça



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2012)

Além do uso não projetado para a praça, o nome utilizado pelos fretistas que nela trabalham não é o do famoso arquiteto: “seria uma praça qualquer, mas como ela foi pioneira, todo mundo ahh... vamos lá pra Praça da Help [antiga boate que funcionava na praça], é mais movimentada”²¹. São os usos que se faz da praça que lhe dão vida e sentido e são eles que questionam a tentativa de singularizar sua produção. Os nomes dados a ruas, praças e monumentos projetam uma memória de grupos que se quer manter como produtores dos espaços, mas é na vivência diária dos moradores que essas memórias são questionadas, se não diretamente, o são no silenciamento desses nomes e na criação de outros mais —funcionais para os que usam.

O inventário continua tratando do arquiteto João Jorge Cury:

Nascido em Abadia dos Dourados — região do Triângulo Mineiro — em 25 de novembro de 1908, pode-se afirmar que sua trajetória profissional esteve in-

²¹ Sr. Reginaldo. Entrevista realizada na Praça João Jorge Cury em 07 de fevereiro de 2012. O morador não quis gravar uma entrevista formal. Falou em poucos minutos da praça onde trabalha e de algumas mudanças em seu entorno. Em função da informalidade da entrevista, disse apenas seu primeiro nome e não informou sua idade, mas aparenta ter aproximadamente 50 anos.

timamente ligada à sua trajetória política. João Jorge Cury (sua grafia correta seria Coury) foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Uberlândia. Era uma figura carismática e polêmica, tendo participado ativamente da atividade cultural da cidade. Além de renomado arquiteto, foi um grande articulador político falando sobre urbanismo e problemas habitacionais. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, Inventário de proteção do acervo cultural: estruturas arquitetônicas e urbanísticas, p. 1).

Não há, nessa narrativa, referência à cidade de Paris, mas sim o privilégio a “quadras de tamanhos irregulares e praças arborizadas voltadas para o lazer dos moradores”. A ênfase no lazer e na presença física dos moradores/operários na narrativa é influenciada pela biografia do homenageado. João Jorge Cury, como destacado no texto, foi um dos fundadores do Partido Comunista em Uberlândia; portanto, a história de um bem imóvel que lhe homenageia não poderia ser feita sem algumas interlocuções com o que se imagina ser a preocupação dos comunistas: operários e problemas habitacionais.

Por fim, o documento trata das mudanças no uso da praça:

Inicialmente, os usos sociais da Praça João Jorge Cury tinham relação ao aspecto estritamente residencial do bairro. No entanto, com o desenvolvimento comercial e industrial da região, os usos atuais dessa praça passaram a possuir estreita ligação com a dinâmica comercial do bairro, uma vez que nela se encontram lojas de discos, de produtos agropecuários, distribuidora de bebidas e consultório odontológico. A presença de festejos ligados à entidade afro-religiosa de Abacá de Ogum Megê amplia ainda mais os presentes usos desse espaço de sociabilidade [...] (Idem)

O que os produtores do documento entendem por uso social da praça envolve o comércio em seu entorno e não o uso propriamente

dito do lugar, talvez por não existirem práticas cotidianas no seu interior ou por não verem os “operários” usarem o seu anfiteatro ou mesmo pelo seu uso comercial ser feito por trabalhadores não regulamentados oficialmente pela Prefeitura: vendedores de caldo de cana, de móveis, frutas, lanches, redes para descanso, tapetes. Para não distanciar a praça do uso popular, o texto faz menção à religiosidade afro — uma forma atual de tratar essa prática religiosa, mas que nem sempre foi aceita como uma opção moralmente válida (LOPES, 2011). Porém, a referência a essas práticas religiosas está ligada mais à presença física do centro espírita no entorno da praça do que seu uso pelos frequentadores do lugar.

Não estou afirmando que as preocupações do arquiteto Cury com a população que viria morar no bairro fossem falsas. A questão fundamental para este trabalho é perceber que a ênfase nessas noções tem relação com a cidade que se quer patrimonializar no tempo presente, isto é, desvelar quais as memórias que o poder público, através da empresa de consultoria, quer tornar pública e “protegida” e quais quer silenciar, apagar. Por outro lado é importante destacar que os espaços urbanos, como a praça, só se transformam em espaços públicos “pela presença de ações que lhe atribuem sentidos” (LEITE, 2004, p. 221), ou seja, são os usos feitos pelos moradores e trabalhadores do local que lhe dão significado, transformam esse espaço em um lugar e tensionam os sentidos patrimonializados.

As conversas com os moradores se transformaram em importante caminho metodológico para o questionamento de histórias como estas. Entre os diferentes sujeitos com quem dialoguei sobre a vida no bairro está o senhor Neirimar Vieira Marques. Ele chegou na segunda fase de sua ocupação na década de 1980. Inicialmente iríamos falar sobre a aquisição de sua casa com financiamento pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), a luta para manter os pagamentos em dia e de que forma interpretava as mudanças vividas por ele e sua família nestes mais de

trinta anos vividos no Presidente Roosevelt. Motorista aposentado, ele tratou, entre outros assuntos, do desenho das ruas:

Neirimar: o bairro tem umas ruas muito estreita, esse projeto ocê num sabe, vou te falá procê foi baseado no... no... inglês, esse cara veio de Londres, entendeu? Que fez o projeto.

Pesquisador: Então alguém copiou esse projeto para implantar aqui?

Neirimar: Não... Elas são francesa, não é inglesa, o projeto aqui foi feito, você pode repará que você tem rua de um quarteirão, entendeu? Você tem uma avenida muito larga que rodeia o bairro todinho aqui, chama-se Cesário Crosara, ela roda o Roosevelt todinho. (NEIRIMAR VIEIRA MARQUES, 2008).

As memórias do Sr. Neirimar são organizadas a partir do seu ofício, tanto que ele destaca inicialmente as ruas estreitas por onde trafegava e outras onde deixava o caminhão da empresa antes de sair de viagem. O morador recupera o mito em torno do desenho, mas este foi interpretado à luz de suas experiências, e é justamente no diálogo com sujeitos como ele que temos a oportunidade de confrontar as memórias dominantes que foram produzidas sobre o lugar onde moram.

O inventário dos arquitetos e a narrativa do Sr. Neirimar interpretam o desenho urbanístico do bairro como uma inspiração trazida da cidade de Paris. Os arquitetos, porém, falam a partir de um lugar, do olhar acadêmico, inspirados em uma literatura que trata do tema e de uma aliança com o poder público. Da literatura acadêmica, e principalmente da parceira com a Prefeitura, os arquitetos tiram suas conclusões sobre o espaço, entre elas a existência de “um planejamento urbano moderno, que prevê ruas e avenidas largas, arborizadas”.

Nas narrativas tem-se o espaço vivido na prática de um ofício e, portanto, interpretações que tensionam a tentativa de se instituir uma cidade monofônica ou construída por poucos. É no diálogo com os sujeitos que vivenciam o cotidiano do bairro que se podem estabelecer outros pactos, diferentes daqueles realizados por profissionais que produziram o inventário. O que se quer é democratizar o uso dos diferentes espaços da cidade e ampliar o número de vozes que falam e interpretam sua produção história.

A existência do mito Paris-Roosevelt não se limita à interpretação oficializada, mas torna-se dominante pela desigualdade de forças na institucionalização e circulação de memórias. Além de produzir o inventário do bairro, a Secretaria de Cultura criou uma política de educação patrimonial que transforma suas produções histórias em conteúdo didático a ser ensinado.

Entretanto, no interior do bairro, na utilização dos espaços e na transformação destes em lugares, isto é, no uso e na produção de significados, os sujeitos sociais não se prendem às proposições dos que estão à frente do poder público. Eles constroem outras referências, fazem usos diversos, silenciam a memória oficializada, produzem outras. Isso fica muito claro em um aspecto bastante específico do mito Roosevelt-Paris apropriado pelos moradores. Uma das principais praças do bairro, muito usada como pista para caminhadas e lazer dos moradores, recebeu o nome de Clarinda de Freitas (sócia- proprietária do loteamento e da Imobiliária Roosevelt), mas ninguém a conhece com esta identificação — o mesmo que se observa em relação à Praça João Jorge Cury. O lugar é chamado de “Praça Paris”, fazendo-se alusão ao projeto, o que desconsidera parte da memória que se quer para o lugar e reafirma o mito em função das expectativas dos próprios moradores do Roosevelt e dos frequentadores da praça.

Outro habitante com quem conversei foi o Sr. Luís Antônio Rosa, que mora próximo à rodovia BR-050, no que estou chamando de

Roosevelt Velho por ser o espaço da primeira ocupação e, portanto, da vivência de moradores mais antigos. Este senhor mora neste lugar desde a década de 1960 e, como ele mesmo afirma, “é filho do bairro”. Cheguei a ele na busca por ouvir pessoas que participaram da Associação de Moradores em algum momento, principalmente nos primeiros anos de sua criação. O ex-presidente tem uma narrativa organizada a partir dessa experiência. Quando perguntei o que sabia sobre o surgimento do bairro, ele trouxe outras histórias e elegeu outros sujeitos:

[...] Ela é muito reservada, mais é uma pessoa assim que toda história do bairro começou com a família dela, essa senhora que mora aqui na esquina, ela chama senhora Grimalda, ela é esposa do senhor Ozélio Proença que foi expedicionário da Segunda Guerra Mundial, então quando o senhor Ozélio veio pro Brasil, após guerra o Bairro aqui não existia ainda e ele na guerra trabalhou com trator [...] na guerra ele relatava pra nós que ele mexia com trator, furava aquelas valas e com o trator ia enterrano, então coisas muito tristes. A partir do momento que ele veio teve uma empresa que comprou e começou a loteá o bairro [...] então ele que começou a abri as ruas do bairro, então o princípio da história do bairro tá aí... a senhora Grimalda é uma senhora que até hoje tem uma história de doação pro bairro (Luís Antônio Rosa, 2012).

Não mais a família Freitas ou o arquiteto João Jorge Cury; nada de planejamento moderno ou alguma referência à cidade de Paris. O senhor Luís Antônio Rosa elege outros protagonistas como “fundadores” do bairro. A empresa responsável pelo loteamento e seus proprietários são deslocados para o fundo de sua narrativa e o marco fundador passa a ser as ações do senhor Ozélio — “a partir do momento que ele veio” — e independente de serem outros os proprietários da gleba de terras ou responsáveis pelo loteamento; a ação de produzir o espaço se desloca para um dos moradores.

Aos mitos de criação do bairro (Paris uberlandense ou fuga de comunistas) junto outro, criado pelo Sr. Luís Antônio Rosa, que traz a figura do ex-combatente da Segunda Guerra Mundial para frente da cena. Este e outros mitos que poderiam surgir têm a função de ordenar significados e sentidos políticos para o lugar. Eles criam marcos históricos, apontam sujeitos e traduzem olhares políticos sobre a produção do espaço. Não importa buscar os elementos verdadeiros dessas criações, mas sim perceber, na produção dessas memórias, como a cidade está sendo disputada.

Os desdobramentos das concepções até aqui expostas podem ser vistos na construção de significados sobre os moradores e sobre as relações vividas no bairro. Se a intenção dos inventariantes é produzir uma memória ordenada pela ideia de projeto “moderno” ou arquitetura moderna, os moradores falam e lembram com base em outras referências. Como sabemos, a memória produzida no momento da entrevista não é sequenciada, linear, pois, como ensina Alessandro Portelli, “os narradores podem estar mais interessados em buscar reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas, no transcorrer de sua vida” (Portelli, 2000, p. 300) e nesse movimento os sentidos dominantes podem simplesmente ser esquecidos e emergirem aqueles construídos no interior do bairro.

Essa tensão é percebida de maneira muito clara quando o tema é as condições de moradia nas primeiras décadas. Segundo o inventário, o projeto da Vila Roosevelt era

uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade, de pobreza e de poluição advindos da industrialização das cidades, por meio de uma nova relação entre a cidade e o campo. A intenção maior, da Administração Pública da cidade de Uberlândia, no momento de implantação do bairro, era a de fazer com que a população de trabalhadores tivesse um

local de moradia com melhor qualidade ambiental e infraestrutura urbana. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011)

Evidencia-se neste trecho um processo de reordenamento do vivido nas décadas de 1950 e 1960 para potencializar as ações da administração pública. A primeira parte da citação traz o sentido que se quer para Uberlândia, a cidade industrial, que não existia nas primeiras décadas do bairro, muito menos problemas com a poluição. Porém, a noção de bairro industrial complementa o sentido de moderno e os problemas que advém da “modernidade”. Ao mesmo tempo, o documento insere questões atuais que não estavam em pauta na década de 1940, como a ambiental. É evidente que em meados da década de 1940 a administração pública de Uberlândia não estava preocupada com os problemas advindos da indústria porque esta ainda era incipiente.

O texto enfatiza que a intenção da administração pública naquele momento era “a de fazer com que a população de trabalhadores tivesse um local de moradia com melhor [...] infraestrutura urbana”. Essa é a memória produzida no tempo presente, sob a orientação de arquitetas e historiadoras patrocinadas pelo poder executivo para refazer a história das primeiras décadas no bairro, organizando-a sobre o enredo do planejamento moderno. Evidente que esse enredo emerge segundo as preocupações do momento: construir um patrimônio a ser valorizado; mas em função deste, uma memória hegemônica é reafirmada e nela poucos aparecem como produtores do espaço urbano.

Ao trabalhar com noções amplas como administração pública, sem os sujeitos e os projetos que as norteiam, esses documentos tentam construir uma relação de poder harmoniosa entre sujeitos que viviam de maneira desigual na cidade. Para não limparem totalmente os problemas vividos em uma “cidade moderna”, colocam-se os detentores do poder político oficial como sujeitos preocupados em resolvê-los.

Ao lermos evidências produzidas por diferentes grupos, temos condições de entender a dinâmica vivida no bairro a partir de outros supostos e romper com essa memória idealizada. Para perceber melhor como os primeiros moradores estavam vivendo na “Paris uberlandense” fui atrás de diferentes evidências. Encontrei algumas correspondências enviadas e recebidas pela Câmara Municipal que registram diversas tensões na cidade. Elas estão guardadas no Arquivo Público Municipal e oferecem pistas interessantes do diálogo entre alguns segmentos da sociedade e os vereadores e destes com o prefeito. É muito comum, nesses arquivos, encontrarmos séries de requerimentos expedidos por vereadores, pedindo aos prefeitos pequenas melhorias nos bairros; se não produzem efeito imediato, servem de divulgação dos atos desses políticos para seus eleitores. Alguns dos requerimentos são frutos de intensas pressões e mostram também as estratégias dos moradores para chegarem ao poder público.

Em 1961 — mais de quinze anos após o loteamento do bairro — o presidente da Câmara Municipal enviou o seguinte ofício para o diretor dos Correios:

Atendendo a requerimento apresentado a esta Câmara pelo vereador Geraldo Abraão, rogo a vossa Excelência o obséquio de estudar a possibilidade de ser determinada a distribuição de correspondências nos seguintes bairros desta cidade: Bairro Tabajara – Jardim Altamira – Bairro Lídice – Bairro Cazeca – Bairro Póvoa – Bairro Patrimônio – Tubalina – Vila Presidente Roosevelt – Vila Brasil e Vila Saraiva. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, ofício, 1961)

Por esse registro é possível concluir que não era tão simples viver na Vila Roosevelt e que esse espaço não pode ser visto como alegre refúgio da classe operária uberlandense como os registros de patrimônio tentam impor, haja vista que os membros dessa classe não conseguiam sequer mandar ou receber uma carta de seus pares.

Ao olhar detalhadamente o requerimento se pode inferir que não ter acesso aos serviços dos Correios não era tão raro; basta ver a quantidade de bairros citados. Mas outras evidências permitem descobrir as contradições e a desigualdade de acesso a diferentes serviços pelas condições de classe.

O Jardim Altamira consta entre os lugares que não eram atendidos por tais serviços naquela época. A localidade era apresentada na publicidade do Correio de Uberlândia como “o bairro aristocrático de Uberlândia” (Correio de Uberlândia, 07/04/1959, p. 08) e, em notícia produzida pelo jornal em 1961, o jornalista faz a seguinte descrição do lugar:

Depois do que ouvimos e depois do que nos foi dado a observar, ficamos plenamente convencidos da grandiosidade do empreendimento e da certeza de que, somente nos grandes centros existem bairros semelhantes ao Jardim Altamira. Constatamos ainda, a preocupação constante dos diretores da Urbanização Altamira S.A., no tocante a limpêsa [sic] do bairro, iluminação, calçamento e asfaltamento das ruas e avenidas. Merece, também destaque, o serviço de arborização e o serviço de galerias pluviais que conforme observamos talvez seja o melhor de ‘Cidade Jardim’ (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 12/08/1961, p. 08)

Se Altamira e Roosevelt estão juntos no mesmo ofício dirigido aos Correios, sua ocupação se distancia mais de quinze anos, isto é, a infraestrutura do “bairro aristocrático” já era entregue ou pedida no momento em que seus moradores optavam por ali residir, enquanto que nas vilas era imposta a paciência. No mesmo ano de 1961, quando o jornal prestava o “grande serviço” de alardear aos seus consumidores o bairro “aristocrático”, divulgava também as ações do seu diretor no ofício de vereador:

O vereador Valdir Melgaço apresentou na Câmara uma indicação, no sentido de ser enviada a Compa-

nhia de Telefones do Brasil Central, ofício encarecendo-lhes a necessidade de se instalar urgentemente, nas vilas Saraiva e Presidente Roosevelt um telefone público [...]. Considerou mais que dos novos mil telefones automáticos que está ligando a C.T.B.C.²², a prefeitura tem direito a 5 telefones gratuitos, e pode o prefeito, perfeitamente dispensar dos seus disponíveis alguns para os bairros objetivando atender aos moradores distantes do centro da cidade, local onde se encontram os recursos necessários (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 19/08/1961, p. 01)

Importante ressaltar aqui que a notícia trata da instalação de um aparelho telefônico público na região do bairro, pois o serviço de telefonia residencial era ainda precário e nos bairros considerados distantes chegaria muito tempo depois. A distância do centro da cidade era ainda reforçada pelo isolamento vivido pelos moradores, como narra o senhor Luís Antônio Rosa:

Aqui nós não tínhamos comunicação... ali é a BR-365, nós não tínhamos comunicação com os bairros de lá, a única forma de nos comunicarmos era... um córrego que passava ali e o que tinha era pinguela de tábuas, na época era aquelas pinguela de tábuas que você passava, você caía, depois já veio uma pinguela mais moderna que era mais larga, mais pura madeira também [...] (LUÍS ANTONIO ROSA, 2011)

Quando ouvimos moradores como o senhor Luís e vamos a campo ver onde e como moram, produzimos memórias alternativas àquelas que se oficializaram nas relações desiguais de força vividas socialmente. O ex-presidente da associação de moradores traz outras memórias sobre o viver no bairro que questionam a produção harmônica dos arquitetos da Secretaria de Cultura. O sentimento que organiza

²² A Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC) é uma operadora brasileira de telecomunicações que tem sede administrativa em Uberlândia.

sua narrativa no momento da entrevista é o de isolamento: o problema de comunicação com os outros bairros não se restringia à ausência da tecnologia, mas consistia principalmente na falta de um simples acesso.

O uso da categoria “moderno” na narrativa do morador é interessante para refletirmos os usos políticos dessa expressão. Enquanto os responsáveis pelos inventários tentam instituir essa noção aos diversos lugares da cidade como valor para convencer o Iepha do patrimônio uberlandense, o Sr. Luís Antônio Rosa a usa como ironia das pequenas e lentas mudanças positivas para quem ali vivia.

Ainda interessado em saber a respeito das condições de vida no bairro nos seus primeiros anos de ocupação, perguntei ao Sr. Luís o que lembrava de sua infância:

Eu praticamente nasci aqui no bairro. O que nós lembramos da nossa época de criança era por exemplo uma grande quantidade de terrenos baldios, até pouco tempo ainda tinha essa especulação imobiliária, ainda tem. Então o que eu lembro do bairro nas nossas épocas de infância era a rua totalmente sem estrutura, era pura terra... pra você da altura que era a rua até ali na altura da minha casa, até do mais alto da escada eu tive de aterrâ... eu desaterrei, então pra você vê a diferença que era aqui da rua com o nível, o tanto que era! O que nós lembramos... acima era poucas... por exemplo do Roosevelt, o Pacaembú ainda cheguei a pegar que eram os bairros próximos não tinha nada, era tudo mato, era ... na São Judas tinha alguma coisa ali próximo. Até para chegar na São Judas Tadeu, era tudo terra, tudo terra e a referência que tinha de Igreja, na época o movimento evangélico não era tão grande, então até na São Judas Tadeu ali a população saía daqui, eu lembro d'gente saí daqui para assisti missa lá porque a minha família é toda católica, então a referência religiosa era a Igreja São Judas Tadeu, então pra chegá lá era pura terra (Idem)

Este trecho da narrativa do morador tem elementos significativos. Os primeiro a se destacar é o uso do plural em determinados momentos: “nós lembramos”. Este “nós” vem da vivência da associação de moradores que organiza suas lembranças. Nos momentos em que a entrevista reportava às ações da entidade, Sr. Luís falava como alguém que tem a capacidade de articular os movimentos, que tem “espírito de liderança” e capacidade de falar em nome dos demais. Portanto, se por um lado este “nós” denota uma identificação com outros de sua mesma classe que viveram a falta de infraestrutura, representa, por outro, a liderança que tem o poder de falar pelos outros.

Ao analisar as interpretações do morador sobre a vida no bairro nas primeiras décadas, encontrei outras relações que os inventários de bens imóveis elaborados pela Secretaria de Cultura tentam apagar na produção de memórias sobre o bairro e a cidade. Tais interpretações, produzidas nos encontros dialógicos com os moradores, revelam a cidade construída na disputa pelos lugares, disputa muito mais simbólica do que física, mas que instituiu significativas mudanças.

Outras expressões usadas pelo Sr. Luís Antônio Rosa também chamaram minha atenção e parece que vêm das discussões travadas na direção da Associação, principalmente a noção de especulação imobiliária para explicar a existência dos lotes vagos. Porém, o fato de falar em especulação não dá às empresas imobiliárias e aos proprietários desses lotes o poder exclusivo de produção do espaço, mesmo porque eles surgem na narrativa do Sr. Luís como elementos secundários das ações no bairro.

A narrativa ainda dá pistas sobre as ambiguidades contidas nos inventários. Ao contrário do que estes dizem, o bairro não tinha nenhuma infraestrutura quando moradores como o Sr. Luís nele chegaram. Além dos serviços básicos, como o asfalto e a rede de esgoto, os lotes foram entregues sem condições de construção das casas, o que gerava gastos elevados com aterramento e edificação de residências abaixo do nível das ruas, como as localizadas nas imediações da rodovia BR-050.

Voltando à narrativa do Sr. Luís Antônio Rosa, constatei que a prática religiosa católica constitui um marco de suas memórias para mostrar as dificuldades de circulação em um bairro sem as condições ideais e que, ao mesmo tempo, emerge como contraposição ao movimento evangélico atual. Essas questões vividas são os pontos de apoio para lembrar o bairro no seu tempo de infância, na década de 1950 e parte da de 1960. A Figura 07 mostra o local de moradia desse entrevistado e o percurso até a igreja.

Figura 07 – Mapa do bairro President Figura



Fonte: Câmara Municipal de Uberlândia (1989)²³

O trajeto entre a residência do Sr. Luís e a Igreja São Judas Tadeu foi alvo da primeira ocupação do bairro entre as décadas de 1950 (nesta as residências estavam mais próximas à BR-050, onde mora o entrevistado) e a década de 1970 (época em que as construções se concentraram nas proximidades da Igreja).

Os pontos por mim destacados no mapa constituem hoje referência dos moradores para localização no bairro: a Praça João Jorge Cury (em vermelho na parte inferior) é a principal entrada do bairro por ligá-lo à Avenida João Pessoa, que dá acesso direto ao centro comercial. A Igreja São Judas Tadeu, construída em 1955 (Secretaria Municipal de Cultura, IPAC Nº 09/2012 – Bens imóveis: Igreja São Judas Tadeu), ainda no início do loteamento, tornou-se um ponto de localização importante por se situar no centro do bairro, como afirma o morador Neirmar Vieira Marques: “[...] é referência. Você mora no Roosevelt? Moro. Onde

²³ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Projeto de Lei 7.037 de 1989. Dá denominação a logradouro público de Praça João Jorge Cury (destaques meus).

cê mora? Moro perto da São Judas Tadeu, do lado ali”. Em 2012 a igreja foi inventariada pela Secretaria de Cultura, no mesmo processo descrito anteriormente, como bem imóvel possível de preservação, o que rendeu à edificação uma institucionalização como lugar de memória²⁴, como se pode ver na fotografia que mostra uma placa de sinalização colocada nessa mesma praça (Foto 14):

Foto 15 – Praça João Jorge Cury com placa de sinalização da Igreja São Judas Tadeu



(foto produzida em 10 de novembro de 2012)

Próximo à Igreja São Judas Tadeu morou também o senhor Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi, que continua morando no bairro, numa das residências da segunda fase de ocupação, quando foram construídos os conjuntos habitacionais. Procurei este morador do Roosevelt por lembrar que ele possuía um bar na região. Minha intenção era conversar sobre seu comércio, quem eram seus clientes e os motivos do fechamento

²⁴ A igreja, o parque e o museu sinalizados na placa fazem parte de um conjunto de bens móveis e imóveis inventariados nas últimas décadas pelo poder público em busca de recursos do chamado ICMS Cultural.

do bar. Já coloquei algumas das lembranças deste morador no primeiro capítulo. Vou repetir um trecho de sua entrevista já utilizado porque é importante neste último momento do trabalho: “Então na época ali não tinha nada, eu construí uma casa... na época que eu mudei pro Roosevelt aqui não tinha... tinha quase nada. Eu comprei um lote na rua sessenta e dois, construí uma casa e só tinha a minha casa... então na época ali não tinha nada, eu construí uma casa...” (REINALDO ANGELO FARNESI, 2009).

O Sr. Reinaldo saiu da cidade de Prata e veio para Uberlândia com sua esposa e duas filhas em 1978. Na época trabalhava como motorista de caminhão e decidiu deixar este ofício e montar um bar para ficar mais próximo da família. A escolha da cidade envolvia questões familiares e as possibilidades que ela apresentava: “Olha, a minha esposa é filha de Uberlândia e o sonho dela era vir pra cá, morar em Uberlândia... pra mim toda vida o melhor lugar foi onde eu ganhasse dinheiro e teve uma época que foi uma época muito boa, a inflação era baixa o custo de vida era bem acessível” (Idem). O seu trabalho na cidade natal não lhe rendeu grandes margens de escolha para o lugar onde morar em Uberlândia. Assim, dentre as opções que sua condição de classe lhe dava, adquiriu um terreno no bairro Presidente Roosevelt e construiu sua casa. Até a década de 1980, esse era o perfil dos moradores e o bairro era um lugar onde havia possibilidade de morar em razão do preço acessível dos terrenos.

A entrevista com os senhores Luís e Reinaldo foram importantes neste momento porque permitiram criar outro enredo para a primeira ocupação e problematizar a memória patrimonializada. Longe de ser um lugar construído para a “classe operária” que viveria no bairro para trabalhar nas grandes indústrias que seriam criadas no distrito industrial da cidade, a Vila Roosevelt foi ocupada por trabalhadores que ali viviam ou que chegaram de outras cidades com poucas condições de optar e que tinham ocupações e ofícios muito heterogêneos. Ambos descreveram

uma localidade quase inóspita e que em nada lembrava a eles a cidade-luz ou um projeto moderno para moradia, o lazer e a vida idílica que o poder público tenta instituir.

Durante a pesquisa nos documentos do Arquivo Público Municipal, mais especificamente nos projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal, encontrei outras evidências do processo de ocupação do bairro em alguns registros de escrituras anexadas a esses projetos. Em um deles consta uma transferência de imóvel em 1966:

Saibam quantos esta pública escritura virem que, aos sete (7) dias do mês de Novembro de mil novecentos e sessenta e seis (1966), em cartório [...] compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgante vendedora a IMOBILIÁRIA PRESIDENTE ROOSEVELT S/A, [...]; e de outro, como outorgado comprador o Sr. CLARIMUNDO JOSÉ FERREIRA, brasileiro, casado, trabalhador braçal, residente e domiciliado nesta cidade, [...] vendido tem, pelo preço [sic] justo e certo de Cr\$ 28.080 (vinte e oito mil e oitenta cruzeiros), um terreno que possui [sic] nesta cidade, na Vila Roosevelt, à rua 15 [...] medindo vinte e quatro metros (24) de frente, trinta e oito (38) metros de extensão pelo lado direito e trinta (30) metros pelo lado esquerdo [...] (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1966)

O registro de transferência de imóvel possibilita conhecer um pouco mais quem morou no bairro nas primeiras décadas, a exemplo do Sr. Clarimundo José Ferreira. Sua condição de classe, imposta pelo ofício de trabalhador braçal, o impossibilitou de morar nos lugares que já possuíam infraestrutura adequada. De acordo com o mapa do loteamento, mostrado anteriormente, o terreno adquirido pelo trabalhador fica próximo à Avenida Cesário Crosara e quase às margens da BR-050, portanto, próximo também da residência do Sr. Luís Antônio Rosa.

Chama a atenção nesse registro o preço do lote nas primeiras décadas de ocupação: vinte e oito mil e oitenta cruzeiros por um terreno com mais de 700 m². Considerando que o salário mínimo em novembro de 1966 era de 84 mil cruzeiros²⁵, o terreno valia um terço do salário mínimo. Se juntarmos essas informações a outras, compomos um pouco melhor o cenário local:

Terreno 14x44. Vende-se um na Vila Roosevelt, distante 200 mts. Fábrica de Garrafas, rápida valorização, local saudável, ótima localização, por preço vantajoso (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 25/11/1954, p. 03).

Vende-se ou troca-se por uma casa na cidade, uma chácara própria para hortaliças, com ótima residência. Acha-se toda fechada de tela. A 15 minutos do centro da cidade. Na Vila Presidente Roosevelt. Tratar a rua Padre Feijó 587 (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 04/02/1960, p. 07).

Vende-se uma chácara no bairro Presidente Roosevelt (próximo à rodovia a ser asfaltada em direção ao Váú) a rua 17 s/n. somando 4 lotes todo plantado c/ bananeira e mandiocal, várias qualidades de frutas tôda [sic] cercada de tela, com 1 casa de 8 comodios [sic], água com abundância. Tratar à rua Agenor Paes nº 316 (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 20/06/1961, p. 07).

Os três anúncios publicados no Correio de Uberlândia e o registro cartorial ajudam a questionar a noção de moderno que se quer instituir e a visualizar melhor quem eram e como moravam os primeiros a ocu-

²⁵ Cf. O CAIXA. Salário mínimo nominal (valores monetários). Disponível em: www.oacaixa.com.br/bancodedados/salariominimo.htm. Acesso em: 08 nov. 2011. O valor de Cr\$ 84.000,00 para o salário mínimo foi estabelecido pelo Decreto nº 57.900, de 02 de março de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 03 de março de 1966.

par a região. Nos anúncios fica claro que o uso dos terrenos estava mais próximo da vida no campo do que da Paris idealizada. Se olharmos com mais atenção, no segundo anúncio identificamos a nítida separação entre o bairro e a cidade: “troca-se por uma casa na cidade”. Este fragmento de texto indica que a rodovia federal que corta a cidade era, nessa época, uma fronteira simbólica entre o que se considerava cidade e a Vila Roosevelt.

Os habitantes da vila ficaram por mais de uma década isolados física e socialmente e eram considerados moradores do campo ou no máximo de uma região de chácaras. Não estou querendo criar uma hierarquia entre campo e cidade ao falar dos sentidos atribuídos à Vila Roosevelt nos anos 50 e 60 do século passado, mas sim mostrar que os modos de viver nesse lugar foram apagados pelos inventariantes da Secretaria de Cultura para criar outra história que estivesse mais próxima do olhar político institucional.

Ao longo da BR-050 era comum o uso de grandes lotes para produção de hortifrutigranjeiros para venda no comércio, assim como propriedades típicas do mundo e das práticas rurais, como lembra o Sr. Neirmar:

[...] aqui era fazenda do véi eu não lembro o nome do véi... aqui era chácaras, eu tomava banho aqui perto da rodoviária ali, eu morava na Rodrigues da Cunha, no bairro Martins eu vinha tomá banho ali, atravessava uma ponte de barro, onde que é a rodoviária ali tinha um mata-burro de barro e tinha umas mangueira, então eu saía lá da minha casa pra tomá banho num poço que tinha perto de umas mangueira ali, era uma mina de água muito grande. (NEIRIMAR VIEIRA MARQUES, 2008).

A narrativa do morador revela outros modos de vida na região, estritamente ligados ao campo. Esses modos de viver e produzir permaneceram residuais na memória de alguns moradores, como o Sr. Afonso, que trabalha na Praça João Jorge Cury como fretista e fala do

lugar a partir de tempos diferentes: “Ali até treis anos atrás era um brejo, tinha hortaliça ali, agora é o Atacadão, ali vendia hortaliça...”²⁶. Há, na entonação usada para descrever as duas formas de ocupação do Roosevelt, sentidos muito marcados: o brejo é lembrado como lugar de difícil acesso, característica das primeiras décadas do bairro, com seus espaços ocupados pelos que produziam hortigranjeiros e vendiam para o comércio e para particulares na cidade.

O contraponto feito pelo Sr. Afonso entre o brejo, a chácara que vendia hortaliças e a nova construção comercial reafirma as intensas transformações vividas pelos moradores do lugar nos últimos trinta, quarenta anos. O hipermercado surge como símbolo de um novo tempo que substitui os últimos resquícios de um modo de vida que foi típico no bairro e sintetiza a mudança da população do bairro, seja em termos de quantidade²⁷ ou da condição de renda associada à intensa valorização mercadológica e à atração de um público consumidor mais expressivo.

O historiador Euclides Antunes de Medeiros encontrou em sua pesquisa alguns antigos moradores:

A Sr^a. Maria Rizza e seu Marido, Sr. Joaquim conseguiram estabelecer-se na cidade nos mesmos moldes que na zona rural: tendo chegado à cidade há trinta anos [a dissertação foi defendida em 2002, portanto, os moradores estavam nessa chácara desde 1972],

²⁶ Afonso. Entrevista realizada na Praça João Jorge Cury em 07 de fevereiro de 2012. O Sr. Afonso não quis gravar uma entrevista formal; falou em poucos minutos da praça onde trabalha e de algumas mudanças em seu entorno. Em função da informalidade da entrevista, disse apenas seu primeiro nome e não informou sua idade, mas já é aposentado, portanto, suponho que tenha mais de sessenta anos.

²⁷ Segundo levantamento da Prefeitura de Uberlândia, o bairro Presidente Roosevelt possuía cerca de 24.458 habitantes em 2011. Cf. PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC Nº 006/2011 – Bens imóveis, op. Cit.

alugaram uma pequena chácara nas margens da BR-050, pela qual, segundo suas filhas, era pago um ‘aluguel simbólico’, e, ainda hoje, sobrevivem da plantação de hortaliças (MEDEIROS, 2002, p. 87)

A dissertação de Medeiros analisa, dentre outras mudanças, as tentativas do poder público de extinguir da cidade modos de vida ligados ao campo. Parte dos sujeitos entrevistados pelo historiador morava no Roosevelt e vivia dos produtos que comercializava em suas pequenas chácaras. As memórias dessas práticas e desse modo de viver são silenciadas nos inventários para impor a “cidade moderna”, “projetos modernistas” ou “urbanismo parisiense”. O que fica claro é que, ao produzir memórias sobre o bairro para atender à legislação tributária e conseguir maiores parcelas da redistribuição do ICMS, os agentes do poder público produziram histórias ordenadas por estas categorias, retirando da ação histórica, sujeitos e práticas que não se encaixavam nessa perspectiva.

Medeiros mostra também a ação do poder público e de empresários da cidade para acabar com determinadas práticas comuns no bairro e o processo de lutas para manutenção:

[...] do lado aqui tinha a boate, chamada Helps’, e eles tinham medo de dar mau cheiro lá. Então eles me denunciaram. [...] Num precisava ter feito isso, bastava chegar em mim e dizer que estava atrapalhando o negócio deles. Então a gente conversando ia ver o que dava pra fazer. [...] eles [os fiscais] vieram, me deram uma advertência de um determinado tempo, 5 ou 8 dias prá mim tirar os porco. Então eu vendi tudo [...] tirei os porcos e passado um determinado tempo eu coloquei o chiqueiro mais longe, tudo arrumadim, então não tive mais problema nenhum. Até porque a boate fechou né, então ninguém mais fez denúncia (ORLANDO RODRIGUES APUD MEDEIROS, 2002, p. 157)

As intensas batalhas daqueles que tentaram manter atividades típicas do campo na Vila Roosevelt e que tiveram que lidar com fiscais da prefeitura, com uma legislação que criminalizava suas práticas, com empresários e vizinhos que queriam mudar a imagem da antiga vila foram todas apagadas pelo inventário. O bairro passa a ter outra história, totalmente desvinculada dessas práticas e sintonizada com uma imagem de cidade industrializada, inventada por arquitetos e historiadores.

Ao andarmos pelas redondezas da Praça João Jorge Cury encontramos ainda marcas desse tempo, como mostram as fotografias que retratam a chácara onde está localizado o estabelecimento chamado Produção das Artes:

Foto 16 – Produção das Artes



Foto 17 – Terreno da Produção das Artes



Foto 18 – Carro de boi da
Produção das Artes



Foto 19 – Área protegida com
cerca de arame



(fotografias produzidas em 10 de novembro de 2012)

A Produção das Artes está localizada na Avenida Cesário Crosara, próximo às margens da rodovia federal que faz o contorno do bairro e configura o desenho urbanístico característico desse espaço. Os cenários encontrados no trajeto dessa avenida e em suas proximidades mostram os diferentes momentos de ocupação do bairro e, em consequência dela, os múltiplos e contrastantes traços arquitetônicos das residências.

A propriedade fotografada guarda características desse processo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, traduzidas na grande extensão do terreno e na forma de utilização do lugar. A porteira na entrada e o carro de boi exposto na frente do estabelecimento lembram um modo de viver típico do campo. As árvores frutíferas, a falta de calçamento, manutenção da cerca de arames como proteção do terreno são outros elementos que lembram tempos campesinos do Presidente Roosevelt.

Mas o lugar não é visto assim pelas pessoas que o frequentam e nem sofre qualquer tipo de pressão por parte do poder público pelas suas atividades comerciais, como sofreram aqueles que criavam porcos e hortaliças na mesma região. O estabelecimento pertence hoje ao Sr. Denílson Carlos de Carvalho, que mudou para o bairro em 1994 e desde 2005 fabrica móveis rústicos. Quando perguntei a ele sobre o trabalho que realiza, respondeu assim:

Na época era serviço de motosserra, depois que partiu pra esse lado aí... no começo foi mais pra aproveitamento de madeira mesmo e fiquei curioso de fazê e fui fazeno, fui descobrino né. Com certeza é um trabalho valorizado. Às vezes eu exponho... mas o público que vem aqui geralmente é de classe média alta. Tá seno muito divulgado na televisão aí então tá na moda aí o povo qué andá na moda né (DENÍLSON CARLOS DE CARVALHO, 2012)

Se por um lado essa chácara não foi substituída por um grande centro atacadista, por outro, mudou suas características, adaptando-se

aos novos tempos. Atualmente a atividade comercial é voltada à produção de móveis rústicos e artesanais para uma categoria de consumidores considerada pelo Sr. Denílson como “classe média alta”, ou seja, moradores da cidade que possuem condições econômicas para planejar a construção e a decoração dos seus imóveis. O rústico e o rural passaram a ser material de consumo numa releitura para outros fins. Esse é um movimento recente na cidade, como se pode ler nas páginas do Correio de Uberlândia:

Se os costumes trazidos das fazendas se perderam com o crescimento da cidade, interessante é perceber como estão voltando à moda até com um certo charme. Os restaurantes “da roça”, por exemplo, pipocam pela cidade e atraem tantos consumidores que chegam a fazer fila. Isto com mesas e bancos de madeira como os da fazenda — nada confortáveis para o padrão atual —, comida feita no fogão a lenha, pratos tipicamente mineiros como um bom frango com quiabo, arroz e farofa temperada, doces caseiros de dar água na boca e, antes de ir embora, um dedinho de uma pinga de engenho. Definitivamente, foram adotados pela população urbana. Aí, comida caipira vira moda ou ter um rancho à beira de um córrego, rio, lago, represa para passar o fim de semana é a forma ideal de se desestressar da correria cotidiana. “Mas nunca acontecerá de a cultura caipira predominar. As pessoas estão muito ligadas à vida da cidade, aos bens materiais industrializados. Elas não vivem mais sem o conforto que a tecnologia traz”, concluiu o sociólogo Antônio Micheloto. (TIBÚRCIO, CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2007, p. 12, grifos meus).

A permanência da chácara Produção das Artes só foi possível pelas mudanças em suas características. Apesar de fisicamente não ter modificado sua produção artesanal, o estabelecimento encontrou, nos últimos anos, um público consumidor e um movimento de apropriação

feito pelo mercado dos chamados “produtos artesanais” que o proprietário chama de “estar na moda”.

Voltemos ao inventário do bairro. Os produtores analisaram também as mudanças promovidas no lugar com olhar voltado para o desenho arquitetônico das ruas e quadras, já que estas eram as principais características de valor que poderiam ser preservadas. Nessa avaliação não produziram significados apenas dessas características, mas também dos moradores:

O traçado do bairro não sofreu modificações, no decorrer dos anos, continuando com suas características iniciais de um desenho com quadras de tamanhos irregulares e praças arborizadas voltadas para o lazer dos moradores, que, em sua maioria, se encaixam em um perfil de classe média baixa. As modificações, quando ocorridas, foram em relação ao uso da área, que deixou de ser apenas residencial, como em seu período inicial de ocupação, e passou a receber usos comerciais e industriais em alguns de seus trechos, principalmente na Av. Professora Minervina Cândida Oliveira. Os novos usos são introduzidos com maior facilidade, justamente, pela localização do bairro, que proporciona uma fácil ligação à área central e aos bairros mais afastados (Secretaria Municipal de Cultura, Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011, p. 48).

Neste trecho do inventário tem-se a criação de uma categoria classificatória para os moradores: classe média baixa — não incluídos os consumidores da Produção das Artes —, que foi construída no tempo presente, considerando os padrões médios de moradia e consumo da comunidade local, a extensão do comércio local e os novos usos dos espaços públicos. Não acredito que incluiriam nessa categoria os primeiros moradores, como o trabalhador braçal Clarimundo José Ferreira ou os proprietários das pequenas chácaras que viviam do comércio de seus produtos.

Essas categorias falam muito pouco da vida das pessoas e criam padrões homogêneos em um lugar com ocupação muito heterogênea. Esse olhar fica ainda mais claro quando os inventariantes escolhem os registros fotográficos para descrever o bairro.

Figura 08 – Registros fotográficos do Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural (1)



Figura nº 3: Bairro Presidente Roosevelt. Avenida Morum Bernardino



Figura nº 4: Vista do Bairro Jardim Brasília



Figura nº 5: Bairro Presidente Roosevelt. Avenida Cesário Crosara.



Figura nº 6: Bairro Presidente Roosevelt. Avenida Cesário Crosara.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2012)

Figura 08 – Registros fotográficos do Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural (2)



Figura nº 1: Bairro Presidente Roosevelt. Avenida Adriano Bailoni.



Figura nº 2: Bairro Presidente Roosevelt. Avenida Adhemar Margonari.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2012)

As fotografias destacam as avenidas do bairro, principalmente aquelas que mantiveram seus traçados desde o projeto inicial, como a antiga Avenida do Contorno, atual Avenida Cesário Crosara. O olhar panorâmico do fotógrafo produz um espaço sem vida porque não existem pessoas e não permite ver e interpretar novos padrões de moradia convivendo com outras mais antigas, e mais, impede os leitores de verem os diversos usos e contrausos dos lugares.

O trecho do inventário fala ainda de lazer, das pequenas mudanças e do crescimento do comércio na região. A noção de lazer é transportada do projeto de loteamento e destacada por existirem muitas áreas voltadas para construção de praças, áreas para o esporte e algumas descritas como áreas verdes. No diálogo com alguns moradores constatei que as práticas de lazer e uso do tempo livre quase nunca aconteceram nesses lugares planejados. A fala deles deixa subentender outro processo, muito diferente da história linear, de poucas mudanças e idealizada:

Não, não tinha energia, só tinha água. Eu comprei um poste, puxei telefone pra minha casa vindo pela rua Paraguai, na época era Paraguai, então energia eu comprei um motor estacionário, pois energia na minha casa, que na época era uma casa até boa, fiquei durante um bom tempo com motor estacionário, mas devido certas coisas que acontecia porque onde eu moro hoje era tudo pasto, não tinha nada, não tinha nenhuma casa, depois é que começaram a construir. Então vivia muito sozinho, fui vítima de vários assaltos na minha casa (REINALDO AFONSO ÂNGELO FARNESI, 2009)

Trago novamente o Sr. Reinaldo Farnesi para o diálogo para compor outra história com os sujeitos que fizeram esse lugar. Como ele mesmo narrou, mudou para o Roosevelt em um tempo em que não se contava sequer com energia elétrica. Sua narrativa é de um desbravador (“eu comprei um poste; puxei telefone pra minha casa vindo pela rua Paraguai”), portanto longe da noção de vítima da especulação. É a afirmação de um sujeito que chega à cidade, têm poucas opções para construir sua moradia, mas atua na produção do espaço urbano. Essa é a dinâmica de luta pela cidade e o que possibilita problematizar as memórias instituídas nos últimos anos.

Por fim chego, neste capítulo, ao último recorte do inventário do bairro que avaliei. Neste, a homogeneização dos modos de vida no bairro se expressam na descrição das residências:

O Bairro Roosevelt insere-se no núcleo urbano de Uberlândia, contando com construções inspiradas no estilo eclético e grande maioria no estilo dito contemporâneo. As edificações estão implantadas no alinhamento, e é comum afastamentos laterais e posterior. Os fechamentos são realizados por muros em alvenaria ou grades, e os terrenos são praticamente planos. Os afastamentos são ocupados por jardins e secagem de roupas (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, p. 01)

Neste pequeno trecho, a única frase que lembra modos de vida no bairro é o uso dos espaços dos terrenos para secagem de roupas e jardins. Fica claro que não há no Roosevelt nenhum prédio com valor de tombamento, segundo a ótica dos arquitetos que produziram o inventário. Eles focaram no desenho urbano do bairro e apenas descreveram de maneira homogênea as residências. A referência ao “estilo eclético” oculta a enorme diversidade e desigualdade exposta no desenho das casas.

Contrariando o discurso da Secretaria de Cultura, nem todas as residências estão “implantadas no alinhamento” por causa da dificuldade encontrada pelos moradores para fazer os aterramentos necessários. A existência de casas construídas abaixo do nível da rua permite questionar a afirmação de que “os terrenos são praticamente planos”.

A construção desta memória oficial tenta soterrar décadas de lutas dos moradores para que o bairro tenha melhores condições de vida. Mais que isso, assistimos neste momento um novo processo se constituindo no bairro. Neste, antigos hábitos estão desaparecendo, conjuntos residenciais verticalizados dominam os novos empreendimentos e novas práticas emergem dando novas configurações estéticas e produzindo novos modos de vida no bairro. Mais do que produzir documentos para o Iepha e garantir verbas do ICMS cultural a produção destas memórias atuam politicamente na afirmação de alguns sujeitos e uma concepção autoritária de cidade que homogeneiza e silencia retirando da cena pública, do direito à cidade seus moradores, sujeitos que de diversas formas também a fizeram e se fizeram nela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro este trabalho refletindo sobre os descaminhos da produção da obra e as novas dinâmicas de constituição desta cidade. O projeto de doutorado entregue na linha Trabalho e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia tinham como enredo a vida de muitos trabalhadores desta cidade que vieram do campo. Para chegar até os modos de vida destes sujeitos utilizava como fonte principal as chamadas músicas caipiras centralizava em suas letras o viver no campo.

Projeto e tese final mudaram muito. Esta mudança é comum na produção historiográfica dada a especificidade de nosso trabalho e a “lógica histórica” como já demonstrou E. P. Thompson (1981) que nos leva a testar nossas hipóteses iniciais com as evidências empíricas em um movimento dialético e vivo que invariavelmente modificam as primeiras.

A questão é que esta mudança deu-se de maneira mais radical. O que impulsionou a escolha das perguntas iniciais e as fontes foi minha própria experiência. Meus pais saíram do campo na década de 1970 e vieram para Uberlândia em busca de emprego e melhores condições de vida. Em função desta experiência familiar campo e cidade estavam sempre interligados em nossas vidas.

Estas complexas redes de relações familiares mostram o quanto pode ser difícil para um historiador entender e interpretar a constituição de inúmeras experiências de classe, principalmente quando é oriundo daquela que estuda. Ao escolherem a mudança, meus pais trouxeram as poucas roupas, o primeiro filho nos braços e um conjunto de práticas e conhecimentos que adquiriram no campo, construíram laços de amizade e sociabilidade com outros que tinham práticas e modos de vida parecidos.

Algumas práticas eram compartilhadas por outros que fizeram as mesmas escolhas e ajudavam na adaptação à cidade. Não eram raras

as vezes que estes novos companheiros reuniam na casa dos meus pais para encontros de lazer que chamavam de “pagode”. Nestas as músicas que compunha a trilha tinham, em sua maioria, temas relacionados à vida no campo ou em pequenas cidades e seus compositores e cantores eram identificados como “caipiras”.

Estas músicas e as histórias nelas narradas fazem parte das minhas memórias afetivas e em função destes sentimentos estava invertendo o processo de construção do trabalho, colocando as fontes à frente das perguntas e das hipóteses. Nesse movimento emerge uma categoria analítica que parecia ligar músicas “do campo” e experiências vividas na cidade, a de imigrante. Assim trabalhadores que vieram do campo e de pequenas cidades emergiram como meio de questionar o uso deste conceito pela imprensa, pela própria academia e suas práticas e modos de vida tornaram-se meio de mostrar tensões de disputas pela cidade.

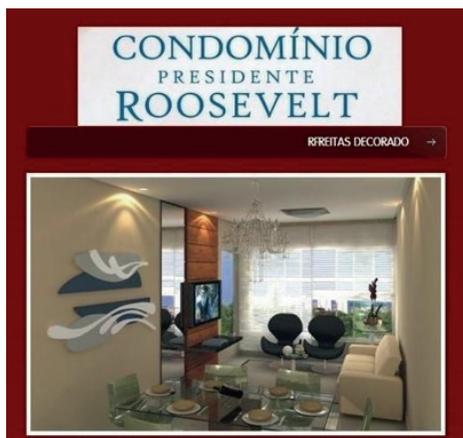
O resultado desta inversão foi a dificuldade de fazer perguntas à própria documentação – mesmo nas entrevistas com os trabalhadores – na medida em que a categoria analítica não se sustentava, pois estes sujeitos não se viam como migrantes e nem tinham este sentido como pressão ou lócus de alguma de suas lutas vivenciadas em Uberlândia.

Os questionamentos feitos na banca de qualificação levou-me a rever minhas fontes e ouvir novamente o que diziam os sujeitos, nesse movimento entendi que as questões postas neste tempo são outras. A migração não aparecia como problema para os moradores do bairro Presidente Roosevelt por terem passado os momentos mais difíceis da adaptação à cidade e conseguido permanecer e pagar suas casas. O convívio com a vizinhança, os laços de sociabilidade e solidariedade em um lugar onde estavam próximos de outros em iguais condições e que compartilhavam modos de vida também ajudou neste processo.

O que muitos moradores falavam nas entrevistas era do impacto que as mudanças mais recentes produziam nas relações vividas e nos significados produzidos sobre eles. A expansão recente do mercado imobiliário em função do programa Minha Casa Minha Vida do governo federal provocou uma alta nos preços dos imóveis que suplantou em muito a inflação oficial do país²⁸. Esta especulação recente do mercado elevou o preço dos terrenos na cidade modificando a forma de morar no Bairro Roosevelt. Este bairro foi “descoberto” por construtores particulares e empresas do ramo por ainda ter terrenos de médias e grandes dimensões à venda por preços que possibilitem boa lucratividade.

Em função deste deslocamento do mercado vemos anúncios como o da construtora R. Freitas, de propriedade da família que loteou ainda nos anos cinqüenta do século passado, de apartamentos como este:

Figura 09: anúncio de venda de apartamento no Bairro Presidente Roosevelt



Retirado de: www.rfreitas.eng.br/nossos_empresendimentos/detalhe-empresendimento/7, acessado em 02 de outubro de 2012.

²⁸ Segundo Raquel Rolnik os imóveis subiram cerca de 165% em cidades como o Rio de Janeiro

A decoração feita no apartamento já nos revela outro público consumidor e morador do local, distante dos pobres que mudaram para esta região nas décadas de 1970 e 1980. Os apartamentos são vendidos por valores que variam entre 140.000,00 à 260.000,00 reais, parte financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida e são acessíveis à trabalhadores com condições de comprovar renda e com salários que possibilitem arcar com uma prestação de no mínimo 600,00 reais, isto é, quase um salário mínimo. No anúncio deste condomínio os agentes do mercado imobiliário falam da proximidade com o centro da cidade (“cerca de 3 minutos”) e da ampla rede de comércio (existem no bairro três supermercados e um hipermercado).

As mudanças não estão restritas aos modos de morar, percebe-se que o lazer (feitas agora em bares fechados e com música ao vivo, ou mesmo as caminhadas em torno de algumas praças próximas aos condomínios) e as relações com os vizinhos estão modificando.

Este presente vivido aparece nas entrevistas quando narram das dificuldades de morar no bairro e das melhorias vistas hoje. Dessa forma percebi que a pauta era o reconhecimento das ações destes antigos moradores para melhorar o bairro ou mesmo o reconhecimento destes como sujeitos do lugar. A questão passou então da discussão sobre movimento migratório para as lutas em torno do direito à memória.

Nesse sentido muito do que parecia inicialmente saudosismo é, na verdade, a busca pelo reconhecimento, de mostrar que o bairro é fruto de suas ações: o asfalto existe porque pagaram, escolas de segundo grau, a unidade de atendimento a saúde, a hidroginástica, enfim o que emerge como novidade é consequência de suas ações e não uma novidade que vêm de fora. Ao ouvir com cuidado o que os sujeitos me diziam mudei radicalmente as perguntas e o enredo deste texto.

O diálogo com os moradores e algumas observações feitas na pesquisa empírica colocaram novas questões não puderam ser respondidas neste momento. Uma delas surgiu dentro do tema educação. Os moradores mais antigos falavam da importância da criação das escolas, da dificuldade de manter seus filhos estudando e da alegria de vê-los formados. Porém a experiência vivida pelos filhos nos bancos universitários também produzem mudanças nas relações no interior do bairro e nos modos de viver de inúmeras famílias. Alguns entrevistados tiveram três, quatro filhos nos bancos universitários da Universidade Federal de Uberlândia e é perceptível a distância aberta entre as gerações. Até mesmo a decoração das casas é modificada por este novo olhar e a ascensão social provocada pelo acesso ao diploma produz novas práticas sociais. Entendo que este é um tema que precisaríamos investigar com mais cuidado, o impacto do ensino formal na transformação de modos dos trabalhadores desta cidade e como o acesso a Universidade interfere na quebra de antigas relações no interior de determinadas comunidades ou bairros.

Na escola Polivalente do bairro Presidente Roosevelt disciplinas como “Educação para o Lar” ensinava as crianças que o trabalho em casa era tarefa de homens e mulheres, ensinava também como colocar à mesa, o uso correto do garfo, da faca, dos guardanapos, etc. Práticas que entraram no lar de muitos trabalhadores que vieram do campo e avaliaram como erradas as vividas nestas casas. Evidentemente que não falo da escola como aparelho ideológico do Estado ou da elite dominante, nos moldes althusserianos. Mas como instituição mediadora provocou mudanças no comportamento, na forma de ver o mundo e de se relacionar. Como meio também de conseguir alguma ascensão social a escola pública ajudou a produzir silêncios na medida em que avaliou como erradas ou atrasadas certas práticas vivenciadas nos bairros da cidade.

Outro fio que pode ser puxando desta trama complexa que é produção da cidade e de memórias em torno das práticas vividas em seu

interior é o papel desempenhado pelo chamado produtor cultural. Alguns vindos da universidade e filhos de trabalhadores, estes sujeitos têm ajudado a produzir registros e documentos como aqueles vistos neste trabalho sobre a cidade e ajudado a reforçar determinadas memórias dominantes. Como a captação dos recursos para o trabalho de “produção cultural” é feito com o meio empresarial e mesmo utilizando verbas da Secretaria de Cultura os produtores culturais têm, em geral, procurado os diferentes sujeitos desta cidade, registrado suas práticas e transformando em produtos fechados mais próximos dos interesses do poder público do que dos moradores desta cidade.

Enfim, a cidade continua a ser feita e neste fazer seus sujeitos aprendem e se fazem com ela. A dinâmica de produção dos lugares continua mediada pela desigualdade e pela luta de classes, luta esta que se desloca para diferentes aspectos da cultura, entre elas, como vimos aqui a produção e circulação de memórias.

FONTES

ENTREVISTAS:

BRITO, Elza de Santos. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 02 de outubro de 2008.

CARVALHO, Denílson Carlos de. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 22 de agosto de 2012.

DUARTE, Maria Aparecida. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 02 de outubro de 2008.

FARNESI, Reinaldo Afonso Ângelo. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 10 de junho de 2009.

MARQUES, Neirimar Vieira. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 30 de novembro de 2008.

OLIVEIRA, Marli Aparecida. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 05 de Fevereiro de 2004.

OLIVEIRA, Valci da Silva. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 05 de Fevereiro de 2004.

RAMOS, Aparecido Horácio. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 28 de janeiro de 2011.

ROSA, Luís Antônio. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 09 de fevereiro de 2012.

SANTOS, Miguel Alves dos. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 25 de janeiro de 2011.

SILVA, Renato Jales. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 01 de fevereiro de 2012.

SOBRINHO, José Horácio. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 20 de julho de 2010.

VIEIRA, Maria de Lourdes. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 10 de janeiro de 2011.

VILELA, Maria Aparecida. Entrevista concedida a Renato Jales Silva Junior, 10 de janeiro de 2011.

JORNAIS:

Altamira: Padrão no Brasil. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 12 de Agosto de 1961, p. 8.

Anúncios para todos. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 25 de Novembro de 1954, p. 3.

Anúncios para todos. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 25 de Novembro de 1956, p. 3.

Correio 75 anos: História feita pelo jornal e vivenciada pelos leitores. **Jornal Correio de Uberlândia**.

DE ALMEIDA, Célia Aparecida. Correio de Uberlândia, Uberlândia, 04 de julho de 1987, p. 11.

Escola municipal de 2º grau. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 07 de janeiro de 1983, p. 09.

Feira-Livre. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 11 de Novembro de 1970, p. 3

Feira-Livre. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 15 de Novembro de 1970, p. 3.

Feira-Livre. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 05 de novembro de 1970, p. 03

Feira-Livre. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 25 de fevereiro de 1972, p. 03

Feira-Livre. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 03 de setembro de 1972, p. 03

Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, 07 de março de 1984, p. 05

Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia. 07 de abril de 1959, p. 8.

Chácara. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 04 de Fevereiro de 1960, p. 7.

Cura: a redenção de três bairros esquecidos. **Jornal Participação**, boletim informativo da assessoria de comunicação social da Prefeitura Municipal de Uberlândia, n. 03, outubro de 1984, p. 03.

Editorial. **Jornal O Triângulo**. Uberlândia, 04 de fevereiro de 1986, p. 02.

Inflação da era Sarney bate novo Recorde. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 23 de março de 1990, p. 01.

Moradores pedem recuperação do acesso ao Bairro Presidente Roosevelt. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 06 de janeiro de 1984, p. 01

Na Presidente Roosevelt Ruas estão sem condições de tráfego. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 08 de dezembro de 1976, p. 05.

Negócio de ocasião. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 20 de junho de 1961, p. 8.

Posseiros da Rondon Pacheco terão tratamento humano. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 04 de novembro de 1977, p. 07.

Salários continuam a perigo. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 09/10 de maio de 1981, p. 07.

Secretário da Fazenda fala sobre a destinação da verba do PROJETO CURA. **Jornal Correio e Uberlândia**. Uberlândia, 18 de maio de 1983, capa.

2º grau do bairro Roosevelt está em funcionamento. **Jornal Primeira Hora**. PRIMEIRA HORA. Uberlândia, 17 de maio de 1983, p. 05.

Rondon no Polivalente. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30 de maio de 1972, p.01.

TIAGO, Gislene. Roosevelt: um dos bairros mais antigos da cidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 22 fev. 2009, Caderno Cidade, p. B2

TIBÚRCIO, Luciana. Uberlândia é uma mistura de culturas. **Correio de Uberlândia**, 04 fev. 2007, p. 12 (grifos meus).

Vereador: telefone público para as vilas. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia de 19 agosto de 1961, p. 1.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

Certidão de registro de imóvel. **Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas**, 1966.

Correspondência recebida pela Prefeitura de Uberlândia. Requerimento expedido pela Imobiliária Presidente Roosevelt em 23 de março de 1956.

IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis. Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Ofício. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, 03 de abril de 1961. Ofício ao Diretor Regional dos Correios e Telégrafos solicitando serviços. Arquivo Público Municipal.

Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011. Secretaria Municipal de Cultura. p. 1.

SOUZA, Sebastião José Martins. **Carta à Associação de Moradores do Bairro Roosevelt**. Uberlândia, 06 de Abril de 1987. Acervo da Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.

Plano diretor de Saúde é concluído com a inauguração da quinta UAI no Roosevelt. Uai Roosevelt, órgão informativo da Fundação Maçônica Manoel dos Santos. Ano I, nº 01, Uberlândia, 1998, p. 01.

CONFERÊNCIA

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, 2009.

FILME:

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Brasil: Lumière/Videofilmes, 200. 1 DVD (102 min.), son., color.

LEGISLAÇÃO:

MINAS GERAIS. **Lei 12.040, de 28 de Dezembro de 1995**. Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente

aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e das outras providências. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1204095>.

MINAS GERAIS. **Lei 13.803, de 27 de Dezembro de 2000**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=140028>.

UBERLÂNDIA. **Lei 11.273, de 17 de dezembro de 2012**. Institui o sistema municipal de cultura no município de Uberlândia e dá outras providências. Uberlândia: Diário Oficial do Município, n. 4055-A, p. 1-12, 18 de dezembro de 2012. Disponível em: www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6885.pdf. Acesso em: 06 nov. 2012.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 5.853, de 21 de outubro de 1993**. Delimita e denomina as áreas territoriais urbanas do município de Uberlândia. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/1993/585/5853/lei-ordinaria-n-5853-1993>. Acesso em: 06 nov. 2012.

UBERLÂNDIA. **Projeto de Lei 7.037 de 1989**. Dá denominação a logradouro público de Praça João Jorge Coury.

DOCUMENTOS ON-LINE:

O CAIXA. Salário mínimo nominal (valores monetários). Disponível em: www.o caixa.com.br/bancodedados/salariominimo.htm. Acesso em: 08 nov. 2011. O valor de Cr\$ 84.000,00 para o salário mínimo foi estabelecido pelo Decreto nº 57.900, de 02 de março de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 03 de março de 1966.

REFERÊNCIAS

ALVES, Josefa A. **Sociabilidades urbanas**: o olhar, a voz e a memória da Praça Tubal Vilela (1930-1962). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

ALVARENGA, Nízia Maria. **As associações de moradores em Uberlândia**: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1988.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1996.

ARANTES, Antônio A. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARANTES, Antônio A.(org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense/Condephaat, 1984.

ARANTES. Otilia. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: EDUSP, 1998.

BARBERO, Jesús-Martín. **Dos meios às mediações**: comunicações, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

BARBERO, Jesús-Martín. **Ofício de cartógrafo** – travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: edições Loyola, 2004.

BARBOSA, Marta E. J. **Os famintos do Ceará**: Imprensa e fotografia, entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.197-221.

BERTOLUCCI JR, Luiz. Uberlândia: O impacto das trocas migratórias com as demais microrregiões de Minas Gerais sobre o tamanho da população residente. CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., e MOSTRA DE ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS, 5., 2001, Ouro Preto. **Anais** [...]. Ouro Preto, 2001.

SILVA, Luzia Márcia Resende. **Carregadores de mercadorias: memórias e lutas Uberlândia-MG, 1970-2000.** 2003. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da —Cidade Jardim ao —Portal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro.** 2005. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

BESSA, Cristine F. O. e SOARES, Beatriz Ribeiro. O significado da especulação imobiliária na espaço urbano de Uberlândia-MG. **Revista História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 16/17, p. 121-148, jan./dez 1997.

BESSA, Kelly C. F. O.; SOARES, Beatriz R. Assentamentos Urbanos em Uberlândia: o significado de um novo espaço. **Revista História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 18/19, p. 93-129, jan./dez. 1998.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé e MARTINS, Angela Maria Moreira. Varandas nas moradias brasileiras: do período da colonização a meados do século XX. **Revista Tempo de Conquista**, [S.l.], n. 1, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C.(Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2001, p. 237-258.

BRITO, Diogo de Souza e WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade.** Uberlândia: Edufu, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edições 34/Edusp, 2000.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938-1990.** Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e Produção Historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens.** Uberlândia: EDUFU, 2005, p.11-38.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARRIJO, Gilson Goulart. **Fotografia e a invenção do espaço urbano**: considerações sobre a relação entre estética e política. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

CARDOSO, Fernanda Ferreira. **Movimento negro, congada e carnaval**: atuação social de homens e mulheres negros em Uberlândia (1983-2000). 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008

CARVALHO, Telma Campanha de. **Fotografia e cidade**: São Paulo na década de 1930. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência** – aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRUZ, Heloísa de Faria. **Na cidade, sobre a cidade**: cultura letrada, periodismo e vida urbana – São Paulo 1890-1915. 1994. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1994.

CRUZ, Heloísa de Faria ; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DA SILVA, Regina Helena Alves. —Pra não morrer... é só amarrar o tempo no poste: memória e patrimônio. **Revista História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 40, p. 9- 20, jan./ jun.2009.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. **Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/60**. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 80. In.: NOVAIS, Fernando e DA SILVA, Rogerio Forastieri [ors]. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naiy, 2011.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FENELON, Déa Ribeiro, et. al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 06, p. 5-24, jan./jun. 1992.

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. **Uberlândia impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

FREITAS, Sheille S. **Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

FREITAS, Sheille S. **Por falar em culturas... histórias que marcam a cidade**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Espaço rural em transformação: um lugar de (qual) memória? **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 29 e 30, p.33-70, jul-dez/2003, jan-jun/2004.

GOULART, Maurício Guimarães. **Apenas uma fotografia na parede: ca-**

minhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG). 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006.

GRECO, João Francisco Natal. **Desfavelamento em Uberlândia**. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1986.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora. In: SOVIK (org.). **Dá diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, Eric J. **Pessoas extraordinárias** - resistência, rebelião e jazz. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

HOBBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Portugal: Editorial Presença, 1973.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder público e movimentos sociais: aproximações e distanciamentos** – Uberlândia (1982-2000). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Revisita Projeto História**. PUC/SP, São Paulo, n. 22. p. 79-103, 2001.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade** – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas/SP: Editora da Unicamp; Aracaju/SE: Editora da UFS, 2004.

LOPES, Rodrigo Barbosa. **Olhares sobre a umbanda: o cultuar de orixás na e pela cidade de Uberlândia (1930/1940 e 1990/2000)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza o espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – (Uberlândia 1965-1980)**.1990. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela. **Histórias e historiografias: perspectivas contemporâneas de investigação**. Uberlândia: Edufu, 2006.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Uberlândia: —Há serpentes no paraíso. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda Santos (orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'água, 1999, p. 181- 209.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a construção do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p.127-144, 2001.

MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 12-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles. In.: MOREIRA, Alberto da Silva (org.). **Sociedade global: cultura e religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 58

MARTIN-BARBERO. Jesús. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação e da cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MEDEIROS, E. Antunes. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade – Uberlândia 1970/2001**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MELO, Marcus André B. C. de. Política de habitação e populismo: o caso da fundação da Casa Popular. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 3, n. 01, p. 39-61, 1990.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e inclusão social**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. Tese (História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade**: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós- graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MOURA, Gerusa Gonçalves. **Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada**: um estudo em Uberlândia/MG. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MOURA, Gerusa Gonçalves ; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 10, n. 32, p. 22-40, dez/2009.

OLIVEIRA, Dennison. Elites econômicas e a produção do espaço urbano. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 03, p. 5-17, 1998.

OLIVEIRA, Julio Cesar. **O último trago, a última estrofe**: vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n.1, p. 11-28, 2000.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo direito à cidade**: Experiência e Luta dos Trabalhadores Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia - 1990-2000. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PINHEIRO, Maria L. Ugarte. **A cidade sobre os ombros** – trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Niterói, n. 2, p. 53-72, dez. 1996.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 09-36, 1995.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História, São Paulo**, n. 17, p. 25-40, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. et al. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

PORTELLI, Alessandro (Coord.). **República dos sciuscià**: a Roma do pós-guerra dos meninos de Dom Bosco.. São Paulo: Editora Salesiana, 2004.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997

REIS, Maucia Vieira dos. **Entre viver e morar**: experiências dos moradores de conjuntos habitacionais – Uberlândia (1980-1990). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

RESENDE, Luciana Araújo V. de. **Ensino profissionalizante e estado militar**: [re]articulação por meio dos Polivalentes [Uberlândia-MG 1971-1980]. 2011. Dissertação [Mestrado em Educação] - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

ROMERO, José Luis. **América Latina**: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

ROLNIK, Raquel. Minha Casa, minha dúvida. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 19 set. 2012. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/09/19/minha-casa-minha-divida/> publicado em 19 de fevereiro de 2012: Acesso em: 07 jun. 2013.

SACHS, Céline. **São Paulo**: políticas públicas e habitação popular. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Roberto Cury. **Migrações internas no Triângulo Mineiro**: análise demográfica e econômica, 1960-1970. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

SAMORA, Mariana Camin. **Uma cidade se faz de sonho**. Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SAMUEL, Rapahel. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 09, n.19, p. 219-248, set. 89/fev.90.

SANTANA, Eliene D. de Oliveira. **Cultura urbana e protesto social**: o quebra-quebra de 1959 em Uberlândia-MG. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SANTOS, Carlos M. S. **Democracia participativa e tensão social em Uberlândia**: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. 2006. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SANTOS, Carlos M. S. **Ser trabalhador na cidade**: relações de classe em Uberlândia – fins do século XX e início do século XXI. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SANTOS, Fernanda. **Negros em movimento**: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais – Uberlândia (1984-2000). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SANTOS, R. J.; RAMIRES, J. C. L. (org.). **Cidade e campo no triângulo mineiro**. Uberlândia: EDUFU, 2004.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 2004.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1997.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945.** 2002. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

SILVA JUNIOR, Renato Jales. **Cidade e cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus Uberlândia-MG 1960-2000.** 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SOARES, Beatriz R. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** - uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

THOMPSON, E. P.; NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Revista Projeto História.** São Paulo: EDUC, nº 15, p. 51-84, abr. 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Este livro foi editorado com as fontes
Crimson Text, Alfa Slab One e Poppins.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>